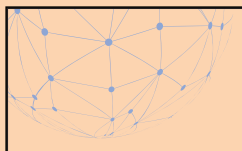


O procedimento disciplinar

FORMADOR
João Vilas Boas Sousa

23 de setembro | 9h00-13h00

VidaEconómica Business School

Informações/Inscrições
223 399 400/27
(chamada para a rede fixa nacional)
Email: formacao@grupovidaeconomica.pt

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
AUTORIZADO A CIRCULAR EM INVÓLUCRO FECHADO DE PLÁSTICO OU PAPEL PODE ABRIR-SE PARA VERIFICAÇÃO POSTAL
DE213672021GSB2B

ctt
TAXA PAGA PORTUGAL
CONTRATO Nº 594655

Nº 2087 / 25 de julho 2025 / Semanal / Portugal Continental 2,60€

FUNDADOR: João Peixoto de Sousa **DIRETOR:** João Luís Peixoto de Sousa

VidaEconómica

EMPRESAS, NEGÓCIOS, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

www.grupovidaeconomica.pt

Trump anuncia tarifas sobre mais de 150 países a partir de 1 de agosto

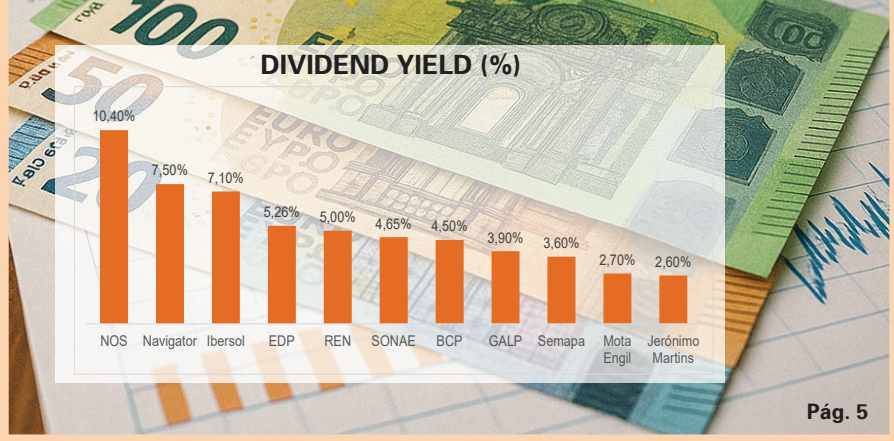
EUA preparam ofensiva tarifária global

Pág. 14

Dividendo da NOS atinge 10,4%

Empresas cotadas aumentam retorno aos acionistas

- Valorização e dividendo chegam a ultrapassar 50% do capital investido



Pág. 5

PUB

GEORGE
CAREER CHANGE
WWW.GEORGE.PT

ATUALIDADE

Taxa de 15% para PME nos primeiros 50 mil euros
Taxa de IRC baixa para 19% em 2026
Pág. 3

Novo Fundo Europeu para a Competitividade com dotação de 410 mil milhões
Pág. 3

Governo negoceia revisão da lei laboral com parceiros sociais

Pág. 3

Adicional de Solidariedade sobre o Setor Bancário declarado inconstitucional
Fisco terá de devolver mais de 203 milhões de euros
Pág. 4

Summit Internacional debate futuro das marcas
Pág. 7

SUPLEMENTO METAL

Vítor Neves, presidente da AIMMAP
Portugal precisa de emigrantes
Pág. 1

SUPLEMENTO IMOBILIÁRIO

Marco de Canaveses investe sete milhões em pólo cultural, de ensino e negócios
Pág, VII

SUPLEMENTO VIDA JUDICIÁRIA

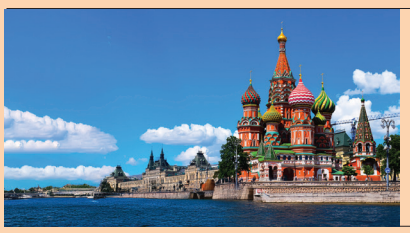
Fieldfisher reforça a sua presença ibérica
Pág. 2

FORMAÇÃO

Curso de aprendizagem a 18 de setembro
Evite erros legais em faltas, férias e despedimentos
Pág. 21

MERCADOS

Lyzer assegura 10 milhões para crescer na Europa
Pág. 15



Produtos alimentares lideram as vendas
Portugal mantém exportações para a Rússia apesar das sanções
Pág. 14

9 720972 000037 02087

PUB

ABERTURA

CONSULTÓRIO DE FUNDOS COMUNITÁRIOS

APOIOS À INTERNACIONALIZAÇÃO

A minha empresa usufruiu dos apoios à internacionalização do Portugal 2020. Tive conhecimento que finalmente abriram candidaturas à internacionalização no âmbito do Portugal 2030. As regras de atribuição são similares?

Atualmente encontra-se aberto um concurso ao "SICE – Internacionalização das PME – Operações em conjunto", ao qual se podem candidatar entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, de natureza associativa e com atividades dirigidas às PME, nomeadamente associações empresariais, câmaras de comércio e indústria, agências regionais de promoção turística e outras entidades não empresariais do Sistema Nacional de I&I. Podem aderir a estes projetos conjuntos as PME dos setores elegíveis, com contabilidade organizada. Cada candidatura deve abranger, no mínimo, 10 PME, das quais pelo menos 50% devem ser identificadas em candidatura.

As PME identificadas em candidatura, são convidadas a aderir ao projeto pela(s) entidade(s) beneficiária(s) antes da submissão da candidatura.

Para as empresas a identificar após a submissão da candidatura, o acordo de adesão tem de ser celebrado até à data de início da participação da PME na operação.

Estes projetos conjuntos devem ter como objetivo o conhecimento dos mercados externos (feiras/exposições); a prospeção e presença em mercados internacionais (prospeção e captação de novos clientes); e a dinamização de ações de promoção e marketing internacional (ações de promoção), incluindo a utilização de ferramentas web (plataformas digitais).

As operações a apoiar devem ter uma duração máxima de 24 meses e um investimento total mínimo de 200 mil euros e máximo de 10 milhões de euros.

O apoio corresponde a uma subvenção. A taxa de apoio corresponde a 50%, no caso de projetos localizados nas regiões Norte, Centro e Alentejo, e a 40% no caso de projetos localizados nas regiões de Lisboa e Algarve.

São elegíveis despesas com:

1. a participação em feiras e exposições no exterior;
2. serviços de consultoria especializados, designadamente:
   - campanhas de marketing nos mercados externos;
   - conceção e registo de novas marcas;
   - domiciliação e subscrição de aplicações, adesão a plataformas eletrónicas ou inclusão em diretórios e motores de busca;
   - consultoria relacionada prospeção e captação de novos clientes e ações de promoção realizadas em mercados externos.
3. pessoal para acompanhamento e desenvolvimento da operação;
4. ações de divulgação, sensibilização e disseminação dos resultados, estudos e despesas com a intervenção de CC ou ROC, na validação da despesa dos pedidos de pagamento.

As candidaturas encontram-se abertas até 30/06/2026.

A abertura de concurso ao "SICE – Internacionalização das PME – Operações individuais" está prevista para 30/09/2025.

Este concurso deverá apoiar ações nos domínios de:

- conhecimento, prospeção e presença em mercados externos;
- marketing internacional;
- presença online e e-commerce;
- criação e promoção internacional de marcas;
- inovação organizacional relacionada com as práticas comerciais ou relações externas;
- qualidade e certificação específica para os mercados externos.

Vão poder candidatar-se as micro, pequenas e médias empresas (PME), de qualquer natureza e sob qualquer forma jurídica, com contabilidade organizada.

A dotação orçamental prevista é de 29 milhões de euros.

WWW.SIBEC.PT
SIBEC@SIBEC.PT
228 348 500

Sibec

Nesta edição

07 Atualidade Summit internacional debate futuro das marcas

14 Mercados Cuidados clínicos podem ser prestados com mais qualidade em ambulatório

17 Mercados "Queremos construir uma marca que resista ao tempo"

Atualidade.....**Pág. 03**
Taxa de IRC baixa para 19% em 2026

Atualidade..... **Pág. 03**
Novo Fundo Europeu para a Competitividade

Atualidade..... **Pág. 04**
Fisco terá de devolver mais de 203 milhões de euros

Ócio & Negócios.....**Pág. 09**
World of Wine com apoio público moral

Opinião.....**Pág. 10**
Fisco: A prova que o Estado não tem remédio

Fiscalidade.....**Pág. 13**
Aquisição de veículos ligeiros em sede de IVA

Mercados..... **Pág. 16**
Fibran Ibéria celebra 25 anos com foco na inovação e crescimento internacional

Mercados.....**Pág. 16**
Pendências nos tribunais: é urgente a mudança

Automóvel.....**Pág. 20**
Vítor Osório Costa com boa prestação na estreia em Vila Real

Formação..... **Pág. 21**
Curso ensina a contratar com segurança legal

Imprensa
EM REVISTA

Le Monde

UE perde peso económico, científico e tecnológico

O crescimento da Zona Euro é o mais fraco entre os grandes conjuntos económicos mundiais desde há duas décadas. O crescimento anual mundial fixou-se em pouco mais de 3,3% no período de 2006 a 2025 e deverá manter-se em torno dos 3% nos próximos 10 anos. Nos Estados Unidos, foi ligeiramente inferior, situando-se em 1,9% ao ano desde 2006, e deverá ficar ligeiramente acima dos 2% ao longo da próxima década. Na China, deverá crescer entre 3% e 4% por ano, e manter-se em torno dos 6% anuais na Índia até 2035. Na região da moeda única, o crescimento foi de 1% por ano desde 2006 e deverá manter-se neste nível até 2035, salvo uma nova crise.

elEconomista.es

Economia chinesa em dificuldades

A economia chinesa parece estar numa encruzilhada. Apesar dos esforços de Pequim, a deflação está a intensificar-se, a dívida cresce, a economia não se expande como no passado, e já há rumores da existência de um certo descontentamento no seio do Partido Comunista. Teme-se que a China não consiga sair da espiral deflacionista, acentuada por uma crise imobiliária que parece não ter fim. No meio da incerteza, os chineses continuam a poupar e a promover um modelo produtivo e de crescimento que parece estar esgotado. Os chineses percebem que a economia real pode estar quase em recessão. O PIB, em grande medida, tem sido sustentado pelas exportações.

The New York Times

Tarifas podem penalizar economia norte-americana

Até agora, a economia dos Estados Unidos tem-se revelado resiliente. Mas começam a surgir sinais de dificuldades, como os economistas receiam há já algum tempo. Para já, o presidente Trump tem poucos motivos para recuar nas suas ambições comerciais, com a inflação controlada, o desemprego estável e o mercado de ações em níveis recordes. Mas a escalada mais recente, incluindo as taxas sobre a União Europeia, pode ter um efeito bastante penalizador sobre os Estados Unidos.

VidaEconómica

EDITOR E PROPRIETÁRIO Vida Económica Editorial, SA Rua Gonçalo Cristóvão, 14 RC * 4000-263 Porto: • **NIF:** 507258487 • **DETENTORES DE 5% OU MAIS DO CAPITAL DA EMPRESA:** Herdeiros de João Carlos Peixoto de Sousa – 40,61%; João Luis Marinho Peixoto de Sousa – 15,73%; Miguel Gil Marinho Peixoto de Sousa – 15,73%; Paulo Alexandre Marinho Peixoto de Sousa - 13,96%; Pedro Manuel Marinho Peixoto de Sousa - 10.99%• **ADMINISTRAÇÃO:** João Luís Peixoto de Sousa • **DIRETOR:** João Luís Peixoto de Sousa • **REDAÇÃO** Virgílio Ferreira (Chefe de Redação), Adérito Bandeira, Guilherme Osswald, Rute Barreira e Teresa Silveira; E-mail agenda@grupovidaeconomica.pt; **PAGINAÇÃO** Célia César, Flávia Dias • **SEDE DA REDAÇÃO:** Rua de Gonçalo Cristóvão, 14 RC, 4000-263 Porto. - Tel. 223 399 400 (chamada para a rede fixa nacional). Fax. 222 058 098 • **ESTATUTO EDITORIAL:** https://www.grupovidaeconomica.pt/pt-pt/ficha-tecnica-vida-economica • **PUBLICIDADE PORTO** Rua Gonçalo Cristóvão, 14, RC 4000-263 Porto - Tel 223 399 400 (chamada para a rede fixa nacional) • Fax 222 058 098 • E-mail: comercial@grupovidaeconomica.pt; • **ASSINATURAS** Tel 223 399 400 (chamada para a rede fixa nacional)• E-mail assinaturas@grupovidaeconomica.pt; **IMPRESSÃO** Naveprinter Indústria Gráfica do Norte, SA. - E.N. 14 (km 7,05), Lugar da Pinta, Apartado 1121, 4471-909 Maia. - Telf: 229 411 085 (chamada para a rede fixa nacional) • Fax: 229 485 631 **DISTRIBUIÇÃO** VASP, SA - Cacém • E-mail geral@vasp.pt • Tel 214 337 000 (chamada para a rede fixa nacional) - Fax 214 326 009

MEMBRO DA EUROPEAN BUSINESS PRESS

TIRAGEM CONTROLADA PELA: apct

A PRESENTE EDIÇÃO TEVE UMA DISTRIBUIÇÃO TOTAL DE **103.600 EXEMPLARES**, EM DIGITAL E PAPEL

4000 Município (Porto) TAXA PAGA

Depósito Legal nº 33 445/89
ISSN 0871-4320
Nº Registo na ERC: 109 477

FRANCISCO JAIME QUESADO
Economista e Gestor
jaime.quesado@gmail.com

Agora que estamos no verão e perante um panorama de profunda incerteza sobre o futuro, importa lançar as bases para uma verdadeira agenda de reposicionamento estratégico. A inovação e a tecnologia serão elementos centrais nesta agenda de recuperação e resiliência, um desafio em que a capacidade individual e coletiva das pessoas marcará a diferença. Vivemos tempos complexos e, como sempre, será fundamental o imperativo estratégico da mudança para construir uma base sustentada de competitividade para a economia e a sociedade portuguesa. A agenda de mudança deverá assentar na inovação e na criatividade como fatores centrais de uma nova confiança, de uma ambição global, de uma capacidade de construir soluções para novos problemas. Uma sociedade da inteligência. Precisamos dessa atitude em Portugal e, por isso, impõe-se uma cultura de mudança.

ECONOMIA MAIS

APOSTA COMPETITIVIDADE – Está mais do que consolidada a mensagem da urgência da dimensão competitiva na matriz de desenvolvimento nacional. Impõem-se dinâmicas efetivas de aposta na tecnologia, tanto ao nível da conceção de ideias novas de serviços e produtos como da construção e participação ativa em redes internacionais de comercialização e transação de bens e serviços.

APOSTA REGIONAL – Portugal tem uma oportunidade única de potenciar um novo paradigma de cidades médias, voltadas para a qualidade, a criatividade e a sustentabilidade ecológica. Um Programa Territorial para a Modernidade é vital para dar conteúdo estratégico à ocupação dessas cidades médias e à nova vontade de também saber apostar no interior.

APOSTA CULTURA – Portugal tem uma forte cultura alicerçada no potencial histórico da língua. É um ativo único. Um Programa Global da Cultura Portuguesa tem de saber dinamizar, de facto, nos grandes circuitos internacionais, a apetência pela prática e consumo dos muitos produtos culturais nacionais disponíveis. A cultura da língua portuguesa deve contribuir para a criação de valor para o nosso país.

ECONOMIA MENOS

AGENDA INOVAÇÃO – Têm sido muitas as iniciativas realizadas um pouco por todo o país sobre os impactos que a inovação tem, e terá cada vez mais, na organização da nossa sociedade e da nossa economia. Falta, contudo, uma verdadeira abordagem integrada sobre o tema, que envolva em rede organizações e pessoas com a apresentação de soluções mais práticas.

AGENDA CAPITAL – O tema do território e da necessidade de políticas ativas de captação de investimento de capital e pessoas para uma agenda de valor está na ordem do dia. Será cada vez mais importante reforçar a aposta estratégica nesta agenda, com efeitos em termos de maior coesão territorial e social.

AGENDA EMPRESARIAL – O tema do financiamento das empresas será crítico nos próximos tempos. Neste contexto de uma agenda económica incerta e complexa em termos geoestratégicos, será fundamental assegurar mecanismos de apoio financeiro aos projetos e demais iniciativas que sustentam o crescimento empresarial.

ATUALIDADE

Certificados de Aforro continuam a bater recordes

A subscrição de Certificados de Aforro ascendeu a 37,82 mil milhões de euros, em junho, mais 319 milhões do que no mês anterior. É o 9.º mês consecutivo de subidas e mais um máximo histórico. Mas o ritmo a que crescem as subscrições tem abrandado, sendo que a diferença entre abril e maio foi de 475 milhões e, no período anterior, tinha sido de 540 milhões. Quanto aos Certificados do Tesouro, continuam em queda, tendo baixado para 8,82 mil milhões de euros em junho, numa redução de 155,1 milhões em relação a maio e de 1,5 mil milhões em termos homólogos.

TAXA DE 15% PARA PME NOS PRIMEIROS 50 MIL EUROS

Taxa de IRC baixa para 19% em 2026

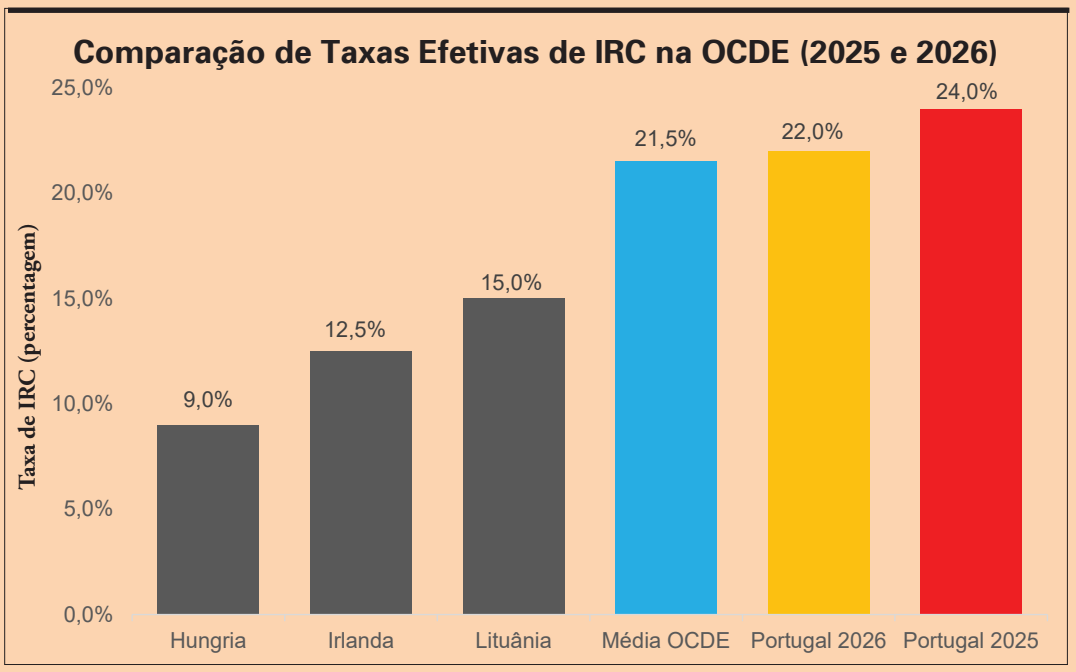
Em 2025 o Governo baixou a taxa de IRC de 21% para 20%, aprovando agora uma descida adicional de três pontos percentuais nos próximos três anos. A taxa será de 19% em 2026, de 18% em 2027 e de 17% em 2028, no final da legislatura.

A taxa de IRC para as pequenas e médias empresas, aplicável aos primeiros 50 mil euros de matéria coletável, que o Governo já tinha reduzido de 17% para 16% no ano passado, será novamente revista em baixa, passando para 15% em 2026.

A descida do IRC visa aumentar a competitividade da economia portuguesa – lembre-se que Portugal tem atualmente a segunda taxa agregada mais elevada da OCDE. Isto porque, além da taxa base de IRC, acrescem a derrama estadual, que pode ir até 1,5%, e a derrama municipal, que pode atingir também 1,5% — elevando a carga fiscal total até 24% em 2025 (20% + 1,5% + 1,5%) e até 22% em 2026 (19% + 1,5% + 1,5%), nas regiões e empresas sujeitas ao máximo legal de ambas as derramas.

Em comparação, a média da taxa efetiva de imposto sobre o rendimento das empresas na OCDE ronda os 21% a 22%, com países como a Irlanda (12,5%), Hungria (9%) e Lituânia (15%) a praticarem taxas significativamente inferiores.

Neste contexto, a estratégia de redução progressiva do IRC pretende posicionar Portugal de forma mais favorável na atração de investimento direto estrangeiro, ao mesmo tempo que procura estimular a atividade empresarial e o crescimento económico sustentável.



Novo Fundo Europeu para a Competitividade

A Comissão Europeia propõe um novo Fundo Europeu para a Competitividade, dotado de 410 mil milhões de euros no orçamento plurianual 2028-2034. O objetivo é consolidar programas como o Horizonte Europa e o Fundo de Inovação, criando um instrumento unificado destinado a apoiar tecnologias críticas, a transição verde, a saúde, a biotecnologia, a defesa e o espaço.

Bruxelas estima que o fundo terá um efeito multiplicador de +15,4% no PIB, impulsionando exportações, o emprego e reduzindo custos administrativos para as empresas. Com regras simplificadas e acesso facilitado a empréstimos, subvenções, capital e garantias, o fundo pretende tornar o financiamento mais eficaz e estratégico.

A proposta será negociada entre o Parlamento e o Conselho da UE, com início previsto para 2028, preparando-se para enfrentar desafios futuros, como a baixa produtividade e a crescente competitividade global.

Altri aposta na sustentabilidade com aquisição da AeoniQ™

A Altri concluiu a aquisição de 58,7% da AeoniQ™, empresa suíça pioneira em fibras têxteis sustentáveis. Com esta operação, a Altri prepara-se para lançar a primeira produção industrial mundial de fio com impacto climático positivo. A tecnologia da AeoniQ™ substitui fibras sintéticas por filamentos celulósicos biodegradáveis.

A primeira fábrica será construída em Constância, com arranque previsto para 2026 e capacidade de 1.750 toneladas anuais, reforçando o papel da Altri na inovação têxtil sustentável.

Governo negoceia revisão da lei laboral com parceiros sociais

O Governo está a negociar com sindicatos e confederações patronais uma revisão da lei laboral aprovada pelo anterior executivo do PS.

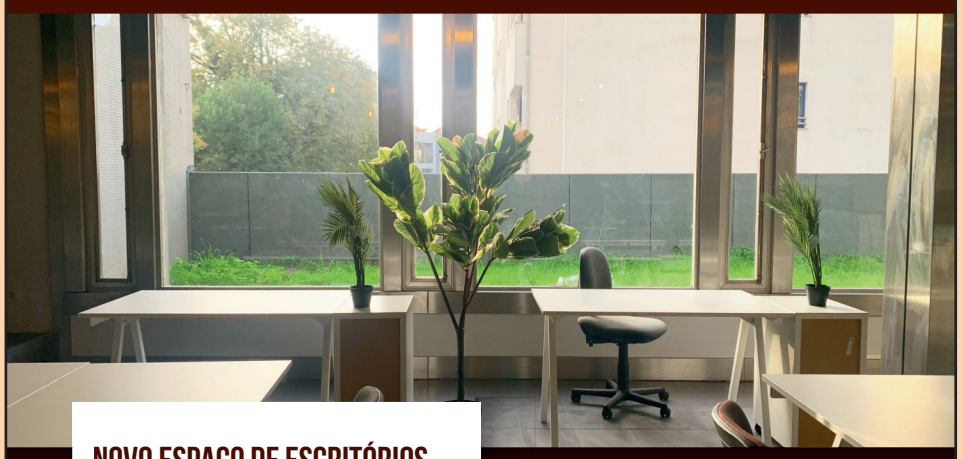
Os sindicatos mostram abertura para discutir a possibilidade de os trabalhadores venderem dias de férias, mas rejeitam alterações que facilitem o recurso ao outsourcing, considerado uma linha vermelha.

As negociações continuarão nas próximas semanas, com o Governo a procurar consensos que equilibrem flexibilidade laboral e os direitos dos trabalhadores.

PUB

COWORKING

VidaEconómica GRUPO EDITORIAL



NOVO ESPAÇO DE ESCRITÓRIOS JUNTO AO PALÁCIO DE CRISTAL NO PORTO TOTALMENTE EQUIPADO E ENVIDRAÇADO

Está à procura de um escritório moderno, espaçoso e bem localizado?

Apresentamos um novo espaço junto ao Palácio de Cristal, ideal para equipas até 30 pessoas.

Contacte-nos via WhatsApp
+32 495 99 76 49

Email:
maria.peixoto.sousa1@gmail.com

FACILIDADES

- Ambiente único: espaço totalmente envidraçado, com jardim nas traseiras.
- Conforto garantido: equipado com ar condicionado e todas as comodidades para um ambiente de trabalho produtivo.
- Zona conveniente: cozinha no espaço e restaurantes económicos mesmo em frente.
- Flexibilidade: possibilidade de divisão do espaço e contratos flexíveis.
- Escritório Virtual: Disponível a partir de 25€ mês.
- Aluguer de Sala de Reunião: Disponível por 15€/hora

ATUALIDADE

Desempregados inscritos no IEFP descem

O número de desempregados inscritos nos centros do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) voltou a baixar em junho, mantendo a trajetória de descida registada desde janeiro. O total de desempregados caiu 3,8% em termos homólogos, para 293 488 pessoas. Para a diminuição do desemprego registado, face ao mês homólogo de 2024, contribuíram os inscritos há menos de 12 meses, os que procuram um novo emprego e os maiores de 25 anos, segundo o IEFP.

AT penhora quase 100 mil salários e pensões

A Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) procedeu à penhora de 86 045 salários e 12 146 pensões no ano passado, no âmbito da cobrança coerciva de dívidas fiscais. No total, foram retidos 98 191 vencimentos e reformas ao longo do ano passado, o que correspondeu a uma média diária de cerca de 268 penhoras. Apesar dos números elevados, registou-se uma diminuição face a 2023, com menos 14,5% no número de trabalhadores com salários penhorados e menos 20% entre os pensionistas.

ADICIONAL DE SOLIDARIEDADE SOBRE O SETOR BANCÁRIO DECLARADO INCONSTITUCIONAL

Fisco terá de devolver mais de 203 milhões de euros

O Tribunal Constitucional declarou inconstitucional, com força obrigatória geral, o Adicional de Solidariedade sobre o Setor Bancário (ASSB), obrigando a Autoridade Tributária (AT) a devolver os montantes pagos entre 2020 e 2025: 180 milhões de euros, mais cerca de 23 milhões em juros indemnizatórios.

A devolução será feita por revisão oficiosa das liquidações, conforme o artigo 78.º da Lei Geral Tributária, incluindo automaticamente os juros. Sempre que os pagamentos estejam dentro do prazo legal, os bancos terão direito ao reembolso integral, sem necessidade de reclamação formal, embora essa via possa ser usada para acelerar o processo.

Criado em 2020 como tributo sobre o passivo bancário, o ASSB foi sempre alvo de críticas jurídicas e económicas. O Tribunal entendeu que a sua base de incidência — o passivo — não refletia a real capacidade contributiva, sendo arbitrária e violando os princípios da igualdade, proporcionalidade e justiça fiscal.

A decisão obriga a AT a rever liquidações ainda dentro do prazo legal, apurar os montantes devidos e transferir os reembolsos para os IBAN dos contribuintes. A AT pode compensar dívidas fiscais existentes, mas deverá abdicar de litígios em muitos dos processos pendentes.

Esta medida implica a perda de receita já prevista no Orçamento de Estado e constitui um marco importante ao reafirmar que a criação de impostos deve respeitar os princípios constitucionais. O ASSB, concebido em contexto excecional, termina agora como um alerta para o legislador.

Devolução será feita por revisão oficiosa das liquidações.

PUB

FORMAÇÃO ONLINE

VidaEconómica Business School

Gestão Contratual e mobilidade Laboral

17 de setembro | 9h30/12h30 | Duração 3 horas

Gestão de ausência, férias e cessação

18 de setembro | 9h30/12h30 | Duração 3 horas

Auditorias contraordenações e fiscalização

19 de setembro | 9h30/12h30 | Duração 3 horas

FORMADORA
Filipa Matias Magalhães
Advogada, Licenciada em Direito
Formadora na área de Direito do Trabalho

Tipo de Inscrição	Por Módulo	3 Módulos
Inscrição antecipada até 12/09/2025	65€ - Assinante 75 € - Não Assinante	185 € - Assinante 220 € - Não Assinante
Inscrição normal após 12/09/2025	70€ - Assinante 80 € - Não Assinante	200 € - Assinante 230 € - Não Assinante

GARANTA O SEU LUGAR COM VALOR REDUZIDO ATÉ 12/09/2025

INFORMAÇÕES/INSCRIÇÕES
Vida Económica - Editorial SA.
223 399 400/27 (chamada para a rede fixa nacional)
Email formacao@grupovidaeconomica.pt
www.vebs.pt

Autoridade da Concorrência lança questionário sobre setor bancário

A Autoridade da Concorrência (AdC) lançou uma consulta pública sobre a banca a retalho em Portugal. A entidade mostra-se particularmente atenta à remuneração dos depósitos e dificuldades a mudanças de banco. O regulador avança com esta iniciativa depois de, no passado, ter acusado os bancos de práticas concorrenciais ilícitas no mercado de crédito. A consulta decorre até setembro.

Receita dos impostos ambientais aumenta na UE

As receitas provenientes da cobrança de impostos ambientais na União Europeia, totalizaram 341,5 mil milhões de euros, em 2023. Verificou-se um aumento de 2,1% face ao ano anterior, de acordo com o Eurostat. Apesar do aumento das receitas, o peso dos impostos ambientais na economia da UE baixou. Em 2010, representavam 2,4% do PIB comunitário, mas em 2023 essa fatia caiu para 2%. O peso dos impostos ambientais nas receitas fiscais da UE também diminuiu, descendo de 6,3% em 2010 para 5,1% em 2023.

DIVIDENDO DA NOS ATINGE 10,4%

Empresas cotadas aumentam retorno aos acionistas

Nos últimos 12 meses, várias empresas cotadas na bolsa portuguesa têm proporcionado retornos totais significativamente superiores a outras aplicações financeiras tradicionais. A combinação entre dividendos generosos e valorização expressiva das cotações impulsionou os ganhos dos acionistas, com casos em que o retorno superou os 40%. Destaque para empresas como Sonae, REN e Ibersol, cujos desempenhos ultrapassaram essa marca, e para o BCP, que quase duplicou o valor das suas ações num ano.

O retorno médio das ações cotadas em Portugal supera atualmente o das congéneres espanholas, quer em termos de dividendos, quer em valorização. O exemplo mais notório é o da NOS, com um dividend yield de 10,4%, o mais elevado do mercado nacional. Outras empresas, como Navigator, Ibersol, EDP e REN, apresentam yields superiores a 5%, reforçando o atrativo do mercado para investidores orientados para o rendimento.

Esta tendência positiva poderá atrair mais capital para o mercado português, tanto por parte de investidores institucionais como de particulares, ainda que os riscos de mercado devam ser devidamente ponderados.

Resultados expetativas determinam cotação

Em relação ao BCP a duplicação do valor das ações reflete os lucros recorde e a perspetiva de distribuição de até 75% dos lucros até 2028, fortalecendo a confiança do mercado.

A Sonae a presentou um crescimento significativo, com receitas a subirem 23%, EBITDA a aumentar 39% e lucros líquidos a crescerem 77%, impulsionados pelo desempenho operacional e pela consolidação de novos ativos.

Em sentido inverso, a Galp: registou desempenho negativo devido à queda das margens de refinação, redução de produção e cancelamento de projetos estratégicos, como o da refinaria de lítio.

No caso da Navigator, a desvalorização resulta da realização de mais-valias por investidores, após um ciclo anterior de forte valorização, num contexto de volatilidade no setor de papel e pasta.

Embora o mercado espanhol apresente dividend yields elevados, os retornos totais são, em regra, inferiores aos verificados em Portugal. A Naturgy lidera em Espanha com 28,2%, enquanto o retorno das cotadas portuguesas ultrapassa os 40% em vários casos.

O mercado acionista português tem demonstrado desempenhos superiores, tanto em valorização como em dividendos. Empresas como BCP, Sonae, REN e Ibersol estão a liderar em retorno total, num ambiente que favorece estratégias orientadas para rendimento e crescimento. A comparação com Espanha reforça a atratividade das ações portuguesas — especialmente para investidores atentos à relação risco–benefício.

BCP teve a maior valorização

Fatores estruturais favorecem o mercado português

1. Perfil das empresas: em Portugal, muitas cotadas combinam dividendos consistentes com crescimento e internacionalização (ex.: EDP, Galp, NOS, Jerónimo Martins).

2. Valorização das ações: a recuperação económica e o interesse crescente de investidores internacionais impulsionaram os preços.

3. Estrutura de mercado: menor maturidade e liquidez proporcionam maior potencial de valorização relativa.

4. Estabilidade política e fiscal: Portugal beneficia de um contexto mais estável face a incertezas políticas e regulatórias em Espanha.

5. Política de dividendos: empresas portuguesas mantêm, em regra, políticas estáveis e previsíveis, mesmo em cenários adversos.

Maioria das empresas com retornos elevadas

Empresa	Dividend Yield	Valorização*	Retorno Total
BCP	4,5%	98%	102,5%
Sonae	4,65%	45%	49,65%
REN	5%	43%	48%
Ibersol	7,1%	43%	50,1%
EDP	5,26%	4%	9,26%
NOS	10,4%	6,7%	17,1%
Navigator	7,5%	–20%	–12,5%
Galp	3,9%	–14,6%	–10,7%
Semapa	3,6%	14,5%	18,1%
Mota Engil	2,7%	17,7%	20,4%
Jerónimo Martins	2,6%	17,7%	20,3%

*Últimos 12 meses

Rendimento médio das empresas espanholas é inferior

Empresa	Dividend Yield	Valorização*	Retorno Total
Naturgy Energy Group	8,5%	19,7%	28,2%
Banco Santander	6,5%	17,4%	23,9%
Enagás	7,8%	0%	7,8%
Iberdrola	5,5%	0%	5,5%
Repsol	5,2%	7,8%	13,0%
CaixaBank	5,0%	7,1%	12,1%
Endesa	4,8%	2,2%	7,0%
Mapfre	6,0%	0%	6,0%

*Últimos 12 meses

RITA VELOSO
Docente e Coordenadora da Pós-Graduação em Sustentabilidade – ESG: Aspetos Ambientais, Sociais e de Governance na ISAG – Executive Academy.

A Sustentabilidade como Pilar Estratégico: Investir no Futuro das Organizações

Num mundo em rápida transformação, onde os desafios ambientais, sociais e éticos se intensificam, as organizações que integram a sustentabilidade no seu ADN não se apenas destacam — prosperam. A adoção de uma cultura de sustentabilidade deixou de ser uma opção reputacional para se tornar um imperativo estratégico. É neste contexto que surge a nova Pós-Graduação em Sustentabilidade – ESG na ISAG Executive Academy, um programa inovador que alia conhecimento técnico à aplicação prática, com impacto direto nas empresas e na sociedade.

A cultura de sustentabilidade traduz-se na capacidade de alinhar os objetivos económicos com os princípios ambientais, sociais e de boa governança (ESG). Organizações que apostam nesta cultura ganham em competitividade, reputação, atração de talento e acesso a financiamento sustentável. Mais do que cumprir obrigações legais, trata-se de criar valor a longo prazo, reduzindo riscos e antecipando tendências regulatórias e de mercado.

E os números confirmam. Segundo uma investigação realizada pela Eureca em parceria com o Davos Lab e o Global Shapers, ligada ao Fórum Económico Mundial, 84,95% dos jovens entrevistados afirmaram que as empresas — públicas ou privadas — devem posicionar-se perante às políticas ESG e assumir responsabilidade nos três pilares: ambiental, social e governança. Além disso, 21,55% dos jovens demonstraram intenção em trabalhar em negócios de impacto social, e outros 19,63% mostraram interesse em atuar como voluntários em ONGs. Estes dados revelam uma mudança significativa na forma como as novas gerações escolhem os seus empregadores, valorizando cada vez mais o compromisso das empresas com causas sociais e ambientais.

Esse comportamento reforça a importância estratégica de investir em ESG não apenas como uma obrigação regulatória, mas como um fator decisivo na atração e retenção de talento jovem — um dos ativos mais valiosos para qualquer organização que deseja inovar e crescer de forma sustentável.

Um meta-estudo que analisou mais de 2.250 estudos académicos concluiu que, em 62,6% dos casos, as práticas ESG estão positivamente correlacionadas com o desempenho financeiro das empresas. Além disso, estudos recentes demonstram que empresas com boas práticas ESG tendem a apresentar menor custo de capital, maior resiliência em crises e maior preferência por parte de investidores institucionais.

O que diferencia esta Pós-Graduação? A sua clara orientação prática e aplicada. Os módulos foram desenhados para capacitar líderes e profissionais com ferramentas concretas para implementar projetos ESG nas suas organizações. Desde a gestão de recursos naturais à economia circular, da diversidade organizacional à inteligência artificial aplicada à sustentabilidade, os conteúdos são atuais, relevantes e orientados para a ação.

Outro fator distintivo é o nosso corpo docente: profissionais com experiência comprovada na implementação de estratégias ESG em empresas nacionais e internacionais de referência, que partilham casos reais, desafios enfrentados e soluções aplicadas. Esta ligação direta ao mundo empresarial garante que os participantes não aprendem apenas, mas sabem como aplicar o que aprendem.

A sustentabilidade é assim hoje, um fator de diferenciação e resiliência. Organizações e profissionais que investem em ESG estão melhor preparados para enfrentar crises, responder às exigências dos consumidores e contribuir para um futuro mais justo e equilibrado.

Esta Pós-Graduação é um convite à ação — para líderes que querem fazer parte da mudança e transformar os seus contextos com impacto positivo. Vamos criar esse impacto juntos?

NOVOS ARTIGOS DISPONÍVEIS NO SITE VIDA ECONÓMICA
www.grupovidaeconomica.pt

ALEXANDRE GUEDES DA SILVA
Presidente da Sociedade Portuguesa de Esclerose Múltipla

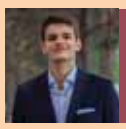
VALORIZAR A SAÚDE: UM MODELO DE VALOR PARA UMA NOVA ERA

A área da Saúde em Portugal — como em muitos países europeus — enfrenta um ponto de rutura. O atual modelo de financiamento, baseado predominantemente na quantidade de atos e procedimentos realizados, está esgotado. Não é possível continuar indefinidamente a produzir despesa sem garantir resultados mensuráveis. Como qualquer outro bem societário, a saúde tem limites de sustentabilidade orçamental, tanto do estado como das famílias. Ignorar esta realidade é colocar em risco a integridade do próprio sistema.

VÍTOR NORINHA
vnorinha@grupovidaeconomica.pt

E SE OS ELEITORES DO PS VOTAREM NO PSD

A evolução da política económica e da política do dia a dia tem algumas curiosidades e, num período de "silly season" e de pré-novo ciclo eleitoral, é de realçar aquilo que poderá acontecer nos próximos dias. Falo do possível pedido de fiscalização preventiva da lei da imigração junto do Tribunal Constitucional. Ora, este é um tema em que o Governo está dependente do partido Chega, e Luís Montenegro, líder da AD, já percebeu o risco deste tipo de cedências, pois, à segunda, quarta e sexta-feira, é o maior opositor, enquanto, à terça e quinta-feira, é um parceiro fiável.



PEDRO MOREIRA
membro do GCL da IL Matosinhos, responsável pela Juventude

SEM REFORMAS NÃO HÁ SEGURANÇA

Nos últimos anos, a segurança deixou de ser uma certeza silenciosa para se tornar uma prioridade evidente. A guerra na Ucrânia, a instabilidade no Médio Oriente, o crescimento das ameaças digitais e a tensão crescente entre blocos internacionais revelaram como as democracias europeias têm fragilidades profundas na sua capacidade de se defender. Neste novo contexto, investir em capacidades militares e estratégicas não é apenas uma escolha, mas uma necessidade.

@ Ver versão integral:
www.grupovidaeconomica.pt

M. Margarida Pereira-Müller

Silvia Reig Molina
Editora

Silvia Reig Molina é uma figura proeminente no mercado editorial português, reconhecida como fundadora e sócia-gerente da editora Levoir. A sua trajetória é um testemunho da fusão entre uma sólida experiência corporativa e uma visão empreendedora que revolucionou o acesso à banda desenhada em Portugal.

Com uma carreira que abrange mais de duas décadas em empresas multinacionais, Silvia Reig Molina tem uma base sólida em gestão e estratégia. Nasceu a 2 de agosto de 1968, em Barcelona (Espanha).

Sempre quis estudar Medicina e, de facto, foi admitida no curso no Hospital Clínic. No entanto, um amigo que estava na ESADE recomendou-lhe essa escola e o curso de Administração e Direção de Empresas. Foi visitar a escola e "fiquei fascinada com o que vi e ouvi". Fez o teste de admissão e entrou, tendo-se licenciado em 1991. "Não me arrependi nem uma única vez dessa escolha".

Seguiu-se o mestrado em Paris (HEC), entre 1990 e 1991, e várias pós-graduações. Iniciou a sua vida profissional no departamento de marketing do Grupo Danone, na água EVIAN, em Paris, onde percebeu o funcionamento das cadeias de valor, do comportamento do consumidor e da gestão de marcas — conhecimentos que se revelariam cruciais na fundação da sua própria editora. No entanto, foi na Unilever, em Espanha, França e Portugal, que aprendeu as bases da gestão de excelência.

Veio "para Portugal por amor", por um português que conheceu em Barcelona. "Hoje estou apaixonada por esta terra, pelo bravo oceano, pela poesia portuguesa e pelos portugueses".

Profissionalmente, seguiram-se outras funções, sempre no marketing, em diversas empresas multinacionais como a Unilever e o grupo Jerónimo Martins. No ano 2000, deu-se o salto para empresas de comunicação social e digital, nos departamentos de marketing e vendas do Clix e, mais tarde, do jornal Público e, em 2005, regressou a Espanha, onde liderou uma empresa da holding do Grupo Prisa durante cinco anos.

Em 2010, decidiu-se por um caminho diferente e abriu a sua própria editora, a Levoir — nome que vem de LER, VER e OIR, pois iniciaram a editora com projetos de música, cinema e literatura. "O meu desejo era promover a cultura e o saber para todos." Começaram com um projeto de música clássica na Suécia, depois em Espanha, no Brasil, na Grécia, na Bélgica...

Identificando uma lacuna no mercado cultural de qualidade a preços acessíveis, implementou uma estratégia inovadora: as parcerias com jornais de grande circulação, como Le Soir, Folha de S. Paulo, El Tiempo, La Vanguardia, El Periódico, Público, Correio da Manhã e Dagens Nyheter, entre outros. Esta abordagem permitiu que coleções cuidadosamente selecionadas e bem editadas chegassem a um público vasto e diversificado, democratizando a cultura.

Ultimamente, a aposta da Levoir na qualidade editorial — desde a tradução ao design e ao papel — elevou o estatuto da banda desenhada e da novela gráfica em Portugal. A editora não só reeditou clássicos e trouxe novos autores até então desconhecidos no país, como também inovou ao adaptar obras literárias portuguesas de autores consagrados (como Eça de Queiroz) para o formato de banda desenhada, criando uma ponte entre diferentes formas de arte e atraindo novos leitores. Em conjunto com a RTP, temos a única coleção de banda desenhada com forte apoio de campanhas de televisão, o que nos tem levado a alcançar grande sucesso, com mais de 30 livros dessa coleção incluídos no Plano Nacional de Leitura.

Summit internacional debate futuro das marcas

"Vivemos a Era do Mais", afirma à "Vida Económica" Sónia Cristina Paiva, responsável pela organização do Summit Internacional de Branding (SIB), que decorre nos dias 6, 7 e 8 de novembro na Porto Business School. A terceira edição do evento reunirá mais de 50 oradores de quatro continentes para discutir o futuro das marcas e promover conexões de alto impacto no setor.

Sónia Cristina Paiva antecipa uma edição imersiva e global sobre branding na "Era do Mais".

Vida Económica — O que representa, na prática, a "Era do Mais" para as marcas e de que forma o SIB vai ajudar os participantes a posicionarem-se nesse novo contexto?

Sónia Cristina Paiva — A terceira edição do Summit Internacional de Branding adota o mote "A Era do Mais" para refletir a profunda transformação que as marcas estão a viver. Hoje, exige-se mais: mais propósito, mais autenticidade, mais emoção, mais impacto, mais experiência e mais responsabilidade. Os consumidores estão mais atentos, informados e exigentes. Esperam marcas relevantes, socialmente conscientes, inovadoras e coerentes em todos os pontos de contacto.

O evento oferecerá conteúdos estratégicos que mostram como criar valor de forma sustentável e diferenciadora. Teremos as "Branding Talks", com líderes de empresas e personalidades que marcam esta nova era, e oportunidades de networking com especialistas internacionais, fomentando aprendizagens e parcerias futuras.

Neste novo paradigma, o branding deixa de ser apenas uma questão de imagem — é uma promessa que se vive diariamente. O SIB será o espaço ideal para transformar essa promessa em ação.

VE — Que experiências imersivas e dinâmicas estão previstas para potenciar networking e oportunidades de negócio?

SCP — O SIB 2025 aposta numa programação que valoriza a experiência e o contacto humano, indo além da teoria. Estão previstas várias dinâmicas: encontros rápidos, organizados por áreas de interesse, para facilitar conexões entre managers, criativos, consultores e empreendedores; conversas informais com oradores, permitindo trocas diretas de ideias; momentos descontraídos, com experiências gastronómicas e ativações de marca que estimulam ligações genuínas.

Estas atividades foram desenhadas para criar um espaço inspirador e colaborativo, onde os participantes não só aprendem, mas também criam redes valiosas e potenciais parcerias.

VE — Com mais de 50 oradores internacionais, que tendências globais vão ser destacadas e como podem influenciar estratégias locais de marca?

SCP — O SIB será um palco de intercâmbio entre visões globais e práticas locais. A diversidade de oradores — desde o Japão a Angola — permitirá debater como a autenticidade se expressa em diferentes culturas e como essa essência pode ser adaptada localmente sem perder relevância global.

Vamos explorar temas atuais como a fragmentação das audiências, o excesso de informação e a necessidade de adaptar linguagem, estética e valores sem comprometer a consistência. O objetivo é que os participantes saiam com insights práticos para fortalecer as suas marcas em contextos cada vez mais complexos e multiculturais.

Mais informações: siboficial.com

Mercado de trabalho acelera no verão

O verão traz consigo uma nova vaga de oportunidades no mercado de trabalho em Portugal. De acordo com os dados da Randstad, está previsto um aumento na contratação de profissionais temporários face ao verão do ano passado, num sinal claro de recuperação do setor do turismo e de maior confiança por parte das empresas.

A puxar pelo incremento do trabalho sazonal está a crescente procura turística e a realização de grandes eventos e festivais em várias regiões do país, que impulsionam a necessidade de reforços temporários na hotelaria e na restauração, mas também em áreas

como a logística, os transportes e a segurança. Adicionalmente, a maior confiança dos empresários, sustentada por um início de ano economicamente estável, tem-se traduzido num reforço do investimento na contratação, antecipando o aumento do consumo típico do período estival. O reforço do trabalho sazonal neste verão acompanha a dinâmica positiva do mercado de trabalho em Portugal. No primeiro trimestre registaram-se 5,18 milhões de pessoas empregadas, o valor mais elevado de que há registo.

As regiões mais dinâmicas em termos de oportunidades são o Algarve, a Área Metropolitana de Lisboa e o Porto, com especial destaque para zonas costeiras e cidades com forte atratividade turística.

JOSÉ MARTINO
Consultor em Desenvolvimento Territorial

Abacate

A produção de abacate em Portugal tem registado um crescimento expressivo na última década. Em 2013, foram identificados cerca de 300 hectares de abacateiros plantados. De acordo com os dados mais recentes do Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2023 esse número já ultrapassava os 4.500 hectares, o que representa um aumento superior a 1.400% em apenas dez anos.

Este crescimento notável é reflexo de uma combinação de fatores que incluem a rentabilidade intrínseca da cultura (margem bruta igual ou superior a 40%, uma das mais altas nas agriculturas de Portugal), o aumento da procura internacional traduzida em operadores que escoam e valorizam as produções nacionais, a boa adaptação da cultura às condições de climas e solos de grande parte do país e a disponibilidade financeira para investimento por parte de operadores nacionais e estrangeiros.

O abacate tem vindo a ganhar peso na economia agrícola portuguesa, não só pelo elevado valor acrescentado gerado na produção, mas também pelo seu enquadramento em cadeias de exportação bem definidas e organizadas.

Segundo a FAOSTAT, Portugal foi, em 2019, o segundo maior produtor de abacate da União Europeia, com uma produção de 13.370 toneladas, apenas atrás da Espanha.

O abacateiro é uma árvore de folha persistente e de porte vigoroso, podendo ultrapassar os 10 metros de altura se não for sujeita a podas regulares. Apresenta um sistema radicular profundo, atingindo entre 1 a 1,5 metros, o que obriga à escolha de solos sem camadas impermeáveis. Prefere solos com pH ligeiramente ácido a neutro (entre 6,2 e 6,5), profundos, bem drenados, não tolera solos encharcados ou compactados, sob risco de asfixia radicular, pelo que, são recomendáveis os que têm textura franca e ricos em matéria orgânica.

A planta é particularmente sensível ao frio, sendo suscetível a geadas de inverno, com estragos irreversíveis quando as temperaturas atingem os -3 ºC ou inferiores. Por isso, o ideal é cultivar em locais com invernos suaves, boa exposição solar, preferencialmente a sul e de meia encosta. Fora das zonas sem geada, perto do Litoral, onde há probabilidade de geadas, recomenda-se a instalação de sistemas anti-geada através de rega por microaspersão sobre a copa das plantas, ativados sempre que a temperatura do ar desce abaixo de 1 ºC.

O abacateiro tem um melhor desenvolvimento com temperaturas médias entre os 20 ºC e os 25 ºC. No entanto, em períodos de calor mais intenso, exige irrigação permanente e monitorização cuidadosa, sobretudo durante a fase de floração e vingamento. Além disso, é uma planta sensível a ventos fortes. Uma das críticas mais comuns à cultura do abacate prende-se com o mito "consumo excessivo de água".

No entanto, em Portugal, os números mostram uma realidade bastante mais equilibrada. Publicações da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural indicam que o consumo está entre 4911 a 7343 m³ por hectare por ano – um valor pouco superior às exigências de culturas como os citrinos. Além disso, muitas explorações recorrem a sistemas de rega gota-a-gota, sensores de humidade, cobertura do solo na linha das plantas com plástico, o que permite aumentar substancialmente a eficiência no uso da água, podendo reduzir as necessidades de água até metade dos quantitativos indicados acima. Realça-se que, não é má a cultura do abacate, mas sim a sua monocultura, tal como todas as outras, seja vinha, seja olival, etc.

PUB

A Predial Liz

Penthouse T6 Duplex - Foz douro

Vistas de Rio e Mar

500m² de luxo absoluto em localização privilegiada.
Terraços panorâmicos, 3 lugares de garagem
Voltado a sul/nascente/poente - . CE: A

Tel.: 226 175 689 • 917 694 446 • 917 694 251
www.predialliz.com

ATUALIDADE

Ócio & Negócios

Tribunal Constitucional em obras (com possível empreitada do Chega)

Preparem os martelos e os compêndios jurídicos: vem aí uma remodelação no Tribunal Constitucional! Três juízes terminam mandato e Montenegro enfrenta o dilema mais constitucional desde a invenção das gravatas às riscas: faz acordo com o Chega ou pede ajuda à IL e ao Livre — a verdadeira versão política do "Quem Quer Ser Milionário?", só que com menos prémios e mais riscos de crise institucional.

O PS já veio dizer que isto é matéria de regime e, como tal, só se joga a pares. Mas Montenegro, pragmático, está mais virado para o poker: mantém todas as cartas na manga e até já insinua que Ventura pode ser trunfo. Ventura, claro, diz que não quer lugares — como quem passa por uma montra de bolos a dizer "não estou interessado" enquanto baba discretamente.

Se o PSD ceder um lugar ao Chega, será a primeira vez que um partido populista ajuda a escolher um juiz do Constitucional desde… bem, desde sempre. E isso levanta uma dúvida crucial: será que os próximos acórdãos virão com emojis ou lives no TikTok?

Uma coisa é certa: com tanta vaga no TC, já se fala em chamar o INEM constitucional. Porque isto não é só uma questão de Direito — é uma questão de jeitinho político. E o martelo final ainda está por bater.

Maçonaria 2026 – O compasso e o esquadro das presidenciais

Almirante ou Seguro? Eis a questão que agita não só as sondagens, mas também os compêndios secretos da maçonaria nacional. Oficialmente, os maçons não se metem em política. Extraoficialmente… bem, digamos que o avental pode ter uns bolsos fundos onde cabem apoios discretos.

De um lado, temos Gouveia e Melo, almirante, homem de navegações difíceis — nomeadamente entre vírus, vacinas e debates televisivos. Do outro, Seguro, que parece ter voltado da reforma política como quem regressa de um retiro maçónico nas Caldas. Afinal, é casado com uma Maldonado Freitas, o que, na maçonaria, vale mais do que um bilhete dourado do Willy Wonka.

O Grande Oriente Lusitano, com os seus rituais laicos e um ligeiro aroma a creme Nívea de farmácia centenária, inclina-se para Seguro. A Grande Loja Regular, mais rígida que um compasso de latão, parece preferir o almirante — talvez por afinidade com fardas e cerimónias militares.

Claro que todos negam apoios: "não falamos de política!", dizem, enquanto disfarçam um piscar de olho e ajeitam o avental com ar conspirativo. Mas entre apertos de mão secretos e convites para jantares "informais", os votos vão sendo cozinhados — provavelmente numa sala discreta por trás de uma farmácia.

Conclusão: em 2026, o verdadeiro vencedor pode ser o maçom que conseguir estar nas três candidaturas ao mesmo tempo... e ainda sobrar para Marques Mendes.

Trump vs. Wall Street Journal: o drama da carta com contornos… artísticos

Donald Trump está furioso — e não é por causa da cor do bronzeado. O Presidente dos EUA ameaça agora processar o Wall Street Journal por publicar uma alegada carta que teria enviado ao (nada saudoso) Jeffrey Epstein.

Segundo o WSJ, a carta inclui palavras carinhosas dentro do contorno de uma mulher nua — desenhada, imagine-se, pelo próprio Trump, com assinatura colocada estrategicamente abaixo da cintura. Se for arte, é vanguardista. Se for verdade, é constrangedor. Se for mentira, é material para mais um reality show com advogados.

Trump diz que tudo é falso, claro. Que nunca escreveu tal coisa. E que o jornal é "imundo e desesperado" — como um reality da TV cabo ao domingo à noite.

Na sua rede Truth Social, o Presidente prometeu processar o jornal, a News Corp, Rupert Murdoch e, provavelmente, o marcador que alegadamente usou.

Enquanto isso, Ghislaine Maxwell, a curadora involuntária do álbum dos horrores, continua na prisão, talvez a pensar que devia ter optado por fazer um PowerPoint de aniversário em vez de colecionar cartas potencialmente presidenciais.

Num país dividido, resta saber: quem está a mentir? E mais importante… por que uma mulher nua, Donald?

Adeus moedas, olá microtransações: o fisco quer troco até do café

O Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos (STI) decidiu lançar um conjunto de 26 medidas para combater a fraude fiscal — e entre elas brilha uma pérola de modernidade: proibir pagamentos em dinheiro acima de 10 euros. Sim, leu bem. Comprar um frango assado com notas? Infração tributária grave punida com coima. Levar o carro à lavagem e pagar em moedas? Crime organizado.

A ideia é simples: se não há notas, não há fugas. Mas com o teto dos 10 euros, até comprar três pães, um litro de leite e uma pasta de dentes poderá exigir... MB Way, PIN e recibo em triplicado.

E não é tudo: o STI também propõe cruzar e-faturas com processos judiciais envolvendo advogados. Ou seja, se um causídico comprar um toner para a impressora e não declarar... o fisco já sabe.

Portugal avança para um futuro onde a única coisa que escapará ao controlo fiscal é o pensamento (e mesmo assim, por enquanto).

Mas olhem pelo lado positivo: quando disser ao taxista que "não tem troco", será verdade — porque já não se pode utilizar.

Vales Eficiência: muito prometem, pouco entregam… e geram queixas com eficiência máxima

Os Vales Eficiência estão para os portugueses como o Wi-Fi grátis nos cafés: toda a gente ouviu falar, poucos conseguiram usar. Nos primeiros seis meses de 2025, as reclamações dispararam 177%. Eficiência? Só na velocidade das queixas.

O programa, criado para combater a pobreza energética, acabou por gerar mais calor nas linhas de apoio do que nos lares das famílias vulneráveis. Dizem que era para distribuir 100 mil vales, mas o Governo decidiu aplicar o velho truque do "metade da dose" e cortou para 60 mil. Resultado? Foram entregues menos de 20 mil — e uns 4 mil ainda nem saíram da gaveta.

As histórias abundam: a D. Inês ainda está à espera do vale desde 2023. Já a Sónia ficou "não conforme", possivelmente por não ter enviado o formulário em triplicado, assinado com sangue e certificado pelo espírito do Marquês de Pombal.

Com 48% das reclamações sem resposta e mais de 23% em modo espera eterna, parece que o Ministério do Ambiente e a Agência Portuguesa do Ambiente estão mais ocupados com a reciclagem de desculpas do que com a distribuição de apoios.

Mas há esperança: há 90 milhões disponíveis para eletrodomésticos e obras. Se não der para aquecer a casa, talvez dê para fazer uma cozinha nova para chorar em grande estilo.

ASSB: o imposto que foi… e voltou com juros

Criado em 2020 para "solidarizar" os bancos com a Segurança Social, o imposto ASSB agora vai, solidariamente... voltar aos bancos — com juros. O Tribunal Constitucional decidiu que a medida era inconstitucional, e o Estado foi condenado a devolver 200 milhões de euros. Sim, leu bem: duzentos milhões, mais 4% de juros — porque até a justiça, quando tarda, cobra à moda da banca.

O imposto nasceu como solução temporária em tempos de pandemia, mas ficou tanto tempo a mais que já pedia café, torradas e reforma antecipada. Só que a base era o "passivo bancário", o que o TC considerou pouco justo — e com razão: há casamentos com menos retroatividade do que esta taxa.

Agora, a Autoridade Tributária tem de engolir em seco, arquivar tudo e começar a fazer contas ao que vai sair do cofre. Já os bancos, que choravam pelo imposto, agora limpam as lágrimas... com notas de 50.

Centeno, o pai da ideia, talvez deseje que este imposto tivesse ficado apenas no PowerPoint. E o Governo? Vai ter de "solidarizar-se" com a fatura — porque, ao que parece, fazer leis mal cozidas também sai caro.

Ócio & Negócios

Rui Moreira em Belém? Porto pode exportar mais do que tripas e francesinhas

Três meses depois de garantir que não era "talhado" para a missão, Rui Moreira estará a ponderar lançar-se na corrida a Belém. O presidente da Câmara do Porto, que já navegou pelo Douro, parece agora pronto para rumar ao Tejo — de preferência com o apoio do Norte inteiro e, quem sabe, de bastantes cidadãos de outras regiões rendidos à voz calma e ao cabelo disciplinado.

Entretanto, o Almirante Gouveia e Melo está em águas agitadas e, segundo a sondagem mais recente, empatou tecnicamente com Seguro e Marques Mendes — prova de que até os militares precisam de coletes salva-sondagens.

Moreira, por sua vez, pode ser o "independente com sotaque" que faltava no baile presidencial: chega com cachecol do FCP ao pescoço e discurso sem GPS partidário.

Se for eleito, o Palácio de Belém poderá ter finalmente uma "sala da Invicta", onde se serve vinho do Porto e se debate a importância estratégica da regionalização..

Resta saber se Rui Moreira mantém a recusa ou se muda o discurso com a mesma elegância com que muda a gravata. Porque, como bem sabemos, em política, "não estar talhado" hoje pode ser só prenúncio para uma candidatura de alfaiate amanhã.

Visão de águia… negócios de lince

Fernando Vaz, até há pouco diretor de oftalmologia do Hospital de Braga e também coordenador da oftalmologia no Instituto e Hospital CUF Porto, viu-se forçado a piscar o olho à porta de saída depois de 15 anos a ver tudo… menos o conflito de interesses.

Afinal, a empresa Iberoftal, da qual detém 30%, arrecadou mais de 27 milhões do hospital desde 2019 — o que, para quem trata da visão alheia, é um número que salta à vista.

Dizem que os serviços eram prestados com os meios do hospital, mas os lucros tinham lentes bifocais: uma parte para a empresa, outra para a polémica.

Fernando jurava que via tudo com clareza, mas a investigação da TVI e da CNN Portugal mostrou que os contratos estavam tão bem escondidos que nem com colírio se viam. Ainda assim, a Iberoftal continua no hospital até 2027 — porque, mesmo com a saída do médico, os milhões ficaram de vista fixa.

Resta saber se este caso nos vai abrir os olhos... ou se vamos continuar a olhar para o lado.

World of Wine com apoio público moral

No alto das caves de Gaia ergue-se o World of Wine, também conhecido por WoW — não confundir com a expressão de espanto, embora dê mesmo vontade de exclamar "uau!".

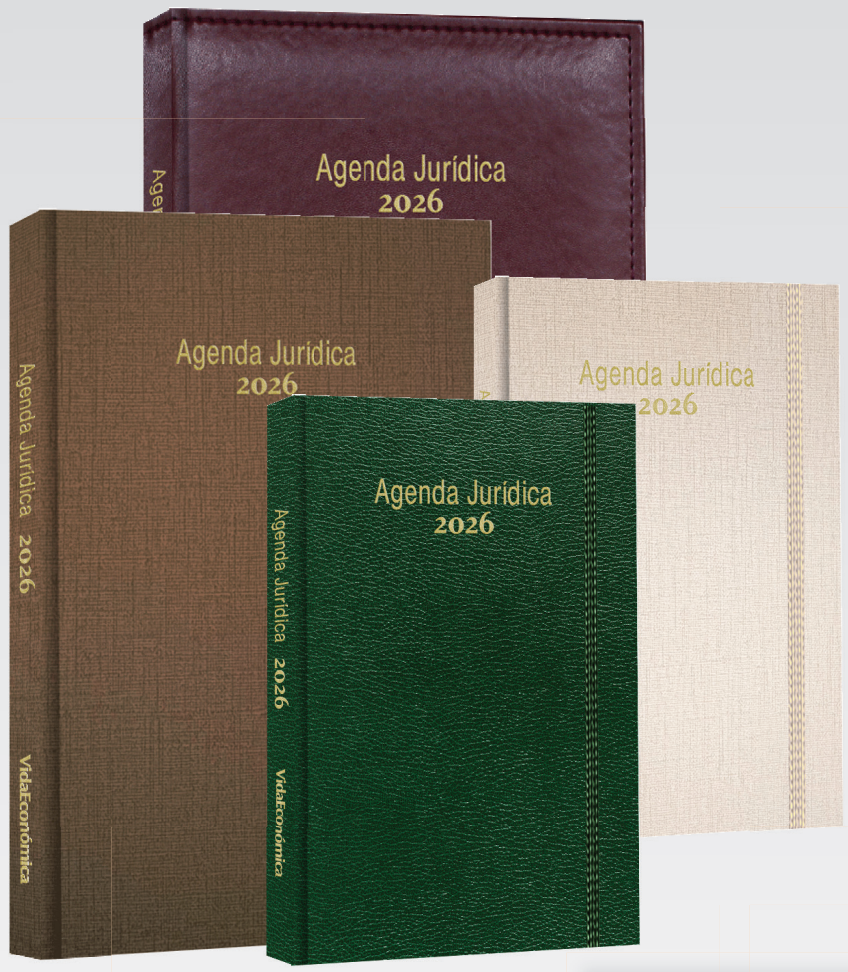
Depois de ter construído de raiz o Yeatman Hotel, Adrien Bridge decidiu pôr Gaia no mapa com o World of Wine — ou WoW, como quem antecipa a reação dos visitantes. Foram investidos 102,85 milhões de euros para transformar antigas caves numa cidade cultural do vinho, com museus, restaurantes, exposições e experiências imersivas. Era caso para a União Europeia encher o copo e brindar de pé. Mas… brindou de lado.

O apoio europeu ficou-se pelos 5,35 milhões. O Estado português? Levou a garrafa, mas esqueceu-se de a abrir. Zero. Nem um cheirinho. Talvez tenham pensado que "vinho" rima com "luxo" e "luxo" com "tu que pagues".

Adrien não desanimou. Abriu museus, lojas, miradouros, até um planetário — tudo com um entusiasmo que faria Baco corar. E ainda deve estar à espera de que alguém do Compete 2020 lhe ligue a dizer: "Olhe, afinal tínhamos aqui um resto de verba para o WoW!"

Moral da história? Em Portugal, pode-se investir 100 milhões num projeto inovador, criar centenas de empregos, revitalizar um quarteirão inteiro… mas, se quiser ajuda pública, é melhor vender rifas ou organizar uma marcha solidária. A maioria dos recursos do Compete destina-se a projetos do Estado e a entidades públicas, e não a apoiar o investimento das empresas.

PUB



Líder do mercado
Desde 1996

Agenda Jurídica 2026

Atualizada e imprescindível
A mais completa

Uma gama alargada de cores e acabamentos

Desconto Pré-reserva de 20% até 22.08

DESCONTOS E OUTRAS CONDIÇÕES

Descontos de quantidade não acumuláveis com outras campanhas ou promoções em vigor.
- Encomendas de 3 a 10 Agendas – 10%
- Encomendas superiores a 10 Agendas – 15%
- Em encomendas de valor inferior a € 30 acrescem despesas de envio de € 3,5

Valores com IVA incluído.

VidaEconómica
encomendas@grupovidaeconomica.pt
livrariafisica@grupovidaeconomica.pt
https://www.grupovidaeconomica.pt/pt-pt/livraria-online
223 399 400

Nome
Morada
C. Postal - Tel.
E-mail Nº Contribuinte

Versão / Preço / Cor	Preto	Azul	Bordeaux	Verde	Vermelho	Turquesa (tecido)	Cinza	Castanho	Roxo	Rosa	Beje
Classique = € 23,60				—	—	—	—	—	—	—	—
Tradicional = € 22									—	—	
Tradicional (Capa texturado) = € 22	—		—		—	—	—	—	—	—	—
Bolso (Capa lisa) = € 16,90					—						
Bolso (Capa texturado) = € 16,90	—		—		—	—	—	—	—	—	—
Agenda Tradicional + Capa Prestigio = € 33,50									—	—	
Capa Prestigio = € 14,90											

— Não disponível

☐ Pago por transferência bancária para o IBAN PT50 0033 0000 4531 3889 1130 5 (é necessário enviar comprovativo)
☐ Solicito envio de referência de multibanco para o email
☐ Solicito o envio à cobrança. (Acrescem € 5 para despesas de envio)

☐ Autorizo que a Vida Económica Editorial S.A. trate e utilize os meus dados pessoais, constantes deste formulário, para efeito de ações de marketing e promoção de produtos, serviços, campanhas e eventos da Vida Económica Editorial S.A.. Mais declaro ter sido informado que a qualquer momento poderei requerer o apagamento ou retificação dos meus dados pessoais, bem como opor-me a qualquer outra forma de tratamento desses dados, de acordo com a Política de Privacidade disponível em: http://www.vidaeconomica.pt/politica-de-privacidade

ATUALIDADE

GOSTAVA DE NÃO TER RAZÃO

Fisco: a prova que o estado não tem remédio...

JANUS

Enquanto em Portugal se tenta discutir, timidamente, reformas estruturais para modernizar o Estado e combater a burocracia que há décadas estrangula o desenvolvimento económico e social, o Fisco vem anunciar o endurecimento dos critérios de reembolso do IVA. Justificam-se com a necessidade de mais tempo para verificar "eventuais fraudes". No entanto, a leitura que se impõe é que estamos a assistir ao reforço de uma mentalidade estatista, desconfiada por natureza, tecnocrática por convicção e incapaz de distinguir eficácia de controlo excessivo.

Este anúncio não surge por acaso. É reflexo de uma Administração Pública capturada por elites burocráticas que se sentem confortáveis num sistema onde o poder é exercido não pela competência, mas pela opacidade e lentidão. Os poucos mecanismos que funcionavam com relativa eficiência tornam-se alvo de sabotagem interna, como se fosse inaceitável que algo no Estado fosse simples, direto ou favorável ao cidadão.

Ao dificultar reembolsos do IVA, um instrumento vital para a tesouraria das empresas, o Estado português mostra, uma vez mais, que prefere tratar os contribuintes como suspeitos, e não como parceiros. É uma cultura de desconfiança institucionalizada, que enraíza o medo, penaliza os mais cumpridores e deixa prosperar quem contorna o sistema.

Se o Governo realmente deseja reformar a Administração Pública, precisa de atacar esta cultura de fundo. Sem isso, nenhuma digitalização, nenhum plano de eficiência ou simplificação normativa resultará. Continuaremos a assistir à debandada de empresas, à fuga de talentos e ao colapso de investimento. Cresce o setor público improdutivo, alimentado com impostos que penalizam a economia real. O Estado, neste cenário, não é solução — é o maior dos problemas. E o país começa a não ter mais paciência.

TAP: UM CICLO VICIOSO SEM FIM À VISTA

A TAP é o exemplo perfeito do fracasso da política económica portuguesa. Uma companhia aérea que deveria servir o país tornou-se um fardo que consome recursos, credibilidade e paciência. Desde a sua nacionalização, desfeita e refeita ao sabor das conveniências partidárias, a TAP deixou de ser uma empresa de aviação para se transformar num campo de batalha ideológica.

Pedro Passos Coelho, por imposição externa da troika, teve a coragem de privatizar a empresa. Era uma decisão dura, mas necessária. António Costa, em plena era da "geringonça", cedeu à pressão ideológica e reverteu essa decisão, comprometendo o erário público em milhares de milhões de euros. O resultado? Uma TAP ineficiente, sobrecarregada por uma cultura interna resistente à mudança, e sem qualquer compromisso com os interesses nacionais.

A TAP continua a ignorar regiões inteiras do país, como o Norte e o Porto, tratando-as com desdém. Fala-se de "serviço público", mas o verdadeiro serviço ao público está ausente: cancelamentos frequentes, preços elevados, má qualidade no atendimento. O discurso é sempre o mesmo — estratégico, essencial, simbólico — mas a prática é uma empresa que vive de subsídios, que não respeita os seus clientes e que apenas sobrevive porque o Estado a financia.

Agora, o Governo de Luís Montenegro pretende vender 49,99% da companhia. Que tipo de investidor aceitará essa fatia minoritária, num setor altamente volátil, numa empresa com dívidas, conflitos internos e dependência política? Montenegro, em vez de fazer uma rutura definitiva com este passado oneroso, prefere contemporizar — agradar ao PS e evitar confrontos com o CHEGA, que usa a TAP como bandeira populista, sem nunca apresentar soluções reais.

Esta nova tentativa de reprivatização parcial tem tudo para falhar. A TAP continuará a ser um sorvedouro de dinheiro público e um túmulo político. Mais uma vez, como tantas outras, ficaremos a repetir: "Gostava de não ter razão."

FUNDOS COMUNITÁRIOS: UMA CHANCE DESPERDIÇADA

Portugal foi, durante algum tempo, exemplo europeu na absorção de fundos comunitários. Hoje, é exemplo de como não o fazer. O problema não está na falta de recursos, mas na forma como são geridos. Em vez de serem canalizados para apoiar a economia real, criar emprego, incentivar a inovação e modernizar setores produtivos, os fundos são absorvidos por entidades públicas, por projetos de fachada e por uma máquina administrativa que tudo complica.

As plataformas de candidaturas são labirínticas, cheias de erros e com critérios que mudam a meio dos processos. Os pagamentos atrasam-se. Os promotores privados enfrentam um autêntico calvário burocrático, enquanto o setor público continua a ser o maior beneficiário, mesmo quando não tem qualquer competência técnica para executar projetos com impacto.

A recusa da Comissão Europeia em aprovar o projeto português de Alta Velocidade é apenas o exemplo mais recente. Um projeto inscrito nas prioridades de Bruxelas, com financiamento disponível, foi chumbado. Perdeu-se mil milhões de euros, que agora terão de sair do Orçamento do Estado. E ninguém se responsabiliza.

As empresas, por outro lado, são obrigadas a devolver apoios por mínimos detalhes — muitas vezes após investimentos já realizados — num ambiente de absoluta insegurança jurídica. Enquanto isso, o Estado falha sem consequências.

Há décadas que se fala da necessidade de melhorar a execução de fundos europeus. Mas a verdade é que nunca estivemos tão longe da eficácia do velho PEDIP, que, mesmo nos seus primórdios, foi um sistema orientado para ajudar quem investia, e não para premiar quem controlava.

EUROPA: ENTRE O FIM DE UMA ERA E O INÍCIO DE UM TESTE

A Comissão Europeia apresentou a proposta de Orçamento da União para 2028-2034, que ascende a 2 biliões de euros. A promessa é simplificar, reduzir programas e apostar na competitividade, ciência, tecnologia e defesa. A realidade, no entanto, parece menos promissora.

O Parlamento Europeu já alerta: as contas não chegam. Os Estados-membros exigem mais dinheiro, enquanto a capacidade de investimento da UE diminui. Continuar a lançar dinheiro sobre problemas estruturais sem visão estratégica resulta apenas em desperdício. A Europa perde relevância no mundo: cresce menos, inova menos, influencia menos.

O foco mudará. Os fundos destinados à coesão e à agricultura encolherão.

A prioridade será defesa, inteligência artificial, energia e política externa.

Países que não se adaptarem a este novo quadro ficarão para trás. Portugal, com uma estrutura dependente dos subsídios europeus, corre esse risco.

É urgente uma mudança de mentalidade. Portugal não pode continuar a contar com a "generosidade de Bruxelas".

Ou se transforma num país com visão própria e capacidade de execução, ou ficará excluído de uma nova Europa que será menos solidária, mais pragmática e profundamente competitiva.

MUNDO: A TRANSIÇÃO DO "VUCA" PARA O "CAOS"

Durante décadas, a sigla VUCA (volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade) tentou explicar o caos global. Mas o mundo de hoje superou esse conceito. A pandemia, as guerras, a inflação, a crise energética, os conflitos no Médio Oriente, a ameaça nuclear, a guerra comercial entre superpotências e o regresso de Donald Trump — tudo isto tornou o mundo ainda mais instável.

Surge então o conceito de CAOS, proposto por Paulo Kendzerski, como uma nova lente de leitura:

- Contradiction: colapso dos modelos tradicionais e das estruturas de poder;
- Anxiety: uma ansiedade coletiva provocada pela imprevisibilidade constante;
- Obsolescence: uma obsolescência acelerada de tudo — tecnologia, valores, cultura, modelos mentais;
- Scarcity & Saturation: escassez de recursos e saturação de informação, estímulos e responsabilidades.

Num mundo onde tudo muda a cada instante, as pessoas vivem numa espécie de exaustão permanente. Confiança, tempo, estabilidade, sentido — tudo parece escasso. A liderança, neste contexto, exige serenidade, ética, preparo e visão de longo prazo. Mas o que vemos são líderes impreparados, populistas e inconsequentes.

Portugal sofre de um défice de comando. A sociedade está órfã de referências. Entre tecnocratas insensíveis e demagogos sem rumo, não há projeto, não há esperança.

Vivemos tempos de múltiplas verdades que se anulam, de ideologias vazias, de narrativas que mudam conforme a conveniência. O "mundo CAOS" está aí — e tende a repetir-se porque insistimos em ignorar a História.

> ***"A mudança está chegar, e o que é bom para a Espanha também é para Portugal"***

LAPIDAR

"Se a estabilidade política não gerar transformação, é um desperdício."

— Vítor Bento, Economista, Presidente da Associação Portuguesa de Bancos

PUB

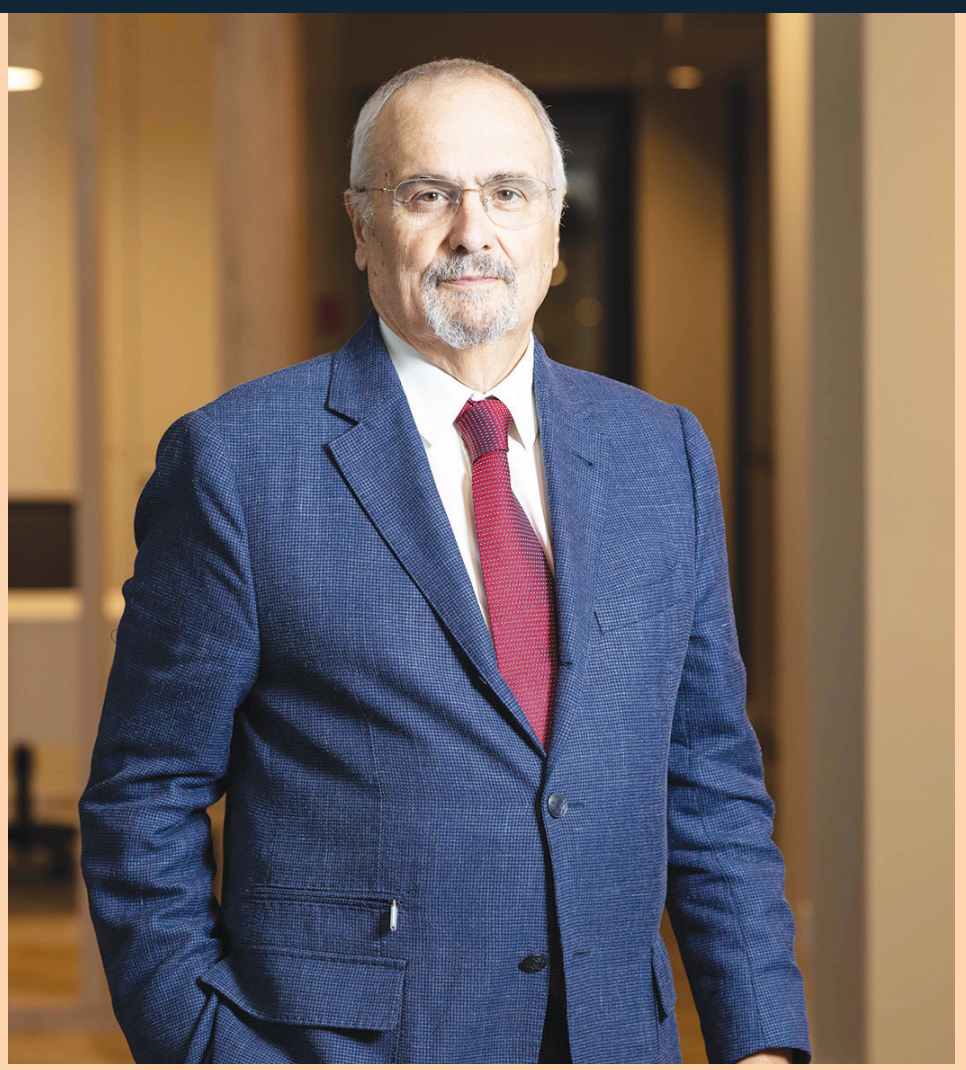
PUBLIREPORTAGEM

Projeto acelerar o Norte

LÍDER DO CONSÓRCIO ACREDITA QUE A TRANSFORMAÇÃO DIGITAL É UMA NECESSIDADE

Presidente da CCP quer projeto a garantir competências e resultados no terreno

Vinte meses depois de ser apresentado publicamente o projeto "Acelerar o Norte", os números impressionam: foram percorridos mais de dez mil quilómetros, impactando milhares de empresários, com o objetivo de transformar a relação das pequenas empresas do Norte com o digital. Com um investimento de 19 milhões de euros e dois anos de duração, esta iniciativa, promovida pela CCP, AEP, AHRESP e ACEPI, visa impulsionar a transição digital de mais de oito mil micro, pequenas e médias empresas (MPME) da região.



A operação arrancou no terreno em março de 2024, com o primeiro encontro do Roadshow para a Digitalização do Norte, em Braga. Desde então, foram realizadas mais 53 ações de sensibilização e 180 sessões de capacitação, que reuniram mais de cinco mil participantes. No total, foram cerca de 500 horas de capacitação prática e especializada, orientadas por profissionais experientes em temas como ferramentas digitais, comércio eletrónico e marketing digital.

Para o consórcio promotor, o balanço é positivo. "Os resultados mostram um impacto significativo na promoção da transição digital das empresas na região Norte", destaca João Vieira Lopes, presidente da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), entidade que lidera o consórcio. "Ficou claro que há uma grande vontade de mudança por parte dos empresários, e o nosso trabalho é garantir que essa vontade se traduz em competências e resultados."

O número de empresas interessadas também comprova essa tendência: mais de oito mil manifestaram vontade de aderir ao projeto, refletindo uma forte procura por soluções digitais adaptadas aos seus contextos.

O projeto cobre as oito sub-regiões do Norte de Portugal — Alto Minho, Cávado, Ave, Alto Tâmega, Área Metropolitana do Porto, Tâmega e Sousa, Douro e Terras de Trás-os-Montes — através de uma rede de 16 Aceleradoras de Comércio Digital, uma estrutura que conta com 40 profissionais. Cada uma delas funciona como um polo de apoio e transformação, com equipas no terreno a contactar diretamente com os empresários, garantindo que nenhum negócio fica para trás.

A abrangência territorial só é possível graças à articulação com mais de uma centena de parceiros locais, entre câmaras municipais, associações empresariais e organizações privadas. "Estamos a falar de uma verdadeira megaoperação de digitalização, que só é possível com uma rede de colaboração muito sólida a nível regional", reforça João Vieira Lopes. "O tecido associativo, juntamente com as autarquias e outras entidades locais, tem desempenhado um papel fundamental para levar o projeto onde é mais necessário."

A estrutura do projeto assentou em dois grandes eixos: o Roadshow para a Digitalização do Norte, que visava sensibilizar e motivar os empresários para a mudança, e que foi concluído em abril deste ano; e o Roadshow de Capacitação do Norte, que ofereceu ferramentas concretas para a ação. O acompanhamento das empresas intervencionadas no âmbito do projeto abrange ainda a realização de um diagnóstico de maturidade digital, seguido de um plano de transição digital e da atribuição de vouchers de até 2.000€ para acesso a serviços digitais. Como complemento, o projeto *Acelerar o Norte* lançou a **Academia Digital Acelerar o Norte**, uma plataforma online gratuita que oferece cursos e conteúdos em áreas fundamentais da presença digital e do comércio eletrónico.

Desenvolvida para ampliar o alcance do programa de capacitação, a academia foi pensada especialmente para gestores, empresários e colaboradores que não puderam participar nos workshops de capacitação realizados. Ao mesmo tempo, permite a quem já participou nestas ações revisitar os conteúdos programáticos, reforçando aprendizagens. O objetivo da Academia é garantir que todos tenham acesso às ferramentas necessárias para fortalecer a presença digital das suas marcas e negócios.

"A digitalização é para todos os negócios, do maior ao mais pequeno. Queremos mostrar que a transformação digital não é um luxo, é uma necessidade — e que os pequenos negócios podem beneficiar tanto ou mais do que os grandes", conclui João Vieira Lopes.

ACELERAR O NORTE
DIGITALIZAR NEGÓCIOS, CRESCER A ECONOMIA.

O Acelerar o Norte – projeto financiado pela União Europeia, através do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e do NextGenerationEU, enquadrado na medida Aceleradoras de Comércio Digital, que integra o investimento 02 – Transição Digital das Empresas da componente 16 – Empresas 4.0 do PRR – propõe-se a contribuir para a mudança de atitude empresarial, facilitando a adoção de estratégias e soluções digitais que permitam atrair novos clientes, aumentar as vendas e simplificar processos para fazer crescer o negócio em todas as frentes.

PRR Plano de Recuperação e Resiliência · REPÚBLICA PORTUGUESA · Financiado pela União Europeia NextGenerationEU

NEGÓCIOS E EMPRESAS

Maxfinance abre 17 agências

A Maxfinance, marca de intermediação de crédito, abriu 17 novas agências no primeiro semestre. As novas localizações abrangem diferentes zonas do país, designadamente Paços de Ferreira, Ansião, Entroncamento, Sintra, Lisboa, Seixal, Alcochete, Vendas Novas, Aljezur, Portimão, Silves e Ponta Delgada. No 1º semestre, a Maxfinance registou um volume de crédito intermediado que ultrapassou 1,3 mil milhões de euros, o que representou um crescimento superior a 35% face a período homólogo.

Empresas de calçado querem duplicar exportações técnicas

A indústria portuguesa de calçado pretende duplicar as exportações de calçado técnico para 100 milhões de euros até final da década. A APICCAPS acredita que o objetivo é viável através do projeto mobilizador FAIST, que junta 45 parceiros e pretende desenvolver tecnologia de ponta capaz de dotar as empresas das melhores soluções técnicas para responder ao mercado. O investimento previsto para a defesa abre toda uma série de novas oportunidades ao setor, até porque os preços são competitivos.

NOVO LIVRO DE PAULO MORGADO E LUIS AFONSO EDITADO PELA VIDA ECONÓMICA

Vender ou não vender: eis a questão apresentado na AIP

Acaba de ser lançado o livro Vender ou não vender: eis a questão, da autoria do gestor Paulo Morgado e do cartoonista Luis Afonso. A apresentação desta nova edição da Vida Económica decorreu há dias na Sala dos Presidentes da Associação Industrial Portuguesa, em Lisboa, contando com a presença de mais de 60 convidados.

Na apresentação do livro Vender ou não vender: eis a questão, Paulo Morgado — coautor da obra — comentou como o humor, a subjetividade e a crítica subtil se entrelaçaram numa reflexão pessoal sobre o processo criativo, a identidade e a expressão. Para Paulo Morgado, a autenticidade está no gosto pessoal e na liberdade de fazer diferente, mesmo em algo tão pragmático como vender.

O gestor partilhou como o ato de desenhar funciona como uma forma de fuga — uma espécie de descompressão que, no entanto, exige também respeito pelo outro. Referiu-se à colaboração com Luis Afonso e à informalidade do processo criativo, com reuniões espontâneas, até com ambições para Madrid, entre projetos e ideias em ebulição.

A intervenção percorreu temas aparentemente dispersos, mas interligados por uma visão lúdica e crítica da rotina: o gosto de "fazer coisas para aparecer", o papel dos encontros para pensar — ou comer — e até a curiosa forma como se planeia o ano sem grande rigidez. Com humor, falou do "estudo anual", das cidades sem nome e de como tudo parece estar sempre "quase a acontecer".

"O que eu levo é uma perspetiva do mundo empresarial. O movimento predominante em Portugal, que gosta pouco que se faça sem qualquer tipo de reparo. E, portanto, fazê-lo através do humor acaba por ser mais fácil para passar algumas mensagens que continuam a acontecer nas organizações. E é um pouco esse o objetivo: o livro bem inserido dentro de casa, brindes ou até uma empresa que foi criada para ajudar as empresas a crescer. E estas tiras comerciais também põem em evidência muitas das falhas que as empresas têm e de que muitas vezes não se apercebem. E é bom que essas coisas se disponham e que se exponham as empresas e aquilo que têm de melhorar consideravelmente" — afirmou.

O livro associa a perspetiva empresarial de Paulo Morgado aos cartoons de Luis Afonso.

"Eu sempre tive este problema, que foi ser bastante independente e conseguir brincar com o mundo dos negócios, mesmo tendo como meus clientes as pessoas do mundo dos negócios, o que é sempre uma profissão arriscada" — disse Paulo Morgado. "Mas eu gosto de correr riscos e acho que, quando nós temos uma passagem aqui pela Terra, deve ser para deixar uma marca qualquer. E que é ser assertivo e não apenas aquilo que é o mais simples de acontecer em sociedades mais pequenas, em sociedades mais paroquiais, que é o 'não brincar com estas coisas'. Senão, não vale a pena estar aqui a dizer coisas."

No final, anunciou com entusiasmo que "já temos o título do próximo", revelando que o trabalho continua — com criatividade, liberdade e o desejo de manter o pensamento em movimento. Porque, para Paulo Morgado, pensar diferente é, acima de tudo, um exercício de prazer.

Entre o desenho, o humor e o pensamento crítico

Na apresentação do livro, Luis Afonso — coautor da obra e reconhecido cartoonista — partilhou reflexões espontâneas e bem-humoradas sobre o processo criativo, a arte de desenhar e o seu olhar irónico sobre a realidade. Numa intervenção descontraída, Afonso revelou como o seu trabalho está enraizado no gosto pessoal e na liberdade de expressão. Referiu que desenhar é, para si, um espaço de fuga onde pode explorar os seus "eus" com liberdade, mas também com respeito pelo outro.

Falando da colaboração com Paulo Morgado, seu parceiro na obra, referiu a realização de pequenas "reuniõezinhas", até com propósito futuro: "serve para Madrid, não é?", atirou entre risos.

Luis Afonso abordou também a dimensão mais prática do trabalho, como os estudos anuais e os planos editoriais, mostrando que o humor e a sátira exigem método e continuidade, mesmo quando nascem da espontaneidade.

Em tom descontraído, o autor refletiu sobre os seus desenhos e as limitações linguísticas: "sempre pensei em inglês e espanhol… mas o inglês é fraco", brincou, apontando para os desafios da tradução literal do humor gráfico.

O livro Vender ou não vender: eis a questão encheu a Sala dos Presidentes na AIP.

Custos totais do trabalho melhoram literacia financeira

A SAP Portugal e a BRP lançaram um novo modelo digital de recibo de vencimento, já usado por 90 mil trabalhadores e disponível para 226 mil. A ferramenta mostra o custo total do trabalho, incluindo os 23,75% pagos pela empresa à Segurança Social, promovendo transparência e literacia financeira. A solução, baseada em tecnologia SAP HCM, visa informar sobre o peso fiscal e contributivo e estimular o debate sobre reformas.

Ifthenpay cresce 17% e supera meta de novos clientes

A Ifthenpay registou 3,9 milhões de euros em faturação no 1.º semestre de 2025 (+17%) e um EBIT de 1,3 milhões (+10%). Processou 834 milhões de euros em pagamentos (+16%) e conquistou 1.690 novos clientes, superando a meta anual. Com cerca de 30 mil clientes, a fintech reforçou a oferta digital e projeta atingir nove milhões de euros em 2025, duplicando o peso das exportações e expandindo para novos mercados.

Paredes distinguiu o empresário Domingos Barros

O Município de Paredes homenageou Domingos Barros, fundador da Fibromade S.A., com a Chave de Honra, pelo seu contributo à comunidade. Na Sessão Solene do Feriado Municipal, foram também atribuídas Medalhas de Ouro a personalidades e entidades nas áreas da educação, empresas, desporto, cultura e profissões. A cerimónia assinalou ainda os 25 anos da geminação com Montereau (França), com a renovação oficial do acordo entre os dois municípios.

Comércio de rua em alta com turismo e novas lojas

O comércio de rua em Portugal regista forte valorização, impulsionada pelo turismo e pela reconfiguração dos formatos tradicionais, revela a CBRE. Em Lisboa, as rendas subiram 25% na Av. da Liberdade e 60% no Chiado; no Porto, a Rua de Santa Catarina cresceu 183%. Entre 2021 e 2023, abriram-se 175 lojas por ano, com recorde de 211 em 2024. O setor de Food & Beverage lidera, refletindo o crescente interesse das marcas por este formato.

FISCALIDADE

STI apresenta 25 propostas de combate à fraude e à evasão fiscais

O Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos (STI) apresentou 26 propostas ao Governo no sentido de melhorar o combate à fraude e à evasão fiscais. Entre as propostas contam-se aspetos como todos os pagamentos de valor superior a 10 euros, a efetuar em qualquer estabelecimento comercial, serem obrigatoriamente efetuados por meios eletrónicos para uma conta bancária registada na AT. Defende também um maior controlo sobre os meios automáticos de pagamento e reduzir ao máximo os benefícios fiscais e os subsídios, privilegiando a redução das taxas de imposto e a simplificação fiscal (IRC e IRS).

CONTAS & IMPOSTOS

Aquisição de veículos ligeiros em sede de IVA

As despesas relativas à aquisição, conservação, reparação, utilização e demais despesas relacionadas com viaturas de turismo, regra geral, não conferem direito à dedução.

Determinada sociedade por quotas, que faz transportes de passageiros numa plataforma TVDE, precisa de adquirir veículos ligeiros de passageiros híbridos de combustão a gasolina, mas sem carregamento elétrico (não é plugin). Como é uma empresa de serviço de transportes, mas não de táxis, na aquisição destes veículos pode ser deduzido o IVA de aquisição?

As questões colocadas referem-se ao enquadramento, em sede de IVA, da aquisição de uma viatura que irá ser afeta à atividade de TVDE.
Ora, em sede de IVA, o mecanismo das deduções está previsto nos artigos 19.º a 26.º do Código do IVA (CIVA). No tocante a esta matéria, como sabemos, nos termos dos artigos 19.º e 20.º do CIVA, o sujeito passivo pode deduzir todo o imposto suportado na aquisição de bens e serviços a outros sujeitos passivos, desde que esses bens e serviços sejam utilizados pelo sujeito passivo para a realização de operações sujeitas a imposto e dele não isento, bem como as operações mencionadas na alínea b) do número 1 do artigo 20.º do CIVA.
Todavia, além da limitação consagrada no n.º 1 do artigo 20.º do CIVA, há que atender ao disposto no artigo 21.º do CIVA, que estabelece limitações ao exercício do direito à dedução, derivadas da natureza dos bens e serviços adquiridos.
Neste sentido, salienta-se o disposto na alínea a) do número 1 do artigo 21.º do CIVA, que indica que não são dedutíveis as:
"a) Despesas relativas à aquisição, fabrico ou importação, à locação, à utilização, à transformação e reparação de (...) viaturas de turismo. (...)".
Entenda-se por viatura de turismo «qualquer veículo automóvel, com inclusão do reboque, que, pelo seu tipo de construção e equipamento, não seja destinado unicamente ao transporte de mercadorias ou a uma utilização com carácter agrícola, comercial ou industrial ou que, sendo misto ou de transporte de passageiros, não tenha mais de nove lugares, com inclusão do condutor».
Deste modo, de acordo com esta alínea, as despesas relativas à aquisição, conservação, reparação, utilização e demais despesas relacionadas com viaturas de turismo, onde se enquadram, por exemplo, as viaturas ligeiras de passageiros até nove lugares (conceito aplicável, à partida, às viaturas em análise), regra geral, não conferem direito à dedução.
Contudo, no caso concreto, tendo em conta as atividades do sujeito passivo, chamamos a atenção de que o número 2 do mesmo artigo 21.º do CIVA contempla exceções onde o IVA poderá ser passível de ser deduzido, entre as quais se salienta a alínea a), que contém a seguinte redação:
"a) Despesas mencionadas na alínea a) do número anterior, quando respeitem a bens cuja venda ou exploração constitua objeto de atividade do sujeito passivo, sem prejuízo do disposto na alínea b) do mesmo número, relativamente a combustíveis que não sejam adquiridos para revenda".
Assim, poderá ser aplicada uma exceção a esta exclusão, nos termos da alínea a) do mesmo número 2 do mesmo artigo 21.º do CIVA, se estas despesas forem relativas a viaturas de turismo cuja venda ou exploração constitua objeto de atividade do sujeito passivo.
De acordo com o número 9 do Ofício-Circulado n.º 30152/2013, de 16 de outubro, são exemplos desta exceção o ensino da condução e a exploração de táxis, atividades onde as viaturas são indispensáveis para a prática de operações sujeitas a IVA e dele não isentas e cuja exploração constitui o seu objeto.
Deste modo, somos de opinião de que, a confirmar-se que a exploração da viatura irá constituir o objeto da atividade do sujeito passivo (condição que, à partida, se encontra cumprida, uma vez que a atividade do sujeito passivo é "TVDE") e uma vez que irá faturar tais serviços aos clientes, desde que cumpridos os restantes critérios do direito à dedução, o IVA suportado na aquisição e demais despesas mencionadas na alínea a) do número 1 do artigo 21.º do CIVA (como as reparações e as manutenções) poderá, de facto, ser deduzido, independentemente do valor de aquisição e do tipo de viatura adquirida.
De acordo com entendimentos da Direção de Serviços do IVA, será conveniente a entidade dispor de atividade de transporte ocasional de passageiros e possuir um mapa de controlo de utilização das viaturas na atividade da empresa.
Dada a especificidade dos veículos, reforçamos que o sujeito passivo terá, ainda, de conseguir comprovar que a utilização da mesma se esgota na prossecução da atividade de transporte de passageiros, não sendo utilizada para quaisquer fins particulares ou alheios à sociedade.
Recomendamos, por fim, neste âmbito, a leitura da Informação Vinculativa referente ao Processo n.º 3927, por despacho de 2012-09-28, do SDG do IVA, por delegação do Diretor Geral.
Poderá consultar, ainda sobre esta matéria, a Informação Vinculativa referente ao Processo n.º 12546, por despacho de 2017-12-13, da Diretora de Serviços do IVA (por subdelegação).

PARECER TÉCNICO ELABORADO PELO DEPARTAMENTO DE CONSULTORIA DA ORDEM DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS - COMUNICACAO@OCC.PT

AGENDA FISCAL

JULHO
Até ao dia 31

• IRS - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
- *Declaração Modelo 31* – Envio, pelas entidades devedoras de rendimentos sujeitos a retenção na fonte a taxas liberatórias, cujos titulares beneficiem de isenção, dispensa de retenção ou redução de taxa e sejam residentes em território português.
- *Declaração Modelo 33* – Entrega pelas entidades registadoras ou depositárias de valores mobiliários.
- *Declaração Modelo 34* – Entrega pelas entidades emitentes de valores mobiliários sujeitos a registo ou depósito em Portugal.

• IRC – IRS
- *Declaração Modelo 30* – Entrega pelas entidades devedoras ou pagadoras de rendimentos a sujeitos passivos não residentes em território português, relativamente ao mês de maio.
- *Declaração Modelo 40* – Entrega pelas instituições de crédito, sociedades financeiras e demais entidades que prestem serviços de pagamento, relativamente ao valor dos fluxos de pagamentos efetuados no ano civil anterior, através de cartões de crédito e de débito ou por outros meios de pagamento eletrónico, por sujeitos passivos de IRS ou IRC.

• IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado
- Entrega do pedido de restituição do IVA pelos sujeitos passivos, relativo ao imposto suportado, no próprio ano civil, noutro Estado-Membro ou país terceiro, quando o montante a reembolsar for superior a € 400 e respeite a um período não inferior a três meses consecutivos, conforme disposto no Decreto-Lei n.º 186/2009, de 12 de agosto.

• IRC - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas
- Primeiro pagamento por conta de IRC devido por entidades residentes que exerçam, a título principal, atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, e por não residentes com estabelecimento estável, com período de tributação coincidente com o ano civil.
- Primeiro pagamento adicional por conta da derrama estadual, devido por entidades residentes que exerçam, a título principal, atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, e por não residentes com estabelecimento estável, que tenham tido no ano anterior um lucro tributável superior a € 1 500 000, com período de tributação coincidente com o ano civil.

• IUC - Imposto Único de Circulação
- Pagamento do Imposto Único de Circulação relativo aos veículos cujo aniversário da matrícula ocorra no mês de julho.

JUROS MORATÓRIOS
Taxas Supletivas

Foi publicado na II Série do Diário da República de 8 de julho o Aviso n.º 16792/2025/2, que veio fixar as taxas supletivas de juros moratórios em vigor no 2.º semestre de 2025. Assim, em conformidade com o disposto, respetivamente, nas alíneas a) e b) do artigo 1.º da Portaria n.º 277/2013, de 26 de agosto:

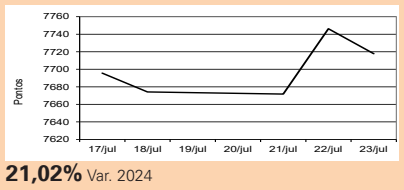
- A taxa supletiva de juros moratórios relativamente a créditos de que sejam titulares empresas comerciais, singulares ou coletivas, nos termos do § 3.º do artigo 102.º do Código Comercial, em vigor no 2.º semestre de 2025, é de 9,55%;
- A taxa supletiva de juros moratórios relativamente a créditos de que sejam titulares empresas comerciais, singulares ou coletivas, nos termos do § 5.º do artigo 102.º do Código Comercial e do Decreto-Lei n.º 62/2013, de 10 de maio, em vigor no 2.º semestre de 2025, é de 10,15%.

PUB

MERCADOS

PSI-20 (23.07) 7717,75

0,31% Var. Semana



21,02% Var. 2024

Dow Jones 23/jul	**44850,53**
Var Sem	1,24%
Var 2024	5,31%
Nasdaq 23/jul	**20956,52**
Var Sem	1,15%
Var 2024	8,59%
IBEX 35 23/jul	**14067,90**
Var Sem	1,31%
Var 2024	21,33%
DAX 23/jul	**24240,82**
Var Sem	0,96%
Var 2024	21,76%
CAC40 23/jul	**7850,43**
Var Sem	1,66%
Var 2024	6,36%

COLABORAÇÃO: BANCO SANTANDER

TRUMP ANUNCIA TARIFAS SOBRE MAIS DE 150 PAÍSES A PARTIR DE 1 DE AGOSTO

EUA preparam ofensiva tarifária global

Donald Trump anunciou esta semana que pretende enviar cartas a mais de 150 países, notificando-os de uma nova vaga de tarifas, com entrada em vigor a 1 de agosto. A medida insere-se num plano alargado de política comercial, com o objetivo de aumentar a pressão económica sobre parceiros estratégicos e reforçar a proteção da indústria norte-americana.

Segundo o Presidente norte-americano, as cartas funcionam como "notificações de pagamento" e estabelecem tarifas adicionais sobre setores-chave, incluindo importações farmacêuticas, semicondutores, cobre, bens industriais e agrícolas.

Segundo Donald Trump, as cartas enviadas aos países funcionam como "notificações de pagamento".

Brasil e Canadá na mira; Índia e Vietname tentam suavizar impacto

Entre os países mais afetados está o Brasil, que enfrentará uma tarifa de 50% sobre determinadas importações — um aumento substancial que Trump justificou com "motivações políticas internas" do país sul-americano. O Canadá também será penalizado, com a imposição de uma tarifa de 35% sobre as suas exportações para os EUA.

A Índia procura atenuar o impacto das novas medidas. De acordo com a Bloomberg, Nova Deli e Washington estão a negociar um acordo que poderá reduzir as tarifas americanas para menos de 20%. Já o Vietname garantiu, nas palavras de Trump, um "acordo praticamente fechado", com as tarifas a recuarem para 20%, face aos 46% inicialmente ameaçados.

Parcerias em risco e reação da União Europeia

A União Europeia e o México também estão entre os visados, com ameaças de tarifas de 30% caso não se chegue a acordo. Em resposta, a UE prepara uma lista de contra-tarifas avaliadas em 84 mil milhões de dólares, o que pode dar início a um novo ciclo de retaliações comerciais entre os principais blocos económicos mundiais.

Impacto global e leitura económica

O anúncio surge num momento delicado, marcado por desaceleração económica e reorganização das cadeias de abastecimento globais. Especialistas alertam que esta ofensiva tarifária poderá ter efeitos colaterais negativos no comércio internacional, afetando mercados emergentes e pressionando os preços ao consumidor, nos EUA e além-fronteiras.

Com esta iniciativa, Trump reafirma a sua postura protecionista e uma estratégia de negociação baseada na disrupção, apostando na pressão unilateral como forma de obter concessões comerciais.

Ronald Reagan considerava o protecionismo destrutivo e condenava as tarifas

Tarifas alfandegárias: entre o protecionismo moderno e os alertas de Reagan

Num momento em que os EUA se preparam para impor uma nova vaga de tarifas sobre mais de 150 países — numa iniciativa liderada por Donald Trump — torna-se oportuno revisitar o pensamento de Ronald Reagan, ícone do conservadorismo económico norte-americano.

Durante os anos 1980, Reagan foi um firme defensor do livre comércio e crítico declarado das tarifas. Em várias ocasiões, alertou para os riscos do protecionismo, afirmando: "O protecionismo é destrutivo. Prejudica os consumidores, enfraquece a economia e, no fim, custa empregos — exatamente o oposto do que os seus defensores alegam".

Durante o seu mandato, promoveu acordos multilaterais e a redução de barreiras alfandegárias, considerando o comércio livre um motor de crescimento, inovação e competitividade. Para Reagan, tarifas eram uma "tentação política de curto prazo com custos económicos de longo prazo".

As medidas de Trump, anunciadas em julho de 2025 — com tarifas até 50% sobre o Brasil, 35% sobre o Canadá e novas taxas a países asiáticos — parecem contrariar essa tradição, gerando instabilidade, tensões diplomáticas e riscos de retaliação.

O debate entre protecionismo e abertura permanece atual. Numa economia globalizada, talvez valha a pena recordar o aviso de Reagan: a prosperidade americana construiu-se na abertura, não em muros tarifários.

Tabela de tarifas Trump 1 de agosto de 2025

País / Região	Tarifa (%)
Brasil	50 %
Canadá	35 %
México	30 %
União Europeia	30 %
Japão	25 %
Coreia do Sul	25 %
Outros países asiáticos (ex: Indonésia, Tunísia)	25–36 %
Myanmar & Laos	40 %
África do Sul	30 %
Cambodja, Tailândia	36 %
Bangladesh, Sérvia	35 %
Indonésia	32 %
União universal ("baseline")	10 %
Cobre (commodity global)	50 %
Produtos farmacêuticos (em análise)	até 200 %

As tarifas específicas foram comunicadas via cartas a 22–24 países, e incluem ainda:

- Taxa de base de 10% a todos os países
- Tarifa adicional específica entre 20% e 50%, dependendo da nação

PRODUTOS ALIMENTARES LIDERAM AS VENDAS

Portugal mantém exportações para a Rússia apesar das sanções

Apesar das sanções da União Europeia desde 2022, Portugal continua a exportar bens de consumo para a Rússia. Em 2024, as exportações totalizaram 97,2 milhões de dólares (≈90 M€), acima dos 72,6 M€ registados em 2023, mas ainda muito abaixo dos níveis anteriores à invasão da Ucrânia. Entre outubro de 2022 e setembro de 2023, registou-se uma queda de 54,9% face ao período homólogo.

Os principais produtos exportados incluem bebidas e vinagres (37 M USD), calçado (12,5 M USD), café e chá (9,2 M USD), produtos lácteos e mobiliário. Empresas como Nestlé, Italagro e Casa Santos Lima mantêm presença ativa no mercado russo, sobretudo no setor alimentar.

Face às restrições da UE sobre maquinaria e bens de luxo, parte do comércio é desviado para países como Azerbaijão, Arménia ou Cazaquistão, que depois reexportam os produtos para a Rússia — um processo conhecido como "roundabout trade", já observado noutros países da UE. Esta via tem levantado alertas sobre o possível incumprimento indireto das sanções.

Embora em queda, o comércio com a Rússia representa menos de 0,5% do total das exportações portuguesas. Em 2023, Portugal importou bens russos no valor de 334,2 M€, sobretudo gás, e exportou apenas 72,6 M€, resultando num défice comercial de 261,6 M€. A UE já aplicou treze pacotes de sanções até maio de 2025, incluindo proibições sobre tecnologia, indústria automóvel e bens de uso dual.

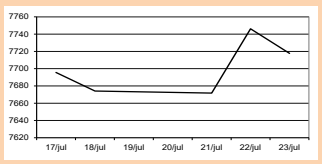
Gás russo ainda tem peso nas importações

Gás russo ainda com expressão Portugal continua a importar gás natural liquefeito (GNL) da Rússia pelo Terminal de Sines. Em 2023, chegaram 374 milhões de m³, mais 33% que em 2022. A quota russa desceu de 15% em 2021 para 5% em 2024, mas o país mantém-se como terceiro maior fornecedor, atrás da Nigéria e dos EUA.

Rússia mantém traços soviéticos Apesar da liberalização após 1991, a economia russa continua marcada pela centralização, controlo estatal e dependência energética — tal como no tempo da União Soviética. O setor energético responde por mais de metade das exportações, e o orçamento militar representa 10 a 20% do PIB. Sanções limitam tecnologia e investimento, recriando um cenário de isolamento parcial. Ainda assim, a economia russa é hoje híbrida, com setor privado limitado, forte intervenção estatal e inserção controlada no comércio global.

EURODÓLAR (23.07) 1,1745

0,77% Var. Semana



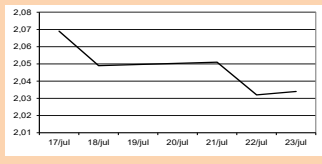
13,30% Var. 2024

Euro/Libra 23/jul.....0,8658
Var Sem 0,23%
Var 2024..... -4,36%

Euro/Iene 23/jul....172,0600
Var Sem 0,15%
Var 2024..... -5,27%

EURIBOR 3M (23.07) 1,9390

-4,06% Var. Semana



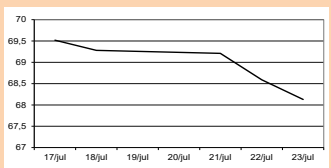
-28,56% Var. 2024

Euribor 6M 23/jul.....1,9390
Var Abs Sem..... -1,69%
Var 2024..... -20,79%

Euribor 1Y 23/jul.....2,0380
Var Abs Sem..... -2,44%
Var 2024..... -17,15%

PETRÓLEO BRENT (23.07) 68,14

-0,60% Var. Semana



-8,75% Var. 2024

Ouro 23/jul 3399,35
Var Sem 1,79%
Var 2024.....29,82%

Prata 23/jul.....39,30
Var Sem 3,88%
Var 2024.....36,26%

COLABORAÇÃO: BANCO SANTANDER

SkillUp levanta seis milhões para crescer a partir de Portugal

A SkillUp, empresa global de soluções de aprendizagem digital, acaba de fechar uma ronda de investimento Série A no valor de 6 milhões de euros. A operação foi liderada pela Explorer Investments, com a participação do fundo Innovation, Research & Creativity (IRC), gerido pela FundBox. O capital agora angariado será usado para impulsionar a expansão internacional e reforçar o centro global de investigação e desenvolvimento (I&D) da empresa em Portugal.

Com sede nos EUA e presença em Portugal desde 2021, a SkillUp estabeleceu em 2024 um hub de I&D no país e prevê contratar 50 novos profissionais até 2028. A tecnológica distingue-se por uma abordagem centrada no utilizador, combinando inteligência artificial, aprendizagem profunda e mentoria humana para oferecer soluções educativas personalizadas. Em 2024, a empresa registou receitas de 15,5 milhões de dólares e uma taxa de conclusão de cursos de 67% — muito acima da média do setor (entre 4% e 8%).

A plataforma da SkillUp é utilizada por grandes empresas como Google, Microsoft e IBM, e serve também instituições educativas e governos. O novo investimento confirma a aposta em Portugal como polo estratégico para o desenvolvimento de soluções digitais com impacto global. "Este financiamento vai acelerar a nossa missão de criar experiências de aprendizagem transformadoras", afirmou JPS Kohli, fundador da SkillUp.

JPS Kohli, fundador da SkillUp.

Lyzer assegura 10 milhões para expansão na Europa

A startup portuguesa Lyzer, especializada em soluções de Logistics as a Service (LaaS), acaba de captar mais de 10 milhões de euros numa nova ronda de investimento destinada a acelerar a sua expansão internacional. A operação contou com o reforço dos atuais investidores — Indico Capital Partners, Lince Capital e LC Ventures — e assinala a entrada da C2 Capital como novo parceiro estratégico. A assessoria jurídica ficou a cargo da SRS Legal.

Fundada em setembro de 2024 por Nuno Serradas Duarte, Diogo Silva, Filipe Nery e Hugo Menino Aguiar, a Lyzer oferece uma plataforma integrada que centraliza a gestão de encomendas, picking e última milha, ajudando retalhistas a escalar de forma eficiente. Com mais de 160 milhões de euros em GMV e mais de meio milhão de encomendas entregues, a empresa é já uma referência no setor ibérico do retalho e e-commerce.

O novo investimento será canalizado para reforçar a presença europeia da startup e impulsionar o desenvolvimento da sua tecnologia, nomeadamente através da introdução de funcionalidades com base em inteligência artificial. Em 2025, a Lyzer pretende contratar oito novos elementos para a equipa internacional, após já ter iniciado atividade em Espanha com o apoio do programa ICEX.

"Este investimento valida a nossa visão e a urgência do mercado por soluções logísticas integradas," sublinha o CEO Nuno Serradas Duarte, destacando ainda o papel da C2 Capital como catalisador do crescimento internacional da empresa.

Equipa Lyser.

Comunicação Empresarial N.º 4

DO'S & DONT'S DA COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL

O plano de fundo pode tornar uma vídeo-entrevista inútil

Silke Buss
Especialista em Comunicação, BUSS Comunicação

Hoje, vamos falar da comunicação visual! Como é possível que tantas empresas continuem a subestimar a força da imagem? Desta vez, abordemos a imagem em movimento. Há pouco, recebi um vídeo de um meio de comunicação para "utilização livre nas redes sociais". Tratava-se de uma breve entrevista a um cliente nosso numa feira. A qualidade do trabalho: inutilizável. E não era a questão da pronúncia errada e incompreensível do nome da empresa pela jornalista (que podemos evitar ao tomar a iniciativa de treinar o nome antes ou, se não resultar, corrigir com charme na entrevista). O ponto fraco do vídeo foi a comunicação visual.

Imagine a seguinte cena: uma jornalista a entrevistar um gestor no stand da empresa. O stand: às moscas e com um colaborador numa mesa ao fundo, a mexer no telemóvel durante toda a entrevista. O que interpretamos? Que ninguém está interessado na empresa, nem sequer quem lá trabalha. Claro que, provavelmente, o colaborador estava a tratar de assuntos comerciais. Contudo, a imagem não transmite isso; comunica, antes, desinteresse pela entrevista.

Como fazer melhor?

Uma vez que não podemos sempre contar com o profissionalismo dos e das jornalistas, recomendo controlar e, eventualmente, otimizar o cenário. No exemplo apresentado, pode-se convidar dois visitantes da feira para serem figurantes no plano de fundo da entrevista, em diálogo comercial discreto com o colaborador na mesa ou no balcão, sem som nem gestos. Importante é posicioná-los de costas ou de lado, para parecer natural não demonstrarem interesse pela entrevista a decorrer.

O logótipo da empresa deve estar bem visível e o stand deve estar arrumado, mas com vida — ou seja, com brochuras na mesa, portátil, telemóvel, canetas, finger food, etc. — para transmitir ação.

Recomendo fazer perspetiva, ou seja, inspecionar o cenário através da câmara e fazer uma verificação detalhada: o que vejo, o que me chama a atenção e quais as possíveis interpretações?

Naturalmente, o plano de fundo não pode ter elementos tão cativantes que desviem a concentração. É a entrevista que deve estar em foco.

MERCADOS

Fibran Ibéria celebra 25 anos com foco na inovação e crescimento internacional

A Fibran Ibéria, também conhecida como Iberfibran, comemora em 2025 o seu 25.º aniversário, assinalando um quarto de século de atividade no setor do isolamento térmico com uma estratégia renovada centrada na inovação, na personalização e na internacionalização.

Fundada no ano 2000, a empresa representa o grupo europeu FIBRAN na Península Ibérica e consolidou-se como uma referência nacional no fabrico de placas rígidas de Poliestireno Extrudido (XPS), sendo reconhecida pela qualidade dos seus produtos e pelo contributo para a eficiência energética na construção.

Neste novo ciclo estratégico, a Fibran Ibéria reforça a aposta em soluções técnicas diferenciadoras, destacando-se o FIBRANxps INCLINE, pensado para coberturas com declive, e sistemas personalizados como o pré-aro em XPS, que respondem a necessidades específicas de obra.

A empresa pretende também estreitar relações com o setor da prescrição técnica, através de parcerias com entidades académicas e profissionais de relevo, como a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP), a associação Passive House Portugal e empresas do setor como a Reynaers e a Soudal.

No plano internacional, a Fibran Ibéria anuncia o reforço da sua presença em Espanha, visando mercados industriais e da construção sustentável. Paralelamente, intensifica o seu investimento em investigação aplicada ao contexto nacional, promovendo testes em obra e desenvolvendo soluções à medida para desafios como a eliminação de pontes térmicas e a otimização energética.

Com uma equipa técnica especializada e uma abordagem orientada ao cliente, a empresa reafirma o seu compromisso com a sustentabilidade e a inovação, projetando-se como um dos motores do desenvolvimento do setor da construção, em Portugal e além-fronteiras.

A Fibran Ibéria comemora o seu 25.º aniversário.

FRANCISCO LUDOVINO REIS
Advogado da área Fiscal da Cuatrecasas

Pendências nos tribunais: é urgente a mudança

Os números são inquietantes e desconcertantes: 326 processos no Sul e 174 processos no Norte. Segundo os dados mais recentes do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, são estes os números de processos que cada juiz desembargador tinha, em média, para decisão em 2024. Num raciocínio simplista, poder-se-ia pensar que este é um problema comum da justiça em Portugal. Mas tal não corresponde, em geral, à verdade. Um olhar atento sobre os dados do mesmo Conselho Superior permite-nos concluir que este é, de facto, um problema extremamente agravado na jurisdição Administrativa e Fiscal, já que, nos tribunais ditos comuns (que julgam, por exemplo, matéria cível e penal), a média dos processos pendentes para decisão variava, em 2024, entre 81 e 109 processos por juiz.

Feito o duro, mas real, diagnóstico, urge apontar soluções, na ótica dos principais responsáveis pelo "estado da arte" traçado.

Em primeiro lugar, o Estado. A falta de investimento nos tribunais e no acesso às carreiras profissionais tem sido gritante nas últimas décadas. Importa, pois, dotar esses tribunais de meios humanos e técnicos, para que possam realizar a sua função de forma mais célere e digna. De igual forma, urge investir em soluções de modernização dos sistemas de gestão processual, encontrando, por exemplo, na inteligência artificial um apoio à concretização da tão desejada celeridade processual. Esta é, sem sombra de dúvidas, uma das principais reformas estruturais do Estado que o atual Governo terá de promover — tendo já mostrado sinais de o querer fazer, nomeadamente através do Programa do Governo agora apresentado.

Em segundo lugar, os intervenientes processuais. Existe, atualmente, um incentivo material à litigância, onde contribuintes e Administração Tributária promovem um confronto constante. É urgente encontrar formas pré-contenciosas que, sem colocarem em causa o crédito tributário legalmente cobrado, possam evitar litígios cuja solução é facilitada. E tal responsabilidade surge, em nossa opinião, de ambos os lados: (i) dos advogados que, enquanto protagonistas da litigância, desempenham um papel fundamental na triagem dos litígios e na promoção de soluções consensuais, podendo a sua atuação ética e responsável evitar o início de processos desnecessários; e (ii) da Administração Tributária, que deverá adotar uma conduta mais proativa na resolução pré-contenciosa de litígios, nomeadamente através da melhoria da qualidade da fundamentação das decisões administrativas, do reforço dos mecanismos de audição prévia e da promoção de uma cultura de diálogo com os cidadãos e empresas. Afinal, uma decisão administrativa impercetível é uma porta aberta a um novo processo em tribunal — quiçá desnecessário.

Por fim, a legislação. Temos hoje um sistema fiscal que se assemelha a uma verdadeira manta de retalhos, fruto de alterações anuais em sede de Orçamento do Estado ou, inclusivamente, através de legislação autónoma aprovada periodicamente — pense-se, por exemplo, nos cerca de 500 benefícios fiscais atualmente em vigor. Um quadro legal complexo, pouco claro (por vezes até contraditório!) e rapidamente mutável ao sabor de ideologias políticas contribui para a incerteza jurídica, para o erro e, por fim, para o aumento do número de litígios. A responsabilidade do legislador passa, assim, pela adoção de uma política legislativa mais criteriosa, que privilegie a simplificação, a estabilidade e a clareza das normas, sem descurar a sua (sempre necessária) adaptação comunitária e internacional.

Em suma, e aqui chegados, surge uma conclusão: o problema é grave e as soluções são complexas e urgentes. A morosidade dos tribunais administrativos e fiscais não é um problema teórico ou académico, sobre o qual "fica sempre bem escrever". Pelo contrário, compromete (nega mesmo) a justiça, mina a confiança dos contribuintes e trava o desenvolvimento do país, bem como o investimento externo e interno. Não existem soluções fáceis nem atalhos plausíveis; importa, numa ação urgente envolvendo todos os intervenientes do sistema, inverter este pesado ciclo e devolver ao sistema judicial a credibilidade e a eficácia que a sociedade (mas também os seus intervenientes) exige e merece.

Vamos ao trabalho!

PUB

IMF
INFORMAÇÃO DE MERCADOS FINANCEIROS

Assessoria especializada B2B

Cambial * Taxas de Juro * Commodities * Economia

Vale a pena falar connosco!

R. Júlio Dinis, 247 – 6º - Sala E9 – 4050-324 PORTO
Telefone: 22 609 5888
imfporto@imf.pt

www.imf.pt
m.imf.pt
Facebook/imfmercados

Av. Duque de Loulé, 123 – Sala 54 – 1050-089 LISBOA
Telefone: 21 324 1204
imflisboa@imf.pt

Entradas em bolsa adiadas

A incerteza das tarifas, a tensão geopolítica e o confronto para encontrar os modelos disruptivos de inteligência artificial mais atrativos têm marcado a evolução das principais bolsas mundiais durante o primeiro semestre e, consequentemente, as entradas em bolsa. A manter-se o ritmo na segunda metade do ano não serão alcançados os níveis do ano passado. Acontece que a decisão de entrar em bolsa acarreta riscos que poucos estão interessados em assumir. Tudo aponta para que as operações sejam atrasadas entre três a seis meses, na melhor das hipóteses.

BPI eleito melhor banco para grandes empresas

O BPI venceu três categorias nos prémios "Awards for Excellence 2025", atribuídos pela revista britânica Euromoney. O BPI foi considerado o "Melhor banco para grandes mpresas em Portugal", tendo sido destacado o crescimento registado neste segmento, assente na qualidade do serviço de banca de empresas e no lançamento de novos produtos e soluções tecnológicas. Foi também eleito como "Melhor banco digital em Portugal", pelo segundo ano consecutivo, e "Melhor banco para ESG em Portugal".

LUÍS FARIA, PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE REMO, DEFENDE APOSTA ESTRATÉGICA NA MODALIDADE

"O remo pode ser uma marca global de Portugal"

"O remo tem tudo para ser uma marca global de Portugal", afirma Luís Faria.

O remo é uma das modalidades desportivas mais antigas em Portugal e conta com mais de dois séculos de história. Ainda assim, continua a lutar por reconhecimento, visibilidade e investimento. Luís Faria, novo presidente da Federação Portuguesa de Remo, quer contrariar essa tendência e transformar o remo num ativo estratégico ao serviço da promoção regional, da economia e da marca Portugal. Em entrevista à Vida Económica, defende uma aposta clara em parcerias locais, na internacionalização e na organização de grandes eventos, como o Mundial de Remo de Mar em 2027.

BARTHOLOMEU VASCONCELLOS
agenda@grupovidaeconomica.pt

Vida Económica - De que forma o remo pode promover as regiões?

Luís Faria - O remo valoriza os recursos naturais como rios, lagos e zonas costeiras. Organizar provas de alto nível nestes cenários atrai atletas, turistas e investidores, transformando cada evento numa montra para o território. É um motor de dinamização turística, económica e desportiva.

VE - A parceria com Oeiras tem sido um pilar?

LF - Sem dúvida. Oeiras tem enorme potencial náutico, com a Marina, a Direção de Faróis e a Marinha Portuguesa. Esta parceria permite desenvolver competições, formação e eventos que aproximam a população do remo, tornando Oeiras uma referência do desporto náutico nacional.

VE - E o alcance internacional?

LF - Portugal tem vindo a afirmar-se como destino de excelência para estágios e competições internacionais, graças ao clima, à qualidade das águas e à nossa localização. Eventos como campeonatos europeus comprovam esse potencial.

VE - Que entidades estão envolvidas neste trabalho?

LF - Temos uma rede que integra municípios, o Governo, o Comité Olímpico, clubes, a FISA e patrocinadores. Essa articulação multissetorial é essencial para concretizar ambições.

VE - O Mundial de Beach Sprints 2027 será o próximo grande passo?

LF - Estamos a trabalhar com rigor para garantir essa candidatura. Portugal tem experiência organizativa e infraestruturas de qualidade — Oeiras, Figueira da Foz, Montemor-o-Velho — que reforçam a nossa posição junto da FISA.

VE - Qual será o impacto económico e turístico de um evento assim?

LF - Muito relevante. Teríamos milhares de participantes e visitantes, com impacto direto na hotelaria, restauração e comércio. A projeção mediática internacional daria visibilidade duradoura ao país enquanto destino desportivo de excelência. O remo tem tudo para ser uma marca global de Portugal. E estamos prontos para o afirmar.

NO FIO DA NAVALHA

Portugal precisa dos imigrantes e de os valorizar

JOÃO LUÍS DE SOUSA
DIRETOR
joaoluisdesousa@grupovidaeconomica.pt

Num país com uma população a envelhecer e uma taxa de natalidade persistentemente baixa, a imigração deixou de ser apenas uma resposta conjuntural à escassez de mão de obra. Tornou-se uma necessidade estrutural para a sustentabilidade económica e social de Portugal. Os dados mais recentes não deixam margem para dúvidas: os trabalhadores estrangeiros já representam cerca de 17% dos empregos por conta de outrem no país e contribuíram com mais de 1.800 milhões de euros para a Segurança Social em 2022, gerando um saldo líquido positivo superior a 1.600 milhões de euros. A sua presença evita o colapso de setores estratégicos como a agricultura, o turismo, a construção ou os serviços.

No entanto, continua a haver, na sociedade e em certos discursos políticos, um enviesamento que vê o imigrante como um "fardo" ou um "risco", quando os factos indicam exatamente o contrário. Os trabalhadores estrangeiros são hoje um dos principais motores do crescimento económico. Estima-se que a imigração tenha contribuído com 0,3 a 0,5 pontos percentuais para o crescimento anual do PIB nos últimos anos. Mais ainda: estudos internacionais demonstram que, cinco anos após a chegada, os imigrantes aumentam o PIB per capita em até 0,5%. O seu impacto é positivo tanto no crescimento como na produtividade e na sustentabilidade dos sistemas sociais.

Mais do que preencher postos de trabalho, os imigrantes trazem dinamismo, diversidade e inovação. São uma parte essencial da força produtiva de um país cuja economia precisa urgentemente de crescer mais e melhor. Ao mesmo tempo, enfrentam frequentemente condições laborais mais precárias, salários mais baixos e maiores dificuldades no acesso à habitação. Muitos fazem trabalhos pesados, mal remunerados e invisíveis — mas absolutamente indispensáveis. A pergunta que se impõe não é se Portugal precisa de imigrantes, mas se está preparado para os integrar plenamente e de forma justa.

Esse é o grande desafio: garantir uma verdadeira política de inclusão, que permita transformar a presença dos trabalhadores estrangeiros numa oportunidade de progresso comum. Isso exige políticas públicas eficazes de habitação, acesso à saúde, reconhecimento de qualificações e ensino da língua portuguesa. Mas exige também uma mudança de atitude nas empresas, nas administrações e na sociedade civil. Os imigrantes não devem ser vistos apenas como recursos disponíveis, mas como cidadãos com direitos, deveres e contributos valiosos para o país.

Portugal tem aqui uma oportunidade rara: ao contrário de muitos países europeus que enfrentam resistência social à imigração, a sociedade portuguesa mantém, no geral, uma postura acolhedora. Mas essa abertura não é garantida para sempre. Exige visão política, liderança institucional e coragem para enfrentar os populismos e a desinformação. O debate sobre imigração deve ser feito com base em dados e não em perceções enviesadas. E os dados são claros: os imigrantes contribuem para o crescimento do país, ajudam a equilibrar as contas públicas, sustentam setores económicos e enriquecem a nossa diversidade cultural.

Os trabalhadores estrangeiros são hoje um dos principais motores do crescimento económico.

Num tempo em que tantas democracias se veem confrontadas com discursos de medo e exclusão, Portugal pode – e deve – afirmar um modelo diferente: o de um país que reconhece nos imigrantes uma oportunidade para se renovar, crescer e afirmar-se como uma sociedade mais justa, inclusiva e próspera.

A imigração não é um problema a gerir. É uma realidade a abraçar com inteligência, humanidade e visão de futuro. Porque o país precisa de mais empresas, mais inovação, mais dinamismo. Mas, acima de tudo, precisa de mais pessoas — dispostas a construir, a trabalhar e a acreditar. Muitos já cá estão. Só falta tratá-los como aquilo que são: parte essencial do nosso futuro coletivo.

MERCADOS

PSI-20 - ANÁLISE TÉCNICA

O PSI continuou a tentar ultrapassar a resistência robusta presente nos 7 800 pontos ao longo da última semana. Deste modo, o índice português oscilou entre os 7 632 pontos, que correspondem a mínimos de inícios de julho, e os 7 765 pontos, ligeiramente abaixo da resistência supramencionada, tendo estabilizado posteriormente em torno dos 7 720 pontos.

DAX 30 - ANÁLISE TÉCNICA

A semana foi volátil para o DAX, que, nas primeiras sessões, valorizou, tendo atingido a zona dos 24 500 pontos. No entanto, após esse momento, o índice alemão recuou, tendo inclusive renovado novos mínimos de 7 de julho ligeiramente abaixo do suporte presente na zona 24 000 pontos. Mais tarde o DAX voltou a transacionar acima de tal suporte.

MERCADO MONETÁRIO INTERBANCÁRIO

FILIPE GARCIA
Economista Conselheiro da IMF – Informação de Mercados Financeiros
filipegarcia@imf.pt

Mercado espera mais um corte do BCE em 2025

Foi uma semana de queda generalizada das taxas de juro, com as principais referências de mercado monetário, Euribor, a baixarem cerca de 3 pontos base (pb) face aos valores da semana anterior. Olhando para a curva forward na referência a seis meses, percebe-se que continua a ser atribuída alguma probabilidade a mais um corte de 25 pb da taxa do BCE em 2025.

O mercado antecipava uma manutenção das taxas de juro do BCE nos 2%, na sua última reunião antes da interrupção do verão. Existem dúvidas sobre se o BCE irá cortar taxas já em setembro, uma vez que nessa altura já haverá um quadro tarifário com os EUA mais definitivo, tendo de se avaliar o efeito do mesmo para a UE. Antes da reunião, o BCE divulgou dois relatórios na sequência de inquéritos, com o objetivo de perceber a atual situação da economia europeia. No que respeita a empresas, a conclusão do inquérito é que reina algum otimismo quanto às perspetivas futuras de crescimento, apesar de atualmente estarem a sentir pressão sobre os lucros, em parte por causa das tensões comerciais internacionais. A maioria das empresas continua a manter os níveis de emprego. Pela negativa, muitas pequenas e médias empresas reportaram uma deterioração nos seus lucros. Noutro inquérito, ficou-se a saber que a procura de crédito por parte das empresas europeias aumentou no último trimestre e que as expetativas são de que volte a crescer no trimestre atual. Ao contrário do esperado, os critérios de concessão de crédito não ficaram mais apertados e a queda rápida dos juros ajudou a uma maior procura.

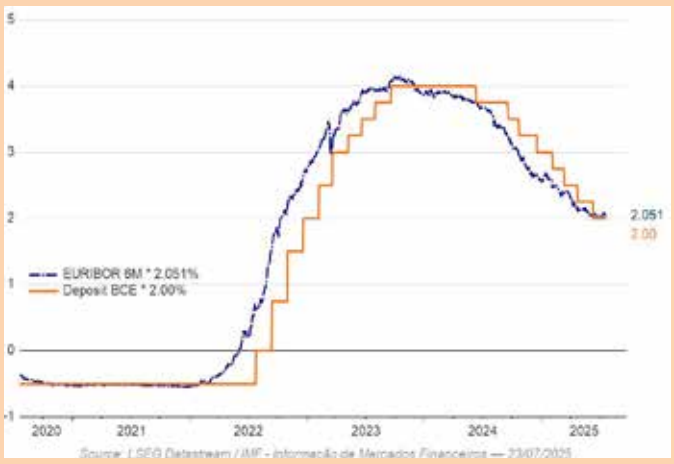
As taxa fixas começaram a semana com uma queda considerável nas yields dos títulos de longo prazo. A redução da liquidez nestas semanas de verão ajuda a amplificar os movimentos. Segundo um estudo do banco Citi, em maio a Zona Euro registou uma entrada líquida de cerca de 100.000€ milhões vindos do exterior, a maior desde 2014, em mais um sinal de que o bloco está a beneficiar de fluxos de saída de títulos equivalentes nos EUA.

23 DE JULHO DE 2025

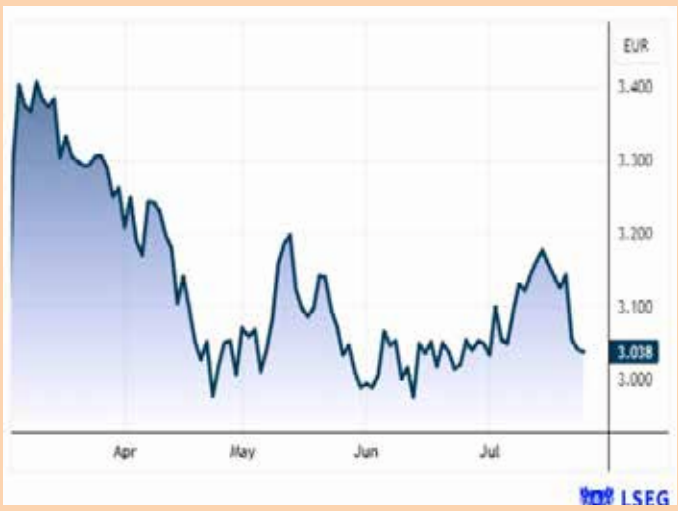
EVOLUÇÃO EURIBOR (EM PONTOS BASE)

	22.julho.2025	15.julho.2025			24.junho.2025		
1M	1,904%	1,846%	▲	0,058	1,934%	▼	-0,030
3M	1,944%	2,042%	▼	-0,098	1,997%	▼	-0,053
6M	2,032%	2,079%	▼	-0,047	2,041%	▼	-0,009
1Y	2,050%	2,108%	▼	-0,058	2,110%	▼	-0,060

TAXAS EURIBOR E REFI BCE



YIELD 10 ANOS PORTUGAL



FUTUROS EURIBOR

Data	Taxa a 3 Meses Implícita
agosto 25	1,885%
outubro 25	1,815%
março 26	1,740%
dezembro 26	1,830%
junho 27	1,975%
dezembro 27	2,140%

CONDIÇÕES DOS BANCOS CENTRAIS			DATA
BCE	Euro Refinancing Rate	2,15%	05/jun/25
	Euro Marginal Lending Facility	2,40%	
	Euro Deposit Facility	2,00%	
EUA	FED Funds	4,50%	18/dez/24
R. Unido	GB Prime Rate	4,25%	19/jun/25
Brasil	Taxa Selic	15,00%	18/jun/25
Japão	Repo BoJ	-0,10%	29/jan/16

EURO FRA'S
Forward Rate Agreements

Tipo*	Bid	Ask
3X6	1,82%	1,87%
3X9	1,89%	1,91%
6X9	1,74%	1,79%
6X12	1,83%	1,85%
12X18	1,85%	1,87%
12X24	1,99%	2,01%

* 3x6 - Período termina a 6 Meses, com início a 3M

EURO IRS
Interest Swaps vs Euribor 6M

Prazo	Bid	Ask
2Y	1,96%	1,97%
3Y	2,04%	2,08%
5Y	2,24%	2,25%
8Y	2,47%	2,49%
10Y	2,60%	2,60%

Obrigações	5Y	10Y
Portugal	2,32%	3,04%
Espanha	2,39%	3,19%
França	2,65%	3,27%
Alemanha	2,16%	2,60%
Itália	2,65%	3,46%
Reino Unido	4,03%	4,62%
EUA	3,92%	4,38%
Japão	1,13%	1,59%

Fontes: LSEG e IMF

LUÍS PINHEIRA - luispinheira@imf.pt

Eur/Usd recuperou terreno

EUR/USD

Eur/Usd

Desde o início de março que o Eur/Usd tem vindo a registar uma trajetória ascendente consistente, atingindo no dia 1 de julho os $1,1829, o que representa um novo máximo desde setembro de 2021. Após a superação da resistência em torno dos $1,1450, esse nível passou a funcionar como novo suporte. A tendência mantém-se positiva, apesar de alguns momentos de consolidação, nomeadamente em maio e em julho, após ter atingido novos máximos, e a média móvel do par a 200 dias, situada atualmente nos $1,0910, continua a subir. Na semana passada, o par apresentou uma valorização considerável, tendo voltado a negociar novamente acima do nível dos $1,1750, depois de uma correção ao longo das últimas semanas. Por sua vez, o indicador MACD do câmbio em analise tem vindo a encurtar o seu sinal de venda.

Eur/Gbp

Desde o final de maio que o Eur/Gbp tem vindo a valorizar, ultrapassando diversas resistências importantes, especialmente a situada nas £0,8450. Este nível, após ser superado, passou a funcionar como um suporte para o par em questão. Na última semana, o Eur/Gbp tem vindo a lateralizar entre as £0,8635 e as £0,8700, sendo relevante referir que o Eur/Gbp conta com um suporte robusto na zona das £0,8600. O câmbio em análise tem testado a resistência das £0,8700 ao longo das últimas duas semanas. Por sua vez, a média móvel a 200 dias do par em análise situa-se atualmente nas £0,8410. Por fim, o indicador MACD reverteu recentemente o seu sinal de compra para o par, apontando assim para a venda do mesmo, o que poderá indicar um abrandamento do atual impulso ascendente do Eur/Gbp.

	23 julho/2025	Var. Semanal (%)	Var. a 30 dias (%)	Var. desde 1 jan (%)
EUR/USD	1,1726	1,07%	2,21%	13,61%
EUR/JPY	171,53	-0,60%	1,34%	5,86%
EUR/GBP	0,8665	0,07%	1,14%	4,25%
EUR/CHF	0,9306	-0,21%	-0,86%	-0,69%
EUR/NOK	11,8415	-0,87%	1,53%	1,06%
EUR/SEK	11,1640	-1,37%	0,00%	-2,26%
EUR/PLN	4,2545	-0,11%	-0,49%	-0,49%
EUR/CAD	1,5928	0,03%	0,70%	7,01%
EUR/ZAR	20,5925	-0,91%	-0,87%	6,85%
EUR/BRL	6,5298	1,16%	2,70%	1,71%

PORTUGAL	2024	2025*	2026*
Crescimento do PIB	1,9%	1,6%	2,2%
Inflação Média (IHPC)	2,7%	1,9%	1,8%
Saldo Orçamental (% do PIB)	0,7%	-0,1%	-1,3%
Dívida Pública (% do PIB)	94,9%	91,1%	88,4%

*Previsões do Banco de Portugal a 6 de junho de 2025

China acumula petróleo

A OPEP tem um plano para produzir bastante mais petróleo. Entretanto, os Estados Unidos, a Guiana e o Brasil também estão a aumentar a produção. A oferta de crude é muito forte, mas o nível ronda os 70 dólares o barril, bastante longe dos mínimos anuais. A explicação é que a China está a acumular grandes reservas de petróleo, tendo em conta a necessidade de garantir a sua segurança energética. No segundo trimestre, adquiriu enormes quantidades.

Santander fecha balcões em Espanha

O banco Santander tem a intenção de acelerar o encerramento de balcões em Espanha. A entidade presidida por Ana Botín pretende que este ano se fechem até 160 sucursais. No primeiro semestre foram encerradas cerca de 110 balcões, quando as previsões eram 60. E não se ficará por aqui, já que na segunda metade do ano o número será reduzido em mais 50 até chegar às 1667 sucursais no final do ano, contra as 1827 que tinha em dezembro de 2024.

TÍTULOS EURONEXT LISBOA — PAINEL BANCO SANTANDER

Título	Última Cotação	Variação Semanal	Máximo 52 Sem	Mínimo 52 Sem	EPS Est Act	EPS Est Fut	PER Est Act	PER Est Fut	Div. Yield Ind	Div. Yield Est	Data Act	Hora Act
ALTRI SGPS SA	4,855	-0,92%	6,560	4,702	0,379	0,547	12,810	8,876	6,18%	5,73%	23/07/2025	16:55:00
IBERSOL SGPS SA	9,660	-0,82%	10,200	6,860	0,440	0,440	21,955	21,955	7,25%	7,25%	23/07/2025	16:55:00
BANCO COMERCIAL PORTUGUES-R	0,675	2,12%	0,705	0,340	0,063	0,072	10,708	9,369	4,45%	4,60%	23/07/2025	16:55:00
F. RAMADA INVESTIMENTOS SGPS SA	7,380	1,65%	7,600	5,650	0,280	0,260	26,357	28,385	5,42%	7,86%	23/07/2025	16:55:00
CORTICEIRA AMORIM SA	7,690	-1,41%	9,564	7,020	0,500	0,608	15,380	12,648	4,16%	3,84%	23/07/2025	16:55:00
CTT-CORREIOS DE PORTUGAL	7,560	-1,95%	8,140	4,020	0,453	0,573	16,689	13,194	2,25%	2,38%	23/07/2025	16:55:00
EDP-ENERGIAS DE PORTUGAL SA	3,779	-1,02%	4,154	2,876	0,294	0,292	12,854	12,942	5,29%	5,37%	23/07/2025	16:55:00
EDP RENOVAVEIS SA	10,320	1,67%	16,300	6,710	0,332	0,428	31,084	24,112	0,81%	1,16%	23/07/2025	16:55:00
GALP ENERGIA SGPS SA	16,780	4,71%	19,575	12,240	1,181	1,250	14,208	13,424	3,87%	3,76%	23/07/2025	16:55:00
JERONIMO MARTINS	21,880	-2,76%	23,280	15,200	1,156	1,340	18,927	16,328	2,70%	2,84%	23/07/2025	16:55:00
MOTA ENGIL SGPS SA	4,200	-0,90%	4,880	2,398	0,437	0,487	9,611	8,624	3,56%	3,64%	23/07/2025	16:55:00
NAVIGATOR CO SA/THE	3,242	-0,92%	4,042	3,072	0,357	0,380	9,081	8,532	3,25%	8,33%	23/07/2025	16:55:00
NOS SGPS	3,585	-4,91%	4,470	3,192	0,383	0,377	9,360	9,509	9,76%	10,46%	23/07/2025	16:55:00
PHAROL SGPS SA	0,062	-0,96%	0,119	0,036	-	-	-	-	-	-	23/07/2025	16:55:00
REDES ENERGETICAS NACIONAIS	3,180	2,58%	3,270	2,215	0,215	0,235	14,791	13,532	4,94%	5,00%	23/07/2025	16:55:00
SEMAPA-SOCIEDADE DE INVESTIM	17,520	0,46%	18,640	13,300	2,487	2,675	7,045	6,550	3,57%	3,54%	23/07/2025	16:55:00
SONAE	1,252	-0,48%	1,294	0,878	0,123	0,135	10,179	9,274	4,73%	4,87%	23/07/2025	16:55:00
NOVABASE SGPS SA	7,850	-1,26%	10,400	5,550	-	-	-	-	17,20%	-	23/07/2025	16:55:00

TÍTULOS MERCADOS EUROPEUS — PAINEL BANCO SANTANDER

Título	Última Cotação	Variação Semanal	Máximo 52 Sem	Mínimo 52 Sem	EPS Est Act	EPS Est Fut	PER Est Act	PER Est Fut	Div. Yield Ind	Div. Yield Est	Data Act	Hora Act
BANCO SANTANDER SA	7,3830	2,94%	7,550	3,800	0,860	0,915	8,585	8,069	2,84%	3,07%	23/07/2025	16:35:17
INDUSTRIA DE DISENO TEXTIL	42,900	2,48%	56,340	41,800	1,946	2,126	22,045	20,179	2,64%	4,08%	23/07/2025	16:35:17
REPSOL SA	13,200	2,80%	13,350	9,414	2,069	2,324	6,380	5,680	7,39%	7,54%	23/07/2025	16:35:17
TELEFONICA SA	4,554	1,54%	4,750	3,757	0,333	0,347	13,676	13,124	6,59%	6,48%	23/07/2025	16:35:17
SIEMENS AG-REG	227,700	4,86%	244,850	150,680	11,486	11,301	19,824	20,149	2,29%	2,34%	23/07/2025	16:42:22
CARREFOUR SA	12,295	2,03%	15,797	11,580	1,536	1,794	8,005	6,853	7,48%	8,10%	23/07/2025	16:55:00
BAYER AG-REG	28,475	3,30%	31,030	18,378	4,553	4,816	6,240	5,899	0,39%	0,38%	23/07/2025	16:35:29
DEUTSCHE BANK AG-REGISTERED	26,410	3,33%	26,645	12,268	2,836	3,169	9,305	8,328	2,57%	3,79%	23/07/2025	16:36:50
RWE AG	36,800	1,29%	37,780	27,760	2,118	2,416	17,403	15,257	2,99%	3,22%	23/07/2025	16:40:51
VOLKSWAGEN AG	97,400	5,30%	116,700	81,500	18,447	23,922	5,258	4,055	6,44%	5,45%	23/07/2025	16:43:46
ING GROEP NV-CVA	19,960	3,55%	19,990	14,086	1,925	2,230	10,369	8,951	5,31%	5,03%	23/07/2025	16:55:00

Este relatório foi elaborado pela tesouraria do Banco Santander em Portugal, telf. 21 381 65 80, email: cashequities@santander.pt, com base em informação disponível ao público e considerada fidedigna, no entanto, a sua exactidão não é totalmente garantida. Este relatório é apenas para informação, não constituindo qualquer proposta de compra ou venda em qualquer dos títulos mencionados.

PAULO MONTEIRO ROSA
Economista Sénior
do Banco Carregosa

O 'valor' é como o azeite

A globalização é deflacionista e tem sido um dos principais impulsionadores do crescimento económico mundial, sobretudo desde a entrada da China na Organização Mundial do Comércio em 2001. No entanto, foi também acompanhada pela proliferação de paraísos fiscais, possibilitando sobretudo às principais empresas, especialmente multinacionais, e grandes fortunas, mecanismos para otimizarem a sua fiscalidade e reduzirem a carga fiscal nos seus países de origem, retirando assim uma importante fonte de receita fiscal aos Estados.

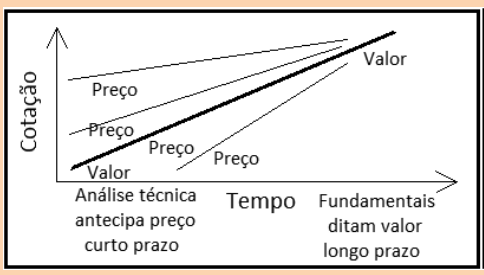
Esta realidade surge precisamente numa altura em que os países ocidentais mais necessitam dessas receitas para sustentar estados sociais robustos, na Europa, e nos EUA, onde a dívida pública já ultrapassa 120% do PIB, com défices orçamentais crónicos e crescentes. Em 2024, o défice atingiu 6,3% do PIB, e a tendência para 2025 aponta para nova deterioração, em parte devido ao aumento da despesa social, aos custos com os juros, aos subsídios a empresas e aos cortes fiscais iniciados no primeiro mandato de Trump (2017). Mais recentemente, medidas como o Inflation Reduction Act (IRA), aprovado em agosto de 2022, e a chamada "Big Beautiful Bill", em vigor desde 4 de julho de 2025, representam riscos adicionais para o agravamento do défice e o desequilíbrio das contas públicas.

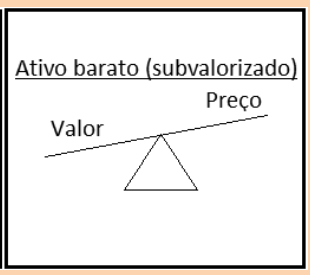
Em Portugal, a carga fiscal incide cada vez mais sobre a classe média, uma tendência transversal à maioria dos países europeus. A dificuldade de os Estados tributarem eficazmente as grandes empresas, sobretudo multinacionais, e grandes patrimónios, devido aos paraísos fiscais, deixa-os cada vez mais dependentes do rendimento do trabalho e do consumo para sustentar as contas públicas, criando verdadeiros infernos fiscais para a maioria da população.

Com níveis elevados de dívida pública, os títulos de dívida dos governos ocidentais começam a perder valor e as cotações em bolsa a descer. A capacidade de os governos honrarem os seus compromissos financeiros depende da robustez das suas economias e da capacidade de lançarem impostos sobre empresas e cidadãos capazes de os pagar. Todavia, se as grandes multinacionais continuarem a maximizar a sua eficiência fiscal, facilitada pela globalização, a base fiscal dos Estados será menor, comprometendo a capacidade de gerar receita suficiente para pagar as suas dívidas. Neste cenário, o preço dos títulos do tesouro tenderá a cair e um dos últimos recursos dos governos será a política monetária: imprimir moeda para pagar dívidas. Essa prática, comum em países com economias frágeis, nomeadamente na América Latina e em África, mina a confiança na moeda e nos ativos denominados nessa moeda. Caso esta tendência se intensifique nos países ocidentais, os títulos de dívida pública continuarão a perder valor e poderão deixar de ser vistos como os ativos "mais seguros do mundo", como o foram outrora.

Parafraseando Warren Buffett: "Preço é o que se paga, valor é o que se recebe." Não se deve confundir o preço de um ativo com o seu valor intrínseco. O preço reflete o custo de algo neste momento, neste caso de uma obrigação do tesouro americana, mas valor é o benefício real, os cash flows futuros, ou seja, a utilidade que esse ativo gera ao longo do tempo. O preço oscila em torno do valor (ora acima, ora abaixo), mas no longo prazo tende a alinhar-se com ele e, tal como o azeite, o valor vem sempre ao cimo. No caso das obrigações do tesouro americano, se a deterioração das contas públicas continuar e a capacidade de tributação da economia for gradualmente substituída pela emissão monetária, o valor intrínseco destes títulos cairá.

É difícil aferir o valor de ativos especulativos como o ouro e o Bitcoin, que não geram rendimento, aumentando assim a volatilidade dos preços. A procura de privacidade, sobretudo no Ocidente, e a fragilidade das economias e moedas subdesenvolvidas dão valor à BTC, mas qualquer alteração anula o seu valor. Já os preços das ações nem sempre refletem os cash flows futuros.





eBroker
As principais bolsas mundiais ao seu alcance.
O acesso digital dos mercados financeiros.
Para clientes aderentes ao Netbanco e App eBroker.
Informe-se sobre as condições do serviço em www.santander.pt
Santander
O que podemos fazer por si hoje?

AUTOMÓVEL

Abertas encomendas para o novo Citroën C5 Aircross

As encomendas para a segunda geração do Citroën C5 Aircross estão abertas no mercado nacional. O SUV está disponível em três níveis de equipamento (You, Plus e Max) e duas motorizações, híbrida e elétrica. Os preços de venda ao público arrancam nos 33 490 euros. O modelo está mais espaçoso e inclui mais tecnologias. São vários os sistemas de apoio à condução.

Vítor Osório Costa com boa prestação na sua estreia em Vila Real

Vítor Osório Costa conquistou o 3.º lugar na categoria GTC na etapa do Campeonato de Portugal de Velocidade (CPV) e do Iberian Supercars Endurance, realizada de 4 a 6 de julho no Circuito Internacional de Vila Real. Esta foi a sua estreia no exigente traçado urbano, ao volante do Porsche 997.2 GT3 CUP preparado pela Monteiros Competições.

Ao longo do fim de semana, o foco esteve na afinação do carro, análise de dados técnicos e adaptação progressiva às particularidades do circuito. As sessões de treinos e qualificação permitiram consolidar o ritmo competitivo, com recurso à análise de telemetria e vídeos onboard.

Na Corrida 1, a forte precipitação alterou significativamente as condições de aderência da pista, obrigando a ajustamentos estratégicos e a uma condução de risco controlado. Ainda assim, o piloto demonstrou grande capacidade de adaptação.

O trabalho técnico e a consistência em pista foram destacados pelo engenheiro de corrida, Diogo, realçando a evolução ao longo das sessões. Vítor salientou a importância desta experiência na aquisição de conhecimento prático em contexto urbano.

O projeto é apoiado pela Structure Value, Vida Económica, Maintree e pelo restaurante Oxalá Ovar. A próxima etapa está marcada para os dias 12 a 14 de setembro, em Valência. A preparação já arrancou com sessões técnicas, simulações e estudo aprofundado do circuito espanhol.

Vítor Osório Costa ao volante do Porsche 997.2 GT3 CUP preparado pela Monteiros Competições.

PUB

FORMAÇÃO

IPAM Lisboa inaugura campus em Telheiras

O IPAM Lisboa inaugura, em setembro de 2025, um novo campus na Lispólis, em Telheiras. A nova infraestrutura, com capacidade para 1400 estudantes, reforça a ligação ao setor empresarial e marca a expansão da escola para a área dos negócios. Integrado no conceito "Marketing Leads Business", o espaço aposta na inovação académica e na proximidade com empresas.

FORMAÇÃO VEBS A 17 DE SETEMBRO

Curso ensina a contratar com segurança legal

A Vida Económica Business School realiza, no dia 17 de setembro, das 9h30 às 12h30, o curso online "Gestão Contratual e Mobilidade Laboral", dirigido a profissionais de recursos humanos, contabilistas certificados, técnicos administrativos e diretores de serviços.

Ministrado por Filipa Matias Magalhães, advogada e formadora em Direito do Trabalho, o curso tem como objetivo dotar os participantes de ferramentas jurídicas práticas para uma gestão contratual mais segura e eficaz. A formação está inserida na área de Direito do Trabalho, em regime e-learning, com a duração de 3 horas.

O programa cobre as principais tipologias contratuais, como contratos a termo, sem termo, tempo parcial e prestação de serviços, bem como os procedimentos legais para renovação e cessação contratual.

Especial atenção será dada à contratação de migrantes e trabalhadores estrangeiros, abordando a documentação exigida, as obrigações fiscais e contributivas, e os cuidados a observar nas inspeções laborais.

A formação está inserida na área de Direito do Trabalho, em regime e-learning

Os participantes irão: identificar e aplicar corretamente os diferentes tipos de contrato de trabalho; cumprir os requisitos legais na contratação de estrangeiros; evitar erros detetados pela ACT; preparar-se para auditorias e fiscalizações.

O curso inclui modelos de cláusulas contratuais, uma checklist de contratação de estrangeiros e os principais pontos críticos observados pela Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT).

Uma formação essencial para quem pretende garantir segurança jurídica na gestão de vínculos laborais e cumprir rigorosamente a legislação em vigor.

CURSO DE APRENDIZAGEM A 18 DE SETEMBRO

Evite erros legais em faltas, férias e despedimentos

A Vida Económica Business School promove, no dia 18 de setembro, entre as 9h30 e as 12h30, o curso online "Gestão de Ausências, Férias e Cessação do Contrato", dirigido a profissionais de RH, contabilistas e responsáveis administrativos.

Com formação a cargo da advogada Filipa Matias Magalhães, especialista em Direito do Trabalho, esta sessão de três horas em e-learning aborda os aspetos legais das faltas justificadas e injustificadas, licenças, férias e modalidades de cessação do contrato. O curso destaca também o impacto financeiro e fiscal das diferentes formas de saída laboral.

Entre os objetivos estão: dominar o regime legal de faltas e férias; calcular compensações por cessação contratual; evitar erros com consequências salariais e fiscais; preparar as empresas para auditorias e fiscalizações.

O curso inclui um simulador de compensação por cessação, um quadro-resumo legal sobre faltas e uma abordagem prática à legislação em vigor. Uma formação essencial para garantir conformidade e rigor na gestão de contratos de trabalho.

Deloitte abre candidaturas ao BrightStart em cinco cidades

A Deloitte abriu as candidaturas ao programa BrightStart, disponível em Braga, Faro, Lamego, Setúbal e Viseu, em parceria com quatro instituições de ensino superior. Direcionado a estudantes de Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP) nas áreas tecnológicas, o programa oferece bolsas de estudo integrais e experiência profissional real na Deloitte a partir do segundo semestre.

As bolsas cobrem propinas, taxas de inscrição e incluem tutoria académica e integração em equipas da Deloitte. As candidaturas decorrem até agosto, com datas específicas para cada instituição.

O BrightStart está disponível para os cursos de Tecnologias Informáticas, Cibersegurança, Desenvolvimento Web e Inovação Informática. Desde 2017, já apoiou mais de 200 estudantes e afirma-se como modelo de formação dual, promovendo talento fora dos grandes centros urbanos.

Sessões online de esclarecimento estão marcadas entre 22 de julho e 20 de agosto. Todas têm início às 18h30, com inscrições no site da Deloitte.

"É um compromisso com a formação qualificada e com o desenvolvimento regional", sublinha Paulo Pessanha de Almeida, partner da Deloitte.

PUB

Escapadinhas com Alma no Vale do douro

As Casas de Bemposta dispõe de quatro moradias independentes (T2 a T6) totalmente equipadas perfeitas para casais ou até 12 pessoas.
Ali encontra conforto, autenticidade e proximidade com a natureza.

Atividades e Experiências

- caminhadas pelos trilhos naturais
- pesca
- passeios de bicicleta
- canoagem no rio Douro — *mediante reserva antecipada.*
- voo panorâmico
  sobre o Vale do Douro por apenas 30 euros por pessoa

Localização Privilegiada

Apenas 30 minutos do Castelo de Mogadouro e da fronteira espanhola

Estacionamento gratuito disponível

Também disponibilizamos um roteiro com sugestões de passeios

Casa/tipo	2 NOITES	3 NOITES
T2 (até 4 pessoas)	180 €	260 €
T3 (até 6 pessoas)	220 €	320 €
T4 (até 8 pessoas)	260 €	340 €
T6 (até 12 pessoas)	360 €	530 €

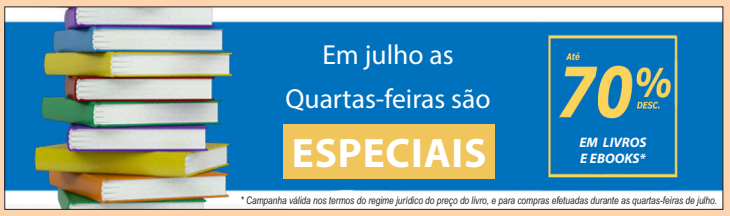
GARANTA A SUA ESCAPADINHA PERFEITA
RESERVE HOJE MESMO!

douronat@gmail.com • Tel. 934124360

VidaEconómica

EMPRESAS, NEGÓCIOS, INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO

Nº 2087 / 25 de julho 2025 Semanal 2,60 € Portugal Continental



UE prepara retaliação de 93 mil milhões contra tarifas de Trump

A União Europeia prepara uma retaliação comercial de 93 mil milhões de euros contra os EUA, caso fracassem as negociações com a administração Trump. A medida responde à ameaça de tarifas de 30% sobre produtos europeus. O porta-voz europeu para o Comércio, Olof Gill, afirmou que as listas anteriores foram fundidas para maior clareza e eficácia. A retaliação incidirá sobre produtos estratégicos como bourbon, soja e aviões, podendo entrar em vigor a 7 de agosto, se não houver acordo.

Ministro das Finanças exige auditoria à compra de terreno para novo edifício do Banco de Portugal

O Ministro das Finanças ordenou uma auditoria à compra de um terreno destinada à construção do novo edifício do Banco de Portugal. A decisão surge após críticas sobre a transparência e o valor pago na aquisição. A auditoria, a cargo da Inspeção-Geral de Finanças, visa apurar eventuais irregularidades no processo.

O ministro garantiu total transparência e prometeu atuar com rigor caso se confirmem desvios ou falhas nos procedimentos. O Banco de Portugal ainda não comentou o pedido de auditoria.

Nova Lei dos Solos valoriza terrenos e reposiciona mercado imobiliário

A nova Lei dos Solos está a transformar o mercado de terrenos em Portugal. Entre abril e junho, a oferta caiu 22%, mas a procura desceu apenas 2,9%. A legislação permite converter terrenos rústicos em urbanos, atraindo interesse por zonas com menor pressão urbanística. O preço médio por metro quadrado subiu 7,7%, para 42€/m², com Lisboa a liderar (130€/m²). Madeira e Portalegre registaram valorizações significativas. A dimensão mediana dos terrenos procurados mantém-se nos 1.900 m². A tendência atual aponta para terrenos mais pequenos, com elevado potencial de urbanização, refletindo uma nova dinâmica no setor imobiliário.

Euribor continua próxima de 2%

A Euribor manteve-se estável esta semana, com pequenas oscilações. A taxa a 1 semana fixou-se em 1,909 % a 21 de julho, enquanto a de 1 mês iniciou-se em 1,885 %. A taxa a 3 meses oscilou entre 1,971 % e 1,944 %, encerrando neste último valor. Nos prazos mais longos, a Euribor a 6 meses desceu de 2,051 % para 2,032 %, e a de 12 meses caiu de 2,078 % para 2,050 %. A ligeira retração reflete expectativas mais baixas para o crédito à habitação, mantendo-se, no entanto, taxas elevadas num cenário de prudência financeira em julho.

Fundos de investimento imobiliário atingem novo recorde

O setor dos Organismos de Investimento Imobiliário (OII) em Portugal atingiu um novo recorde, com 321 fundos ativos e €17.852 milhões sob gestão, segundo a N2AM – SGOIC. Os crescimentos homólogos foram de 19% no número de fundos e 21% no montante gerido. O número de sociedades gestoras subiu para 67, refletindo maior confiança e capacidade operacional. O investimento em desenvolvimento imobiliário representa agora 24% das carteiras, enquanto a habitação mantém expressão reduzida. A N2AM destaca o papel estratégico dos fundos na resposta aos desafios habitacionais e no impulso ao desenvolvimento urbano sustentável.

PUB

NOTA DE FECHO

JORGE A. VASCONCELLOS E SÁ
Senior Researcher at ISG Business School
MBA Drucker University / PhD Columbia University / Jean Monnet Chair
E-mail: associates@vasconcellosesa.com
Website: www.vasconcellosesa.com
LinkedIn: http://www.linkedin.com/in/vasconcellosesa
http://www.linkedin.com/company/vasconcellos-e-sa-associates/

A Unicef promove Milei

A **Unicef** como a generalidade das outras organizações das Nações Unidas não é conhecida por defender o "*neoliberalismo do capitalismo selvagem monopolista explorador e criador de salários de miséria e profundas desigualdades*", enfim o causador de todas as desgraças no mundo.

Contudo recentemente o representante da Unicef na Argentina, **Rafael Mesec** anunciou que *a Argentina reduziu de forma considerável a pobreza em geral e a infantil em particular, qualificando este acontecimento digno de alto registo.*

Porquê?

Pela "simples" razão que Milei tirou **um milhão e setenta mil** crianças da pobreza.

Contra as previsões de dentro e fora da Argentina. Advindas das Cassandras da opinião publicada.

O contraste entre os resultados e as profecias levanta **três** questões: **Quais** as políticas? Como foram **implementadas?** E quais as **lições** a retirar?

As políticas foram (também) essencialmente **três**.

A *Asignación Universal por Hijo (AUH)* é uma prestação social a famílias vulneráveis (com um dos progenitores desempregados, na economia informal, ou em serviço doméstico) e com filhos menores de 18 anos.

A *Tarjeta Alimentar* complementa a AUH e só pode ser utilizada para adquirir alimentos e bebidas.

E estas duas medidas sectoriais, de protecção aos mais desfavorecidos, foram então acompanhadas pela política geral de *combate à inflação* com o resultado que esta diminuiu de 25% para 2,8% ao mês.

Em consequência os salários reais têm crescido, a pobreza reduziu-se inclusive entre os com mais de 65 anos, a taxa de desemprego diminuiu e a economia cresce (este ano) à taxa de 5,5% (contra uma redução de 1,7% em 2024 logo após o início das reformas em finais de 2023).

Entremos agora na parte da **implementação**.

Como foi possível combater a inflação? A resposta é simples: reduzindo os gastos do estado em 5% do PIB.

Mas como foi possível **compatibilizar** esta *diminuição com o aumento das prestações sociais*? A resposta também é simples (embora não fácil porque requer coragem): redistribuindo os gastos públicos acabando com centenas de observatórios, institutos e empresas públicas que em vez de servirem a sociedade, se servem a eles próprios.

No fundo células cancerígenas que trabalham para si e não para o corpo em que estão inseridas. A diferença entre egoísmo e altruísmo. Entre parasitismo e serviço.

Resta-nos a **lição**.

Os **países liberais** são aqueles para onde todos querem emigrar (a Escandinávia está à frente de Portugal no índice de liberdade económica) e que criam muros para evitar que entrem.

Os **iliberais**, de onde todos querem fugir e que criam muros para evitar que saiam.

Como disse **Thatcher**: houve duas teorias e dois resultados. Estes estão à vista.

E **Friedman**: antes fazia sentido debater as vantagens do liberalismo. Hoje perante a evidência empírica, não faz.

Então porque é que em tantos países os políticos se opõem à reforma e diminuição do estado?

A **reforma** requer **coragem** para enfrentar os obstáculos: quantos sectores são dominados por sindicatos que alternam nas greves (que quando de outros sindicatos me impedem de trabalhar mas não implicam perda do meu salário) e são constantes no absentismo?

E a **diminuição** do estado é "*bad for business*". Onde se poria a clientela política que me apoia, me elegeu e onde estaria o meu lugar de resguardo?

O que significa que **alguns partidos** não passam de **agências de emprego**. Que vão enganando até poderem.

Mas… pode-se enganar todos algum tempo; e até alguns todo o tempo; mas o que nunca se poderá é enganar todos durante todo o tempo (**A. Lincoln**).

A consequência? Muitos "jornalistas"… e comentadores **aterrados** com o mundo a mudar.

Acabou-se a sopa doce: lobbies para trocas de favores (em vez de meritocracia); e subsídios do estado (no lugar de sã concorrência do mercado). Éramos tão felizes…

Vida Judiciária

Este suplemento faz parte integrante da Vida Económica nº 2087, de 25 de julho 2025

Legal & Imobiliário

MARIA DOS ANJOS GUERRA
marianjosguerra-3012p@adv.oa.pt

HERANÇAS E PARTILHA

REGIME DA SEPARAÇÃO DE BENS

RENÚNCIA À CONDIÇÃO DE HERDEIRO LEGITIMÁRIO

«Estou a pensar em voltar a casar, mas tenho filhos do meu anterior casamento, pelo que gostaria de saber o que deverei fazer para que o enlace não afete a herança deles. Penso que poderei casar com separação de bens, mas isso não impede que a minha futura mulher seja minha herdeira, não é verdade?»

Em Portugal, se os cônjuges não celebrarem convenção antenupcial, vigorará supletivamente o regime da comunhão de adquiridos, que, embora considere próprios dos cônjuges os bens que cada um deles tiver ao tempo da celebração do casamento, bem assim como aqueles que forem adquiridos na constância do matrimónio por virtude de direito próprio anterior, e ainda os que lhes advierem depois do casamento por sucessão ou doação, considera comuns todos os demais bens.

Dado que o referido regime de comunhão de adquiridos, efetivamente, pode acarretar a existência de bens comuns, os esposos podem fixar livremente, em convenção antenupcial, o regime de bens do casamento, quer escolhendo um dos regimes legalmente previstos para o efeito, quer estipulando o que, a esse respeito, pretenderem consagrar dentro dos limites da lei.

O regime da separação de bens apenas regulamenta a situação patrimonial do casal em vida.

A referida convenção antenupcial pode ser celebrada através de escritura pública ou por declaração prestada perante funcionário do registo civil.

Pelo exposto, quer o regime da separação de bens seja convencionado, quer seja imperativo — como acontecerá se um dos cônjuges já tiver completado os sessenta anos de idade ou se o casamento for celebrado sem precedência do processo preliminar de casamento —, o certo é que este regime de bens apenas regulamenta a situação patrimonial do casal em vida.

Isto porque, entre as várias restrições que a lei expressamente impunha à liberdade de convenção, constava, embora com algumas pequenas ressalvas também aí previstas, o impedimento de regulamentar a sucessão hereditária dos cônjuges.

Contudo, a partir de 2018, passou a ser possível que, caso o regime de bens do casamento — convencionado ou imperativo — seja o da separação de bens, a convenção antenupcial estipule a renúncia recíproca à condição de herdeiro legitimário do outro cônjuge, o que o Leitor poderá fazer se quiser salvaguardar a herança dos filhos.

Nos termos legais, a renúncia poderá ser condicionada à sobrevivência, ou não, de sucessíveis de qualquer classe, bem como de outras pessoas.

LegaL & Imobiliário
GABINETE DE ADVOGADOS

Opinião

LILIANA ALMEIDA DE MOURA
Advogada da área de Direito Laboral da Cuatrecasas

Mais reflexões sobre as presunções

A presunção de laboralidade no contexto das plataformas digitais tem sido motivo de crescente atenção e debate, como evidenciou recentemente o meu colega Tiago Pestana de Vasconcelos, ao comentar a decisão do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) de maio de 2025. A relevância económica destas plataformas levanta questões essenciais sobre a natureza das relações mantidas com os seus trabalhadores, em especial os estafetas. Num mercado de trabalho em rápida evolução, o acórdão do STJ de 18 de junho de 2025 constitui um marco significativo, ao clarificar a aplicação da presunção de contrato de trabalho, consagrada no artigo 12.º-A do Código do Trabalho, introduzido pela Lei n.º 13/2023.

Este artigo legal prevê uma presunção específica para o trabalho em plataformas digitais, estipulando que, desde que se verifiquem pelo menos dois dos seis indícios aí previstos, presume-se a existência de uma relação laboral. Tal presunção é ilidível, cabendo à plataforma demonstrar a inexistência de subordinação jurídica, invertendo assim a dinâmica probatória tradicional.

No seu artigo anterior, o meu colega Tiago Pestana de Vasconcelos destacou a relevância do acórdão do STJ de maio de 2025, que esclareceu que a presunção de laboralidade se aplica a todos os factos ocorridos após a entrada em vigor da nova lei, a 1 de maio de 2023, ainda que a relação jurídica tenha sido previamente estabelecida. O acórdão de junho de 2025 reforça esta interpretação, dissipando dúvidas sobre a aplicação retroativa da norma e consolidando a orientação jurisprudencial que limita a aplicação da lei nova aos factos posteriores à sua implementação.

O acórdão de junho de 2025 reforça esta interpretação, dissipando dúvidas sobre a aplicação retroativa da norma e consolidando a orientação jurisprudencial que limita a aplicação da lei nova aos factos posteriores à sua implementação.

Todavia, neste último acórdão, o STJ acentuou que a aplicação da presunção deve seguir uma análise individualizada e rigorosa, rejeitando generalizações. Durante a apreciação, verificou insuficiências na matéria de facto apurada pelos tribunais inferiores, salientando a necessidade de detalhar aspetos cruciais para determinar a existência de subordinação jurídica e dependência económica dos trabalhadores.

Em particular, sublinhou a necessidade de clarificar se os estafetas exerciam a atividade em regime de part-time ou de dedicação exclusiva; se prestavam serviços em várias plataformas ou apenas numa; e se tal exclusividade derivava de escolha pessoal ou de imposição contratual. Adicionalmente, destacou a importância de apurar se os trabalhadores detinham autonomia para angariar clientela própria, reforçando a necessidade de aferir os seus períodos de inatividade, bem como os rendimentos auferidos.

O STJ concluiu que estas questões não estavam devidamente respondidas na matéria de facto e, por conseguinte, anulou a decisão anterior, devolvendo o processo ao Tribunal da Relação.

Em síntese, o acórdão do STJ não encerra o debate sobre as relações laborais nas plataformas digitais, mas delineia um caminho claro para a aplicação da presunção de laboralidade, evidenciando a necessidade de uma abordagem casuística e fundamentada, evitando conclusões baseadas em pressupostos gerais.

É importante, por isso, que a discussão jurisprudencial continue e que se definam os critérios de interpretação, de forma a adaptar o Direito do Trabalho às novas dinâmicas digitais, promovendo a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores, mas também das plataformas.

Casos da Vida Judiciária

JOÃO LUZ SOARES
Sócio RSA.

Pocket AI: a democratização da IA

A discussão do tema da inteligência artificial tem sido feita, muitas vezes, em ambientes de exacerbada mediatização, por referência a uma consideração de vantagens versus riscos, em que os intervenientes, bipolarizados, se lançam ou num processo de evangelização crescente e defesa do uso desses mecanismos; ou, pelo contrário, de diabolização e recurso na adopção dessas ferramentas. Ora a discussão deveria ser feita, num plano mais concreto, numa óptica de eficácia e de identificação das áreas onde a actuação partilhada (simbiose homem e máquina) pode ser mais proveitosa.

E, portanto, hoje, andamos todos a falar de Inteligência Artificial, qual nicho de afirmação intelectual, sem que saibamos, muito tristemente, do que andamos a falar. Certamente são os ares dos tempos, em que a visão do objectivo é substituída por uma visão acrítica que distancia a discussão de uma abordagem planificada e estrutural. É, portanto, necessário que a IA se democratize e desça à Terra e ao elemento humano onde, de facto, pode fazer a diferença.

Para que isso aconteça, é necessário desmistificar mitos e fazer uma superação que passa por três pontos de pressão que são, no fundo, uma evolução entre conceitos na abordagem à IA.

Em primeiro lugar, **a passagem entre um nível de sofisticação para um nível de eficácia**: quando pensamos em inteligência artificial, ainda prevalece uma imagem quase cinematográfica de uma tecnologia extremamente sofisticada, inacessível e reservada a quem tem profundo conhecimento técnico. No entanto, para que a IA se torne verdadeiramente útil no dia a dia — e para que a sua utilização seja democratizada — é necessário fazer uma transição dessa ideia de sofisticação para uma lógica de eficácia.

Ou seja, deixar de valorizar o grau de complexidade do sistema e passar a focar nos objetivos que queremos, com ele, atingir: um modelo eficaz de IA não é aquele que impressiona pelo seu funcionamento interno, mas sim aquele que, com simplicidade, responde de forma direta a uma necessidade concreta. É uma abordagem orientada por objetivos (goal based approach), em que as melhores soluções de IA são disponibilizadas de forma acessível, clara e prontas a serem usadas por qualquer pessoa, sem que esta tenha de compreender os detalhes técnicos por trás das ferramentas.

Em segundo lugar, **a passagem do etéreo para a aplicabilidade prática**: embora este novo quadro legislativo seja fundamental e represente um passo importante na regulação da tecnologia, muitas vezes a sua implementação segue uma lógica de cúpula — parte das empresas para o AI ACT, sem garantir que os colaboradores tenham, na prática, acesso às ferramentas e capacidades que a IA pode oferecer.

A verdadeira transformação acontece quando as organizações olham ao espelho (análise interna) e apostam na aplicabilidade prática da IA no dia a dia dos seus colaboradores: soluções simples, orientadas para tarefas reais, que aumentem a produtividade, a clareza e a autonomia.

Ou seja, a adoção da IA não deve partir da entidade para a lei, mas sim focar-se nos elementos-base da entidade para, com maturidade e experiência acumulada, alcançar *naturalmente* o cumprimento da lei (enquanto parte do seu ADN de cumprimento normativo). Só assim se garante que a IA não permanece num plano etéreo e abstrato, mas se torna parte integrante do funcionamento concreto das organizações.

Em terceiro lugar, **futuro e presente**: quando falamos de inteligência artificial, é comum associá-la ao futuro — algo que "está a chegar", que ainda se está a desenvolver, ou que nos vai transformar daqui a alguns anos. Mas a verdade é que a IA já faz parte do nosso presente há décadas: nos motores de busca, nos filtros de spam, nos sistemas de recomendação, nas previsões automáticas de texto, entre tantos outros exemplos. Muitas vezes usamos inteligência artificial sem sequer termos consciência disso.

(…) é fundamental puxar a IA do futuro para o presente – torná-la visível, próxima, acessível: desmistificando receios, corrigindo perceções distorcidas e promovendo uma relação mais informada e tranquila com estas tecnologias.

Por isso, é fundamental puxar a IA do futuro para o presente — torná-la visível, próxima, acessível: desmistificando receios, corrigindo perceções distorcidas e promovendo uma relação mais informada e tranquila com estas tecnologias. A familiaridade é o primeiro passo para uma adoção responsável, e essa familiaridade começa com a perceção clara de que a IA já está entre nós — e já está ao nosso serviço.

Em todo este ensejo, esta nova categoria de Pocket AI – inteligência artificial rápida, intuitiva e disponível através de app's e ferramentas digitais eficazes– pode fazer a diferença. Ao contrário da IA enclausurada num distante e omisso hub tecnológico ou enquadrada em qualquer visão futurista ou distópica, a Pocket AI vive no presente, opera ao nível da tarefa concreta e devolve poder às pessoas, colocando a tecnologia ao serviço do humano - e não o contrário. Democratizar a inteligência artificial é, por isso, torná-la próxima, eficaz e funcional — e a Pocket AI representa, em última instância, esse caminho de regresso à terra, onde a inovação se faz com utilidade, simplicidade e propósito.

Fieldfisher em Portugal: ambição ibérica com identidade local

A Fieldfisher reforça a sua presença ibérica com a abertura de escritórios em Lisboa e no Porto, integrando uma equipa de mais de 70 profissionais liderada por André Miranda e João André Antunes. A operação aposta nas áreas de M&A, energia, tecnologia e serviços financeiros, aliando proximidade local a padrões internacionais de excelência.

Os advogados André Miranda e João André Antunes, líderes da nova operação da Fieldfisher em Lisboa e no Porto.

Vida Económica – Por que Portugal foi escolhido para esta nova fase de expansão?

André Miranda – Portugal encaixa-se na estratégia europeia da Fieldfisher, depois de operações bem-sucedidas na Áustria, Itália e Polónia. O dinamismo económico, o ambiente favorável ao investimento estrangeiro e a inovação foram decisivos. A estrutura liderada por mim e por João Antunes reúne mais de 70 profissionais com experiência nacional e internacional e cerca de 2000 clientes ativos, o que reforça a posição ibérica da firma.

Fieldfisher traz mais de 70 profissionais para o mercado nacional

VE – Quais as áreas jurídicas prioritárias?

AM – Oferecemos um portefólio transversal, com foco em M&A, contencioso e arbitragem, direito público, fiscal, imobiliário, bancário e assessoria a private clients. Com a integração na rede Fieldfisher, vamos aprofundar ainda mais setores onde a marca é globalmente forte, como energia, tecnologia, saúde e serviços financeiros.

VE – Como caracterizam o mercado português?

AM – Os nossos clientes já refletem um perfil sofisticado, sendo maioritariamente empresas institucionais e multinacionais. O país tem atraído investimento em setores como energias renováveis, fintech, healthtech e infraestruturas sustentáveis. Portugal tornou-se um centro estratégico de operações transfronteiriças e estamos preparados para esse desafio.

Sinergias com Espanha e Alemanha

VE – Que impacto esperam gerar na concorrência nacional?

João André Antunes – A presença da Fieldfisher eleva a fasquia no segmento full-service internacional. Com uma estrutura local sólida e acesso global, respondemos com mais sofisticação a clientes com atividade multinacional. As sinergias com Espanha e Alemanha reforçam uma proposta de valor diferenciadora, sobretudo em contextos transfronteiriços.

VE – Estão previstas parcerias ou colaborações locais?

JAA – Sim, estamos a fortalecer relações institucionais e setoriais. Queremos reforçar a presença em áreas reguladas e colaborar com entidades públicas e privadas em inovação jurídica e transformação digital. O objetivo é integrar a nossa expertise internacional num contexto local, em setores com forte potencial.

VE – Como se estão a adaptar ao quadro jurídico português?

JAA – Preservámos a identidade da equipa portuguesa, aliando proximidade ao cliente com os padrões de compliance e inovação da Fieldfisher. Valorizamos a continuidade na relação com os nossos clientes, agora com um alcance global reforçado. A cultura da firma respeita o enquadramento jurídico e os costumes locais, mantendo a excelência como prioridade.

Fieldfisher instala-se em Portugal com ambição europeia

A entrada da Fieldfisher em Portugal representa um passo estratégico na consolidação da sua presença ibérica. Com escritórios em Lisboa e no Porto e uma equipa com mais de 70 profissionais, a sociedade aposta numa oferta full-service de excelência, focada em áreas como M&A, energia, tecnologia e serviços financeiros. Liderada por André Miranda e João André Antunes, a operação combina proximidade local com padrões internacionais de compliance e inovação. O perfil dos clientes, maioritariamente institucional, reflete a sofisticação de um mercado em expansão e aberto ao investimento estrangeiro. A nova fase privilegia sinergias com Espanha e Alemanha e reforça o papel de Portugal como hub jurídico no sul da Europa. A Fieldfisher quer ser mais do que uma nova presença: assume-se como parceiro ativo na transformação do setor e no acompanhamento de operações complexas e globais.

VidaEconómica
GRUPO EDITORIAL

IMOBILIÁRIO

Este suplemento faz parte integrante da Vida Económica, nº 2087, de 25 julho 2025, e não pode ser vendido separadamente.

Marco de Canaveses investe sete milhões de euros para converter antiga fábrica em polo cultural, de ensino e negócios

Pág. VII

Pascal Gonçalves, administrador do grupo Libertas, considera:

"Aumentar a oferta é fundamental e a solução para resolver o grave problema de ha

Pág. IV

MAP Real Estate investe no projeto de escritórios Francos Workplace

Pág. V

Carlos Torres, presidente do Conselho de Administração da Resul

"Trabalhamos há mais de 40 anos no continente africano, melhorando a vida de pessoas e comunidades"

Pág. VII

CONSULTÓRIO JURÍDICO

Sustentabilidade e Direito Imobiliário: Perspetivas para o Setor em 2025

Martim Guerreiro Figueira
associado principal de Imobiliário da PRA – Raposo, Sá Miranda & Associados, Sociedade de Advogados

Este artigo analisa o papel da sustentabilidade no setor imobiliário português, com ênfase nas transformações previstas para o ano de 2025. A partir de uma abordagem interdisciplinar, que abarca aspetos jurídicos, regulatórios, tecnológicos e económicos, discute-se a incorporação de práticas ESG (ambientais, sociais e de governança), os desafios da descarbonização, o papel das tecnologias emergentes e a importância das certificações sustentáveis. Conclui-se que a sustentabilidade, aliada ao cumprimento normativo e à inovação, será um elemento central na redefinição do setor imobiliário, com impactos significativos na sua competitividade, valorização e legitimidade social.

O setor imobiliário tem desempenhado um papel central na transformação urbana e na consolidação de modelos de desenvolvimento mais sustentáveis. Em Portugal, essa transição tem sido gradualmente impulsionada por um conjunto de fatores estruturais, entre os quais se destacam a evolução das políticas públicas europeias, a crescente preocupação ambiental dos investidores e ocupantes, e a adoção de inovações tecnológicas voltadas para a eficiência e a responsabilidade socioambiental.

O ano de 2025 desponta como um marco para a aceleração dessas mudanças. Não se trata de uma transformação abrupta, mas de uma intensificação de tendências em curso, em particular no que se refere à integração de critérios ESG, à necessidade de descarbonização, ao uso de tecnologias inteligentes e à valorização de imóveis certificados por padrões de sustentabilidade.

O Direito Imobiliário we a Sustentabilidade: Enquadramento Normativo

O Direito Imobiliário, tradicionalmente associado à regulação da propriedade, contratos, registos e urbanismo, tem progressivamente incorporado princípios ambientais e sociais. No contexto europeu, o quadro normativo tem sido reforçado por instrumentos como a Taxonomia da União Europeia, o European Green Deal, a CSRD (Corporate Sustainability Reporting Directive) e a nova EPBD (Energy Performance of Buildings Directive).

Estes instrumentos exigem que as empresas do setor reportem os impactos ambientais das suas atividades, adotem práticas de gestão sustentável e assegurem a resiliência dos ativos face às alterações climáticas. A transposição dessas normas para o ordenamento jurídico nacional reforçará o papel do Direito Imobiliário como mecanismo de indução de condutas sustentáveis no setor.

A Integração de Práticas ESG no Setor Imobiliário

Do inglês Environmental, Social, and Corporate Governance, as práticas ESG foram criadas pelo Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU), em parceria com o Banco Mundial, em 2004, estando relacionadas com os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), também criados pela ONU.

> O setor imobiliário tem desempenhado um papel central na transformação urbana e na consolidação de modelos de desenvolvimento mais sustentáveis.

A sigla ESG tornou-se um referencial estratégico no setor imobiliário, indo além da conformidade normativa. Em 2025, espera-se que o reporte ESG passe a ser uma exigência formal para um número crescente de empresas, com impactos diretos na captação de investimento, na valorização de ativos e na atratividade dos empreendimentos.

A integração de critérios ESG exige a criação de políticas internas, avaliação de riscos climáticos, gestão social dos ativos e adoção de boas práticas de governança. As empresas que não se adaptarem correm o risco de perder relevância no mercado, uma vez que investidores institucionais e ocupantes corporativos priorizam hoje ativos alinhados com metas de sustentabilidade.

A Descarbonização como Prioridade Estratégica

A descarbonização do setor imobiliário é um dos maiores desafios da próxima década, sobretudo tendo em conta que os edifícios são responsáveis por uma parcela significativa das emissões de carbono. Em linha com os compromissos climáticos da União Europeia, as empresas terão de acelerar a implementação de soluções que reduzam a pegada ambiental dos imóveis, incluindo:

- Uso de energias renováveis;
- Materiais de construção com baixa emissão de carbono;
- Sistemas de eficiência energética e gestão de resíduos;
- Reabilitação sustentável de edifícios existentes.

Essa transição exigirá não apenas investimento financeiro, mas também a reestruturação dos processos de projeto, construção e operação imobiliária, de modo a assegurar a conformidade com as novas exigências legais e os padrões voluntários de mercado.

Inovação Tecnológica e Edifícios Inteligentes

A tecnologia desempenhará um papel crucial na transformação sustentável do setor. Com o avanço da Internet of Things (IoT), da inteligência artificial (IA) e dos sistemas integrados de gestão de edifícios, surgem novas possibilidades de otimização do desempenho ambiental e de adaptação às necessidades dos ocupantes.

Edifícios inteligentes serão capazes de monitorizar e ajustar automaticamente o consumo de energia, a qualidade do ar, o conforto térmico e a iluminação, contribuindo para a eficiência operacional e para a melhoria da experiência do utilizador. A expectativa é que, a partir de 2025, essas soluções se tornem progressivamente mais acessíveis, sobretudo com o apoio de políticas públicas de incentivo e da entrada em vigor da nova EPBD.

Certificações de Sustentabilidade como Diferencial Competitivo

As certificações ambientais, como LEED, BREEAM e WELL, ganham importância estratégica à medida que o mercado valoriza ativos que promovem não apenas a eficiência energética, mas também a saúde e o bem-estar dos ocupantes.

Apesar dos custos associados, os selos de sustentabilidade representam uma vantagem competitiva importante, permitindo o reposicionamento de ativos, o aumento da taxa de ocupação e a valorização patrimonial. Em 2025, espera-se que essas certificações deixem de ser um diferencial opcional para se tornarem um critério-padrão de qualidade imobiliária.

Considerações Finais

O setor imobiliário enfrenta, em 2025, um momento de redefinição profunda. As exigências regulatórias europeias, a transformação tecnológica e a crescente sensibilização social para as questões ambientais impõem uma mudança estrutural na forma como se planeia, constrói, gere e regula o espaço urbano.

O Direito Imobiliário, enquanto ramo jurídico fundamental para a organização do território, deve acompanhar essa evolução, promovendo normas que incentivem práticas sustentáveis e garantindo segurança jurídica aos novos modelos de negócio e investimento. Integrar a sustentabilidade como eixo transversal do setor não é apenas uma questão de responsabilidade ambiental, mas uma estratégia essencial de competitividade, inovação e resiliência. ■

NOTÍCIASW

IA no Imobiliário: Muito mais do que uma moda, é uma urgência real

A Inteligência Artificial (IA) está a transformar o setor imobiliário a um ritmo avassalador. Por isso, o momento que vivemos é decisivo: não se trata de uma promessa futurista, mas de uma realidade que já move mercados inteiros. A pergunta que se deve fazer não é se esta grande mudança vai chegar a Portugal, mas se os empresários e gestores portugueses estão preparados para se adaptarem e, acima de tudo, para aproveitarem a oportunidade de forma inteligente.

Presente no IMOCIONATE 2025, como orador convidado no painel "Inovação na Mediação" – evento promovido pela APEMIP, que se realizou no dia 1 de julho, na Fundação Champalimaud, em Lisboa –, Filipe Marques, CEO da InovaDigital, referiu: "O que está verdadeiramente em causa é a mudança de mentalidade, ou melhor, a capacidade de repensar o modelo de negócio, de libertar os talentos humanos das tarefas rotineiras e de colocar a tecnologia ao serviço da excelência."

Acrescentou: "Quero dizer com isto que não estou a falar da substituição, e aqui vejo um ponto crítico que diferencia quem vai apenas 'usar IA' de quem vai construir vantagem competitiva com ela."

Frisou, ainda, que não se deve repetir os mesmos chavões sobre automação, *chatbots* ou visitas virtuais – isso já toda a gente teve oportunidade de ler. É outra coisa.

Na prática, o que está a mudar?

Não há volta a dar: o mercado imobiliário mundial está a ser redesenhado por algoritmos, e não me refiro apenas a "automatizar umas tarefas de backoffice".

O mercado global de IA aplicada ao setor imobiliário deverá passar de 222 mil milhões de dólares em 2024 para quase 1 bilião até 2029. Uma taxa de crescimento exponencial de cerca de 34,4% ao ano. E isto não é uma tendência: é uma transformação estrutural. E em Portugal?

Filipe Marques alerta que Portugal tem condições únicas para se destacar: está a implementar transações 100% digitais no imobiliário, tem um ecossistema tecnológico em crescimento e um mercado atrativo para o investimento internacional. ■

NOTÍCIA

Estudo mostra que 43% dos portugueses têm a casa paga

Num momento em que o acesso à habitação continua a ser uma das principais preocupações dos portugueses, a Escolha do Consumidor preparou um estudo que analisa as preferências, intenções e dificuldades dos consumidores no setor imobiliário. A maioria dos inquiridos valoriza a estabilidade proporcionada pela casa própria, embora enfrente desafios significativos, como os preços elevados, a dificuldade em obter crédito e a incerteza económica.

A habitação própria é uma realidade para 70% da população, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE). Contudo, o estudo realizado pela Escolha do Consumidor mostra que 43% já têm a casa totalmente paga e 26% continuam a pagar o respetivo financiamento. Por outro lado, o arrendamento continua a ser uma solução para 25% dos entrevistados. Já 5% vivem em imóveis cedidos por familiares ou amigos e 1% encontra-se noutra situação, nomeadamente a de viver com os pais.

Grande parte dos inquiridos (52%) vive com o(a) companheiro(a), enquanto 15% vive sozinho. A coabitação com pais ou outros familiares é referida por 17%, e 13% reside com filhos. Situações menos comuns incluem viver com amigos ou colegas (2%) ou partilhar casa com desconhecidos (1%), como no caso do arrendamento de quartos.

Dos participantes que não possuem casa própria (31%), somente 9% planejam comprar um imóvel nos próximos 12 meses e 18% apontam fazê-lo num horizonte de um a três anos. No entanto, 33% revela vontade de comprar, mas ainda não definiu um prazo específico. Já 40% não tem, de momento, intenção de adquirir qualquer tipo de habitação. No que diz respeito ao tipo de imóvel preferido pelos consumidores, a escolha recai sobre casas — mais especificamente, moradias — representando 67% das respostas. Apenas 25% prefere apartamentos e 8% refere não ter preferência quanto ao tipo de imóvel.

Para quem opta por ter casa própria, os principais benefícios apontados são o sentimento de segurança e estabilidade (23%), a liberdade para realizar obras ou personalizar o espaço ao seu gosto (21%) e o potencial de investimento a longo prazo (19%). Evitar aumentos de renda (15%), a valorização do imóvel ao longo do tempo (12%) e o planeamento da vida familiar (10%) também são destacadas como vantagens importantes pelos inquiridos.

> Apenas 9% dos consumidores planejam comprar um imóvel nos próximos 12 meses.

Entre os consumidores que possuem habitação própria, 31% revela ter demorado mais de três anos a juntar o valor necessário para a entrada do imóvel, e 18% levou entre um e três anos. Apenas um número muito reduzido conseguiu fazê-lo em menos de um ano (9%). Adicionalmente, 1% declara que ainda está a juntar o valor necessário para alcançar este objetivo. O apoio de familiares ou amigos foi também decisivo em 21% dos casos, e 9% afirma não ter poupado para a entrada da casa, pois adquiriu a habitação a pronto pagamento. Situações como heranças, financiamentos a 100% ou o recurso a um empréstimo bancário para cobrir a entrada são mencionadas pelos restantes entrevistados (11%). ■

PUB

ENTREVISTA

Pascal Gonçalves, administrador do grupo Libertas, considera:

"Aumentar a oferta é fundamental e a solução para resolver o grave problema de habitação"

Em entrevista, Pascal Gonçalves afirma que continuarão a apostar em grandes projetos com preços competitivos. Acredita que a atuação da Libertas tem utilidade e alguma relevância no contexto atual.

"A nossa cultura é, desde sempre, assente em progresso e inovação, apesar da nossa antiguidade, e isso tem feito a diferença!"

Como descreve o percurso da Libertas no mercado imobiliário português?

O percurso da Libertas, iniciado há 35 anos, tem sido marcado por momentos altos e baixos. Nos primeiros 10 anos, aprendemos a conhecer o mercado e o negócio.

Durante a crise do subprime, quase conhecemos o mesmo destino que a maior parte dos promotores de grande dimensão, pois todos estávamos fortemente alavancados e o mercado parou durante anos. No pós-crise, desenvolvemos áreas complementares à promoção imobiliária, como a mediação, a construção e a gestão de fundos imobiliários, o que foi crucial para estarmos na posição sólida em que hoje nos encontramos. A nossa cultura é, desde sempre, assente em progresso e inovação, apesar da nossa antiguidade, e isso tem feito a diferença!

Qual o balanço da atividade no investimento e promoção de habitação?

Na Libertas, temos contribuído para o aumento da oferta de habitação ao longo destes anos. Praticamos preços competitivos para produtos de qualidade reconhecida, que permitem melhorar o conforto no dia a dia e o estilo de vida dos nossos clientes.

Se pudesse regressar ao ponto de partida do início da atividade do grupo, o que mudaria? Ou deixaria como está?

Se tal fosse possível, mudaríamos muita coisa, pois, à primeira, raramente se acerta num caminho de sucesso, e com isso pouparíamos muito tempo e energia. Também não teríamos deixado passar algumas oportunidades de aquisição de ativos, mas, como diziam quando cheguei a Portugal: "Totobola à segunda-feira é fácil!"

O enquadramento da atividade imobiliária ao longo das décadas, tanto legislativo como fiscal, tem sido caracterizado por um percurso em ziguezague ao sabor da política. Como é que a Libertas se adaptou e respondeu a estas situações?

Vamos-nos adaptando, como todos os outros players. Não poderia ser de outra forma. Pessoalmente, tenho pena que o imobiliário tenha sido quase sempre visto como uma espécie de inimigo, já que é essencial para a competitividade dos países — e Portugal não é exceção. O que é certo é que é, e será sempre, uma grande fonte de receita, quer para o Estado, quer para os municípios.

Considera que as medidas políticas para resolver o problema da habitação em Portugal vão no bom sentido?

Sim. Aumentar a oferta é fundamental e a solução para resolver o grave problema de habitação a que todos temos assistido. Fruto da crise da dívida, o Estado ficou demasiado tempo sem verbas para isso. Mas esta situação acontece um pouco por toda a Europa e não só.

Quais os projetos futuros do grupo Libertas?

Vamos continuar a apostar em grandes projetos com preços competitivos. Acredito que a atuação da Libertas tem utilidade e alguma relevância no contexto atual. Neste momento, temos vários projetos em curso, em diversas zonas do país, que refletem o nosso empenho e compromisso ao nível da qualidade e da sustentabilidade.

O Upon Harbor, no Seixal, por exemplo, é um projeto turístico e residencial que se integra na requalificação da antiga Fábrica Mundet e representa um marco na revitalização daquela frente ribeirinha. Em Alcochete, temos em desenvolvimento o Unique Tagus, um produto premium com uma localização única junto ao Tejo.

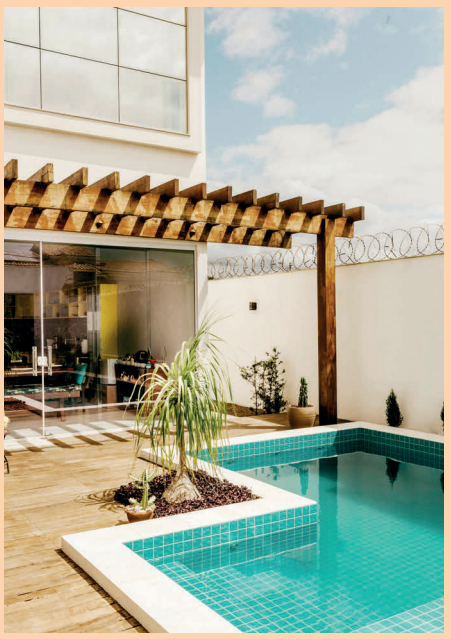
No Montijo, vamos assinar um projeto ímpar, que combina habitação acessível para jovens com qualidade urbanística e sustentabilidade. Já no Algarve, estamos a construir novos projetos em Albufeira e Faro, zonas onde a Libertas tem vindo a criar novas urbanizações e já é uma referência no setor. ■

NOTÍCIA

Estudo revela que o imobiliário de luxo resiste à incerteza global

O recente estudo Mid-Year Luxury Outlook, elaborado pela Portugal Sotheby's International Realty, vem reforçar o papel relevante que o imobiliário de luxo cumpre como "porto seguro" num contexto de transformação de mercado, para compradores e vendedores com património líquido elevado.

As conclusões revelam que, embora as incertezas económicas e a volatilidade dos mercados bolsistas possam criar oportunidades estratégicas para investidores mais sofisticados, são os agregados familiares com elevado poder de compra, provenientes dos Estados Unidos, que continuam a registar os maiores ganhos no setor imobiliário. Para além da análise das dinâmicas de mercado, o relatório fornece ainda informação relevante sobre estratégias de financiamento, o impacto dos desastres naturais na valorização dos imóveis e identifica cinco mercados de luxo emergentes e em reemergência — dados que se revelam essenciais para a tomada de decisões determinantes no setor imobiliário de luxo face ao atual contexto económico.



O mercado imobiliário de luxo, em Portugal, continua a mostrar um desempenho robusto, refletindo tanto a procura nacional como internacional. Entre janeiro e maio de 2025, a Portugal Sotheby's International Realty registou um crescimento expressivo na sua atividade, com um aumento de 34% no número de transações realizadas face ao mesmo período de 2024, e uma subida de 40% na faturação.

No que diz respeito às nacionalidades dos compradores e investidores, os portugueses representaram 50% das transações, seguindo-se os compradores e investidores provenientes do Reino Unido (11%), dos Estados Unidos (9%) e do Brasil (6%), refletindo assim o posicionamento consolidado de Portugal como destino atrativo tanto para residentes como para investidores internacionais no segmento do imobiliário de luxo.

Este desempenho positivo foi transversal às principais regiões do país, com destaque para Lisboa, Cascais, Estoril, Oeiras, Porto, Algarve e Madeira — zonas que continuam a captar o interesse de compradores e investidores, nacionais e internacionais, pela sua localização privilegiada, qualidade de vida, proximidade ao mar e valorização consistente dos ativos. No Porto, a procura é impulsionada por franceses, norte-americanos e brasileiros, muitos dos quais iniciam o seu percurso com imóveis T1 e T2 de luxo no centro histórico, evoluindo mais tarde para moradias ou apartamentos de maior dimensão e valor. Já no Algarve, a abertura de uma nova rota aérea direta com os Estados Unidos está a alimentar o interesse crescente por parte do mercado norte-americano, ao passo que a Madeira se destaca pelo aumento da procura por parte de famílias e cidadãos provenientes dos Estados Unidos e do norte da Europa, que valorizam a segurança, o clima ameno e os elevados padrões de construção. ■

NOTÍCIA

MAP Real Estate investe no projeto de escritórios Francos Workplace

Concebido pelo atelier Openbook, o Francos Workplace representa uma nova geração de edifícios de escritórios: mais do que espaços de trabalho, são lugares de vida. O projeto contempla mais de 18.000 m² de área bruta de construção, distribuída por escritórios modernos, espaços de colaboração e co-working, zonas de lazer e entretenimento, bem como áreas de restauração e bem-estar. O projeto conta com a Alphalink na coordenação da gestão, assegurando o rigor na execução e o cumprimento dos objetivos técnicos e operacionais.

O Francos Workplace, localizado no Porto, junto à estação de metro, é liderado pela promotora internacional Osborne + Co, com o envolvimento de investidores como a Urbanitae, a Lifestyle Leisure Limited e a Adriparte.

Com este primeiro passo, a MAP Real Estate afirma-se como um player relevante e diferenciador no panorama imobiliário nacional, trazendo uma abordagem singular que alia o acesso a capital próprio para co-investimento ao profundo know-how técnico de construção do MAP Group. A atuação da MAP Real Estate começa na génese do projeto, garantindo a otimização de custos, a viabilidade técnica e a mitigação de riscos – elementos críticos para a confiança dos investidores.

José Rui Meneses e Castro, Co-CEO do MAP Group, considera que "a MAP Real Estate assume uma missão clara: ser um motor de confiança para quem promove e para quem investe. Apoiamos a promoção imobiliária não só com capital, mas com conhecimento técnico e estratégico que permite validar os pressupostos dos projetos desde o primeiro momento. Ao investir lado a lado, ajudamos a mitigar riscos, acelerar decisões e criar as condições certas para transformar boas ideias em ativos com valor real no mercado. A nossa estreia no Francos Workplace é um exemplo paradigmático do valor que queremos acrescentar ao mercado", afirma. ■

BREVE

Novo Simplex vai a Conselho de Ministros

Na conferência "Lei dos Solos: Alterações ao RJIGT - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial - Desafios e Oportunidades" promovida pela Associação dos Industriais da Construção Civil e Obras Públicas (AICCOPN), no Porto, o ministro das Infraestruturas e Habitação, Miguel Pinto Luz, avançou que o "processo legislativo do Simplex está fechado e, portanto, irá a Conselho de Ministros nas próximas semanas."

Segundo o ministro o Simplex "era Simplex só de nome" e os números das licenças emitidas não cresceram.

Por isso, enquanto o Simplex Urbanístico não for aprovado, o Governo está a fazer contratos "built-to-rent"(construir para arrendar) e parcerias público-privadas (PPP): "Posso adiantar aqui que o contrato "built-to-rent" está hoje cristalizado em lei para levar a Conselho de Ministros e vai permitir aos empresários assinarem um contrato de confiança, neste caso com o IHRU [Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana], que lhes garante perenidade das políticas públicas por um período largo de 25, 30 anos e, portanto, é um contrato que se de hoje para amanhã outro Governo decidir alterar as leis e alterar o quadro regulatório de um momento para o outro, o empresário invoca aquele contrato e pode ser ressarcido de alguma forma." ■

OPINIÃO

A importância da documentação predial na avaliação

Vítor Osório
Diretor Stucture Value
vosorio@structurevalue.com

Um processo de avaliação imobiliária requer, além da visita ao imóvel por um perito avaliador, elementos que caracterizam o imóvel em vários aspetos considerados fundamentais para uma correta e rigorosa avaliação.

O perito avaliador deve sempre verificar todos os documentos fornecidos e aferir a concordância dos elementos referentes ao imóvel nos diferentes documentos. Um aspeto importante é a verificação das áreas entre os documentos e, durante a visita, a validação da sua conformidade por meio de medições.

Dos elementos que poderão ser fornecidos, destacam-se:

• **Caderneta Predial/Matricial –** Emitida pela repartição de finanças, comprova a inscrição matricial do imóvel. A Caderneta Predial ou a Certidão de Teor Matricial possui atualmente um QR Code para validação.

• **Registo na Conservatória –** Emitido pela Conservatória do Registo Predial, permite verificar a situação jurídica do imóvel, nomeadamente os titulares, a existência de hipotecas ou outros ónus/direitos. Deve ser emitido com antecedência não superior a 6 meses, ou, se o prédio não estiver descrito, com antecedência não superior a 3 meses.

Documentos Camarários

• **Plantas do Imóvel –** Emitidas pela câmara municipal, comprovam a conformidade da obra concluída com o projeto aprovado.

• **Projeto de Arquitetura ou PIP –** Necessário para a avaliação de terrenos para desenvolvimento imobiliário, devido à sua complexidade, considerando a localização e as condicionantes do PDM em vigor.

• **Licença de Utilização –** Comprova as condições de habitabilidade do imóvel e a conformidade da obra concluída com o projeto aprovado.

• **Contrato de Arrendamento (e valores das rendas, se existirem) –** Documento pelo qual o senhorio concede ao inquilino o uso temporário do imóvel, mediante pagamento de renda.

• **Ficha Técnica de Habitação –** Também conhecida como BI da Habitação, obrigatória para imóveis com licença de utilização posterior a agosto de 2004. Apresenta dados como nome dos projetistas, promotor, construtor, áreas, materiais, redes de abastecimento, entre outros.

É importante que o perito avaliador tenha acesso ao máximo de informação possível antes de efetuar a visita ao imóvel, para poder, desde logo, verificar a conformidade entre os documentos.

• **Certificado Energético –** Avalia o desempenho energético do imóvel numa escala de 8 classes (A+ a F). Emitido por perito qualificado certificado pela ADENE, tem validade de 10 anos

e pode incluir recomendações para melhorias.

É essencial que o perito avaliador tenha acesso à maior quantidade de informação possível antes da visita, para confirmar desde logo dados como morada, uso, áreas, tipologia, entre outros, e durante a visita, verificar a conformidade da documentação com a realidade construída.

Contudo, em muitos casos, por motivos alheios ao avaliador, nem todos os documentos são apresentados. Ainda assim, é possível realizar a avaliação com parte da documentação, devendo esta limitação constar no relatório, podendo inclusive condicionar o valor de mercado apurado.

Na avaliação de terrenos para desenvolvimento, quando não há projeto de viabilidade construtiva, cabe ao avaliador consultar o PDM da zona e propor um cenário possível/provável para o imóvel.

Em conclusão, quanto mais informação for fornecida ao perito, mais rigorosa será a avaliação. ■

ENTREVISTA

Carlos Torres, presidente do Conselho de Administração da Resul

"A Resul trabalha há mais de 40 anos no continente africano, melhorando a vida de pessoas e comunidades"

Desde a sua fundação, em 1982, a empresa tem consolidado um vasto know-how em projetos na área da eletrificação, destaca em entrevista Carlos Torres.

Qual é o papel da Resul no fornecimento e distribuição de energia nos países africanos em que está presente?

A Resul, desde a sua fundação em 1982, tem consolidado um vasto know-how em negociação e execução de projetos no continente africano, na área da eletrificação. A atuação em África deve-se, sobretudo, ao facto de os nossos produtos e serviços se destinarem a países onde ainda há muito por fazer em termos de eletrificação e infraestrutura.

Neste sentido, o compromisso da Resul é fornecer soluções e desenvolver infraestruturas que desempenhem um papel relevante no desenvolvimento de cada região.

Já trabalhamos há mais de 40 anos neste continente e, ao longo deste período, temos vindo a estabelecer várias parcerias e a concretizar projetos de impacto, principalmente com os PALOP, mas também com países como o Burundi, Mauritânia e Senegal. Esta proximidade e trabalho no terreno ao longo dos anos levaram, inclusive, à abertura de escritórios em Angola, Moçambique e Cabo Verde, países com os quais temos um contacto muito regular.

De que forma os projetos levados a cabo nestas geografias têm contribuído para a sua reabilitação e para a melhoria da qualidade de vida?

O impacto dos projetos da Resul nem sempre é facilmente quantificável. No entanto, ao analisarmos os dados recentes da Câmara de Energia Africana, que revelam que África alberga 590 dos 685 milhões de pessoas no mundo sem acesso à eletricidade, percebemos que a nossa atuação tem um papel fundamental na melhoria da qualidade de vida de muitas pessoas.

Estas comunidades não beneficiam apenas de uma maior inclusão energética. É importante perceber que uma maior eletrificação também tem impacto no desenvolvimento sustentável das regiões, aumentando a segurança e atraindo mais investimento.

A título de exemplo, destacamos dois projetos com impacto significativo em diferentes países. O primeiro é a aplicação do dispositivo Ready Board, com o qual já eletrificámos mais de 200 mil casas em vários países africanos. Este equipamento é utilizado em áreas onde as habitações não possuem paredes adequadas para a instalação de tomadas elétricas.

Outro projeto relevante é a reabilitação da Baía das Gatas, um projeto com impacto significativo para a ilha de São Vicente, em Cabo Verde, que permitiu criar um espaço agradável e seguro num dos principais locais de lazer da cidade. Aliás, o primeiro-ministro cabo-verdiano sublinhou que este local passou a ser uma referência para a população e para o investimento, o que exemplifica o impacto que a Resul também tem na economia local.

Atualmente, como está distribuída a atividade da Resul nos mercados interno e externo?

O grande foco da Resul nos últimos anos tem sido o contacto e o desenvolvimento de projetos em outros países. Em 2024, as exportações representaram 65% da nossa atividade, com negócios estabelecidos em Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Argélia, Líbia, Senegal, Mauritânia, Burundi, e, fora de África, em países como Espanha, França, China e Suriname.

Também desenvolvemos alguns projetos no mercado interno, embora em menor escala, uma vez que as necessidades de eletrificação são menos prementes.

Qual é o volume de negócios?

Esta atividade, distribuída por diversos mercados, permitiu-nos alcançar a meta dos 13 milhões de euros em faturação em 2024. Em relação a 2023, registámos um aumento do EBITDA de 15,7%, ultrapassando meio milhão de euros, assim como um crescimento nas vendas de 2,2%.

Em Portugal, em que segmentos de mercado atuam e onde veem maior potencial de crescimento?

Em Portugal, a nossa atuação está sobretudo relacionada com a manutenção e reforço da rede elétrica de baixa e média tensão. Esta ação é essencial para melhorar a segurança e a robustez da rede elétrica, que desempenha um papel crucial no país.

O nosso principal cliente é a E-Redes, distribuidora de energia elétrica em Portugal, à qual fornecemos volumes significativos de equipamento para cumprir com estes objetivos.

Além da E-Redes, também fornecemos material à EDA, EEM, REN e aos principais instaladores.

> O compromisso da Resul é fornecer soluções e desenvolver infraestruturas que desempenhem um papel relevante no desenvolvimento de cada região.

Qual é a sua opinião sobre o mercado energético em Portugal?

O mercado energético português ainda sofre com a pressão para integrar uma grande quantidade de energia renovável. Este investimento é necessário, mas acaba por provocar uma carência no que diz respeito ao reforço ou criação de novas infraestruturas e redes elétricas.

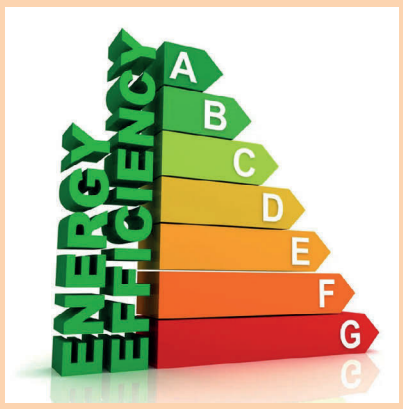
Além disso, identificamos uma lacuna no investimento na sensorização de ativos das redes, bem como na implementação de soluções mais inteligentes, que seriam fundamentais para garantir uma cobertura mais eficaz.

Este tema tem vindo a ser cada vez mais abordado pela E-Redes, que afirma pretender aumentar o investimento, o que naturalmente gera alguma expectativa no setor elétrico, que vê aqui a possibilidade de se tornar mais ambicioso e robusto. Continuamos atentos para perceber se este investimento será materializado e que oportunidades poderão surgir no setor. ■

BREVE

Eficiência Energética: queixas disparam 177%

Os problemas relacionados com os vales de eficiência energética – essenciais para combater a pobreza energética nas habitações da população mais vulnerável – estão a gerar uma crescente onda de contestação entre os beneficiários.



Uma análise do Portal da Queixa revela que, no primeiro semestre do ano, o número de reclamações aumentou 177% em comparação com o mesmo período de 2024.

Já os dados do segundo trimestre de 2025, face ao mesmo período do ano anterior, indicam um aumento de 200%. A distribuição dos casos por entidades revela que o Ministério do Ambiente e Energia é responsável por 65,11% das reclamações, seguido pela Agência Portuguesa do Ambiente, que recolhe 6,98% das queixas.

Segundo os dados analisados, apenas 27,91% das reclamações foram resolvidas, enquanto 48,84% permanecem sem resolução e 23,26% aguardam resposta.

Geograficamente, as regiões do Porto, Lisboa, Setúbal, Braga e Aveiro concentram a maioria das reclamações. Recorde-se que o objetivo inicial era distribuir 100 mil vales, com um valor de 1.300 euros cada, a famílias vulneráveis em situação de pobreza energética potencial. Contudo, o Governo decidiu reduzir essa meta em 60%. Dos 100 mil vales inicialmente previstos, foram entregues menos de 20 mil, e 4.200 dos que foram entregues ainda não foram utilizados. Para compensar a redução, foram disponibilizados agora 90 milhões de euros para obras e eletrodomésticos. ■

NOTÍCIA

Grupo AM48 promove 400 apartamentos no centro de Santo António dos Cavaleiros

O grupo AM48 quer transformar o centro de Santo António dos Cavaleiros, em Loures, com um novo empreendimento que devolve ao local um sonho antigo, com mais de meio século, idealizado por arquitetos de renome que imaginaram uma cidade-jardim.

Com um investimento superior a 140 milhões de euros, o projeto 1965 Cidade Jardim inclui 400 novos apartamentos distribuídos por sete edifícios residenciais, com 900 novos lugares de estacionamento, áreas comerciais e uma forte componente de espaço público acessível e verde. Com início de construção previsto para o primeiro trimestre de 2026, o empreendimento deverá estar concluído dentro dos próximos cinco anos. Concebido para dar nova vida ao centro da freguesia — recuperando um terreno abandonado durante anos — o plano da AM48 aposta numa estrutura urbana desenhada para as pessoas. Conta com escadarias integradas em jardins (incluindo uma escadaria central que liga a zona norte ao Parque Urbano, atualmente acessível apenas por estrada), zonas de descanso, serviços essenciais e mobilidade pedonal reforçada.

Prolongar a paisagem natural pelas fachadas e dissolver os limites tradicionais entre arquitetura e espaço verde é o grande objetivo. A proposta substitui abordagens anteriores, mais fechadas, por uma visão que privilegia a mobilidade e a continuidade, promovendo um tecido urbano mais leve, permeável e conectado. “Com este projeto, a AM48 está a mostrar como o imobiliário pode ser um verdadeiro motor de regeneração urbana, servindo não apenas os seus residentes, mas toda a comunidade”, afirma Francisca Martins, administradora do grupo AM48.

A aposta na sustentabilidade, na mobilidade suave e na integração paisagística segue a matriz que a AM48 tem vindo a implementar noutros projetos de referência, agora aplicada a um território periférico com elevada densidade populacional, mas pouca oferta urbanística qualificada. Serão disponibilizadas 400 novas unidades (de T1 a T4), com preços a partir dos 295 mil euros, além de uma série de serviços e comodidades numa área comercial com mais de 5 mil metros quadrados. ■

NOTÍCIA

As cinco cidades mais acessíveis para viver perto do Porto

Com os preços das casas no Porto a manterem-se elevados, muitos procuram alternativas nos arredores da cidade. Mas quais são os concelhos mais acessíveis para viver, mantendo uma boa ligação ao centro urbano? O portal imobiliário Imovirtual analisou os dados do segundo trimestre de 2025 e revela o top 5 das cidades que oferecem o equilíbrio ideal entre custo e qualidade de vida a menos de uma hora do Porto. Para esta análise, foram considerados os preços médios de arrendamento de abril a junho de 2025, bem como a distância aproximada à cidade do Porto.

> Viver na periferia do Porto pode ser até 48% mais barato, segundo estudo do Imovirtual.

Segundo o estudo trimestral do Imovirtual, o preço médio de arrendamento no concelho do Porto foi de 1.200 euros por mês, enquanto o preço médio de venda situou-se nos 397.333 euros. Este valor reflete a elevada procura por habitação na cidade, especialmente nas zonas mais centrais, o que tem impulsionado os preços para patamares menos acessíveis para muitas famílias e jovens profissionais.

Para ajudar os consumidores a tomar decisões mais informadas, o Imovirtual apresenta o ranking das cinco cidades mais acessíveis para arrendar e comprar casa perto do Porto, ordenadas pela diferença de preço em relação à cidade do Porto.

Imóveis para arrendamento:

Amarante: 625 €/mês; 48% mais barato; cerca de 60 km do Porto;

Felgueiras: 650 €/mês; 46% mais barato; cerca de 57 km do Porto;

Marco de Canaveses: 710 €/mês; 41% mais barato; cerca de 55 km do Porto;

Penafiel: 750 €/mês; 38% mais barato; cerca de 40 km do Porto;

Paços de Ferreira: 753 €/mês; 37% mais barato; cerca de 37 km do Porto.

Imóveis para venda:

Baião: 131.667 €; 67% mais barato; cerca de 75 km do Porto;

Marco de Canaveses: 228.333 €; 43% mais barato; cerca de 55 km do Porto;

Paredes: 254.333 €; 36% mais barato; cerca de 35 km do Porto;

Amarante: 267.333 €; 33% mais barato; cerca de 60 km do Porto;

Paços de Ferreira: 296.667 €; 25% mais barato; cerca de 37 km do Porto. ■

OPINIÃO

Imobiliário de luxo: Um investimento com valor no tempo

Beatriz Rubio
CEO da RE/MAX Collection

Num mundo cada vez mais volátil, onde os mercados oscilam e as tendências se transformam a ritmo acelerado, o imobiliário de luxo mantém-se como uma âncora segura para quem procura valor a longo prazo. Mais do que um refúgio de estabilidade, este segmento é hoje um ativo estratégico, capaz de gerar rendimentos consistentes e valorização sustentável.

Mas o que torna o imobiliário de luxo tão atrativo como investimento a longo prazo?
A resposta está na sua natureza dupla: conjuga o tangível com o simbólico, o património físico com o prestígio, a segurança financeira com a emoção de possuir algo verdadeiramente único. Ao contrário de outras classes de ativos, um imóvel de luxo não é apenas um número num portefólio. É uma propriedade com identidade, localização prime, arquitetura distintiva e valor de escassez – fatores que tendem a valorizar com o tempo, sobretudo em contextos de procura seletiva.

Além disso, o imobiliário de luxo tem demonstrado uma resiliência notável face às crises. Em períodos de incerteza, os investidores de alto rendimento procuram proteger o seu capital em ativos tangíveis. E é precisamente nestes momentos que as propriedades de prestígio ganham destaque: mantêm o seu valor, continuam a atrair compradores e, muitas vezes, tornam-se ainda mais desejadas.

Outro aspeto crucial é a capacidade de gerar rendimento passivo. Em destinos premium como Lisboa, Cascais, Porto ou Algarve, a procura por arrendamentos de curta e média duração, ou por habitação permanente de qualidade superior, continua elevada, o que garante retornos consistentes para quem investe com critério e visão.

Por fim, o imobiliário de luxo é, cada vez mais, um reflexo das grandes tendências do século XXI: sustentabilidade, bem-estar, design intemporal e integração no território. Quem investe hoje não procura apenas metros quadrados, procura um legado, uma experiência, um posicionamento. E esses valores não se desvalorizam – ganham força com o tempo.

Investir em imobiliário de luxo é, assim, muito mais do que adquirir um imóvel de prestígio. É fazer parte de uma visão de longo prazo. É escolher estabilidade com sofisticação, retorno com propósito. E, sobretudo, é confiar que o verdadeiro valor nunca sai de moda – apenas se transforma, com elegância, ao longo do tempo. ■

NOTÍCIA

Marco de Canaveses investe sete milhões de euros para reconverter antiga fábrica em polo cultural, de ensino e de negócios

A antiga Electro Moagem do Marco, um símbolo industrial com quase 100 anos, vai ser transformada num polo de ensino, cultura e negócios, com um investimento inicial previsto de sete milhões de euros.

O projeto, levado a cabo pela autarquia do Marco de Canaveses, em parceria com o Instituto Politécnico do Porto (IPP), desenvolve-se num espaço de 15.000 m² e fica estrategicamente localizado junto à estação ferroviária.

De acordo com Cristina Vieira, presidente da Câmara Municipal do Marco de Canaveses, "a Fábrica será um polo de inovação, atração turística e de preservação da nossa memória coletiva". Será, também, refere, "o projeto mais ambicioso da última década no nosso concelho, uma 'fábrica de talentos', geradora de emprego e atratividade territorial".

A intervenção inclui ainda a construção de um novo edifício para albergar uma residência de estudantes com 40 quartos, projetada para poder expandir-se e receber também alunos da futura Escola de Hotelaria.

Este ambicioso projeto, segundo a autarca, alia património industrial à inovação e vai transformar a antiga fábrica num polo multifuncional de excelência.

A reconversão do espaço prevê um ecossistema que integra ensino superior, incubação de empresas, indústrias criativas e turismo, além de manter viva a memória deste ícone industrial fundado em 1924.

De acordo com as informações da autarquia, o Plano Estratégico Detalhado (Masterplan) prevê uma intervenção cuidadosa que respeita a identidade histórica do complexo. Os imponentes silos dos anos 60, verdadeiros ex-libris da fábrica, serão preservados e adaptados a novas funções: o silo norte acolherá um núcleo museológico que contará a história da moagem na região, enquanto o silo sul se transformará num espaço lúdico e de convívio.

A fachada poente, com os seus característicos painéis de azulejo, será recuperada na íntegra, sendo eliminadas as construções anexas que a descaracterizaram ao longo dos anos. A intervenção inclui ainda a construção de um novo edifício para albergar uma residência de estudantes com 40 quartos, projetada para poder expandir-se e receber também alunos da futura Escola de Hotelaria.

A infraestrutura tecnológica, liderada pelo Instituto Politécnico do Porto, integra-se num projeto abrangente intitulado Discovery Center – Centro de Inovação, composto por três pilares fundamentais: TDII - Centro para a Transição Digital e Inovação Industrial; Centro de Empreendedorismo e Startups; e Centro de Capacitação e Qualificação.

O TDII focar-se-á nas tecnologias digitais em desafios como a descarbonização da economia, a sustentabilidade e a economia circular. Serão priorizadas as áreas que se alinhem com as necessidades empresariais e económicas marcuenses, com especial relevo para o setor da pedra, a metalomecânica, a construção civil e a indústria têxtil.

Nas áreas dedicadas ao empreendedorismo, as empresas inovadoras em fase inicial, com grande potencial de crescimento (startups), encontrarão gabinetes totalmente equipados, espaços de coworking (espaços de partilha para trabalhar, não necessariamente para a mesma entidade) e oficinas de prototipagem, num ambiente descontraído que favorece a criatividade.

Sala de espetáculos para 800 pessoas

O projeto não quer descurar a componente cultural e comunitária. Vai contemplar um Expo Center, um espaço polivalente de 1.400 m² com paredes amovíveis, que poderá acolher desde feiras industriais a concertos, enquanto o futuro anfiteatro será palco de eventos culturais para até 800 pessoas.

"A preocupação com a sustentabilidade é evidente em todas as opções: desde os painéis solares e sistemas de reaproveitamento de águas pluviais até à seleção criteriosa de materiais de construção ecológicos", refere a autarca.

Cristina Vieira adianta: "Estamos a devolver à cidade um espaço simbólico que esteve abandonado durante 25 anos, mas com uma função completamente renovada. 'A Fábrica de Talentos' será um motor de desenvolvimento económico e social, criará emprego qualificado e atrairá novos investimentos para toda a região do Tâmega e Sousa."

De referir que o projeto, que deverá estar concluído em 2027, representa ainda uma oportunidade única de revitalizar a zona da Estação, área outrora movimentada que perdeu vitalidade com o declínio da atividade ferroviária.

Escola de Hotelaria e Turismo 'nasce' na fábrica

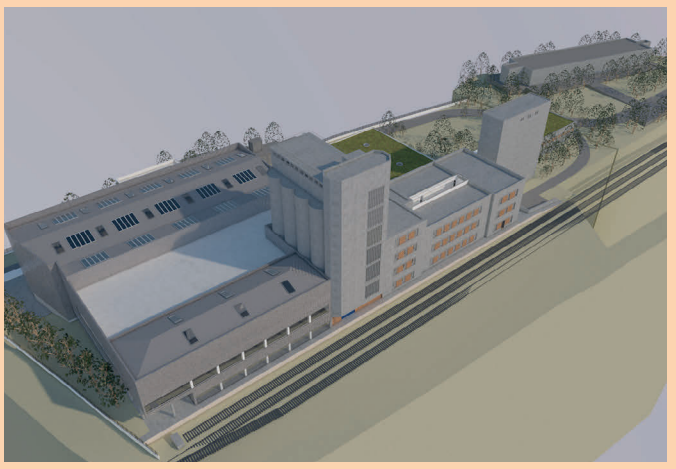
A Escola de Hotelaria e Turismo do Tâmega e Sousa, a desenvolver em parceria com o Turismo de Portugal, ocupará 3.000 m² com cozinhas pedagógicas, salas de formação e um restaurante-escola que servirá também o público em geral.

"O que torna este projeto verdadeiramente inovador é a forma como articulamos ensino, empresas e cultura num mesmo espaço", enfatiza Cristina Vieira. "Um estudante de hotelaria poderá almoçar no restaurante-escola, um empreendedor apresentar o seu projeto no Expo Center e, à noite, todos poderão desfrutar de um concerto, tudo no mesmo local."

Projetos com impacto no ambiente

O concelho do Marco de Canaveses está a levar a cabo um conjunto de outros projetos inovadores para a região. Um deles é a expansão do Parque Liberdade, que triplicará de tamanho, passando para 4,4 hectares. Esta segunda fase, com um investimento de 2,3 milhões de euros, criará novos percursos, zonas de lazer e espaços inclusivos, consolidando-o como o principal 'pulmão verde' da cidade. Este projeto pretende honrar o passado (com homenagem a Salgueiro Maia) e reforçar a qualidade de vida das famílias marcuenses.

Na frente ambiental, o destaque vai para o desafio da reciclagem e da economia circular. A autarquia assinou um contrato de 27,5 milhões de euros para a próxima década, com o objetivo de modernizar a gestão de resíduos, alinhando-se com as metas do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU) 2030. ■



Ficha Técnica: **Edição e coordenação:** Elisabete Soares | **Paginação:** Flávia Dias | **Periodicidade:** Mensal

METAL

VidaEconómica
GRUPO EDITORIAL

METAL PORTUGAL®
DAMOS FORMA AO FUTURO

AIMMAP
ASSOCIAÇÃO DOS INDUSTRIAIS METALÚRGICOS, METALOMECÂNICOS E AFINS DE PORTUGAL

1957-2017 60 anos

Nº 07/08 • julho/agosto 2025 | Boletim Informativo da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica

DESTAQUE P. 3

AIMMAP promoveu participação do METAL PORTUGAL na SUBCONTRATACIÓN, em Bilbao

DESTAQUE P. 5

Expertise do CENFIM ao serviço da qualificação e autonomia energética de São Tomé e Príncipe

ASSOCIADOS P. 2

OLI e PALBIT distinguidas com o Prémio Inovação na Internacionalização

INTERNACIONALIZAÇÃO P. 3

MINDTECH 2025 - *Metal Industry and Technologies International Trade Fair* realizou-se em Vigo

INTERNACIONALIZAÇÃO P. 4

AIMMAP e METAL PORTUGAL assinalaram presença marcante no Roadshow Portugal-País Basco

FORMAÇÃO P. 5

AIMMAP apresenta nova candidatura ao Programa de Formação-Ação e promove a pré-inscrição de empresas

CONTRATAÇÃO COLETIVA P. 6

Publicadas alterações ao CCT celebrado entre a AIMMAP e o SINDEL

TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL P. 6

AIMMAP realizou ciclo de quatro sessões de esclarecimento sobre questões laborais

ASSUNTOS ATUAIS P. 7

PRODUTECH R3 SUMMIT colocou em destaque o *Cluster* de Tecnologias de Produção Nacional

ASSUNTOS ATUAIS P. 8

Conferência organizada pela AIMMAP no âmbito da EMAF 2025, com a colaboração da SIEMENS

COMÉRCIO EXTERNO P. 8

Maio de 2025 surpreende com o quinto melhor resultado de sempre das exportações do METAL PORTUGAL

EDITORIAL

Vítor Neves
Presidente da Direção da AIMMAP

Portugal precisa de imigrantes

Todos reconhecemos com cada vez maior consciência que os governos de António Costa deixaram um mau legado no que concerne à imigração.

A forma absolutamente desregulada com que se deixou entrar cidadãos estrangeiros no nosso país, sem critério, sem estratégia, sem controlo e sem o menor esforço em acolhê-los e integrá-los, envergonha todos os portugueses enquanto membros de uma nação quase milenar e que desde sempre tem vindo espalhar emigrantes por todo o planeta.

O potencial aumento da insegurança e criminalidade resultantes da enorme permeabilidade das nossas fronteiras nos últimos anos é obviamente suscetível de nos inquietar.

Mas mais ainda, a forma indigna com que são obrigados a sobreviver muitos dos que escolheram o nosso país para trabalhar deve gerar-nos uma enorme vergonha.

Naturalmente, será necessário e até urgente corrigir os gravíssimos erros dos últimos anos nesta matéria, apesar de ser certo que grande parte dos danos é irreversível.

Pelo que, naturalmente, não nos podemos opor a que essa correção seja feita imediatamente.

Ainda assim, não vale a pena metermos a cabeça na areia e presumirmos que fica tudo bem.

Na verdade, uma parte muito importante dos imigrantes que cá chegaram estão a trabalhar nas nossas empresas e são verdadeiramente essenciais para o equilíbrio de muitos setores de atividade.

Se assim sucedeu, foi seguramente porque as empresas e a nossa economia deles necessitavam.

Ora, governar passa essencialmente por gerir equilíbrios em nome do interesse nacional, assumindo decisões que possam ser difíceis e não se limitando à adoção de medidas fáceis e populares.

As alterações efetuadas à lei da imigração plasmadas na chamada "via verde para a imigração", estão aparentemente a colocar um travão demasiado brusco à entrada de imigrantes em Portugal. Nos primeiros dois meses da sua aplicação, é noticiado que houve apenas 500 pedidos de autorização e foram concedidos apenas 56.

Podemos ter passado do 80 para o 8.

Efetivamente, a nossa economia continua a precisar de trabalhadores para as suas empresas. E as alterações à lei da imigração deveriam resolver os problemas de base, os quais decorrem da demografia. A equação é muito simples: se não há portugueses em número suficiente para trabalhar, precisamos de cidadãos estrangeiros para esse efeito.

E não estou a cingir-me nessa análise à mão de obra menos qualificada, como por vezes vemos alguns comentadores a fazer: os que com preconceito ou ironia sugerem que precisamos de imigrantes porque os portugueses não querem executar os trabalhos mais duros e menos bem remunerados nas fábricas, na agricultura ou na restauração.

Não sejamos especiosos na análise. Nós precisamos de todos: de trabalhadores pouco qualificados, mas também dos muitos qualificados ou mesmo especialmente qualificados. Aliás, com a evolução tecnológica da economia aqueles de que mais precisaremos serão seguramente os mais qualificados.

Trata-se inequivocamente de uma inevitabilidade, a que não podemos fechar os olhos. E não parece, pelo menos pelos primeiros meses de execução, que as medidas do governo nesta matéria ajudem a resolver definitivamente o problema.

ASSOCIADOS

OLI e PALBIT destacam-se no grupo de cinco empresas galardoadas na segunda edição desta iniciativa promovida pela COTEC

Duas empresas do universo do METAL PORTUGAL distinguidas com o Prémio Inovação na Internacionalização

Realizou-se recentemente a segunda edição do "Prémio Inovação na Internacionalização", uma iniciativa promovida pela COTEC Portugal, em parceria com o Santander Portugal e a World Trade Center Lisboa.

Num total de cinco empresas galardoadas, selecionadas de um universo de 104 empresas que submeteram candidatura, destacam-se a OLI e a PALBIT, duas empresas ligadas ao METAL PORTUGAL que há muito dão provas de excelência e qualidade.

Tal como no ano anterior, a seleção das empresas vencedoras resultou de uma avaliação feita com base em critérios como crescimento internacional, intensidade exportadora, investimento em I&D, sustentabilidade e propriedade de intelectual.

A OLI, sediada em Aveiro, foi a grande vencedora da edição de 2025, recebendo o prémio na categoria Small MidCap – Global. Reconhecida como líder ibérica na produção de soluções sanitárias, a empresa destacou-se pela robustez do seu crescimento internacional e pela capacidade de transformar inovação em valor acrescentado especialmente nos mercados como América Latina, Médio Oriente, Europa e Norte de África.

Esta empresa, que faz parte de um grupo empresarial que possui uma associada da AIMMAP – a OLI Moldes -, tem presença em 80 países e exporta mais de 80%, aliando engenharia, *design* e sustentabilidade numa proposta global chave-na-mão, de elevado valor acrescentado.

A PALBIT, também pertencente à família de empresas associadas da AIMMAP, distinguiu-se na categoria Média Empresa – Europa. Esta empresa que é especializada na produção de ferramentas de corte em metal duro para indústrias como a metalomecânica, automóvel e energética, tem sede em Albergaria-a-Velha

Com presença em mais de 60 países, a PALBIT tem investido continuamente em novos materiais e *design* técnico, reforçando a sua posição como *player* inovador no panorama europeu.

Conforme sublinhou o Diretor-Geral da COTEC Portugal, Jorge Portugal, as empresas distinguidas "*mostram que a internacionalização não é um ato isolado, mas um processo evolucionário — feito de aprendizagem contínua, adaptação aos contextos culturais e construção progressiva de vantagens competitivas nos mercados globais*".

O Prémio Inovação na Internacionalização, que soma este ano a segunda edição, tem como objetivo valorizar empresas que desafiam os modelos tradicionais de crescimento além-fronteiras, promovendo a sua visibilidade e integração em redes globais.

AIMMAP

Reunião realizou-se em San Sebastian entre os dias 14 e 17 de junho

AIMMAP participou na Assembleia-Geral da CECIMO

Realizou-se em San Sebastian, em Espanha, entre os dias 14 e 17 de junho, a Assembleia-Geral da CECIMO, a Associação Europeia de Tecnologias de Produção, e José Ângelo Pinto representou a AIMMAP na iniciativa.

Foram dias marcados por apresentações e debates sobre os mais diversos desafios que a fileira de tecnologias de produção enfrenta.

À margem da Assembleia-Geral, realizou-se ainda a reunião do Comité Económico no qual a CECIMO destacou os desafios que este setor enfrentará e os riscos e oportunidades futuros levantados pelas incertezas políticas e económicas que continuam a interferir e condicionar as relações comerciais.

Na verdade, impactado pelas mudanças na dinâmica do mercado, 2024 foi marcado por obstáculos contínuos para as empresas que fazem parte da CECIMO. Os níveis de produção para os fabricantes europeus de máquinas-ferramenta diminuíram, e os níveis de consumo também seguiram a mesma tendência.

Esses resultados destacam um cenário económico complexo que engloba crescentes tensões geopolíticas, incertezas do mercado e uma nova desaceleração da economia europeia e global com consequente redução na procura.

As estimativas da CECIMO para 2025 sugerem um período frágil e incerto, caracterizado pela instabilidade geopolítica, incerteza política, intensificação de conflitos globais e persistência de desafios económicos estruturais, exacerbados pelo aumento de barreiras comerciais que ameaçam minar ainda mais a dinâmica do comércio global. As projeções de produção do subsetor representado pela CECIMO apontam para uma nova queda em 2025. Espera-se que os níveis de consumo de máquinas-ferramenta nos países europeus diminuam, embora em um ritmo mais lento, e que o consumo global de tais equipamentos cresça cerca de 4,9% durante o mesmo período.

Todos os fatores descritos apontam para um período difícil para o subsetor de máquinas-ferramenta da Europa. À medida que outras regiões globais implementam investimentos específicos e estratégias industriais coerentes, a Europa corre o risco de perder a liderança mundial neste domínio estratégico. Esse declínio compromete as cadeias de valor, reduz a autonomia estratégica e aumenta a dependência sistémica de fornecedores externos para capacidades críticas de produção.

"*As máquinas-ferramentas e tecnologias avançadas de produção são fundamentais para as indústrias estratégicas da Europa. Impulsionam a produtividade industrial, apoiam a inovação e são essenciais para manter a competitividade global e garantir a participação de mercado nos principais setores de alto valor acrescentado. Se a base tecnológica de produção da Europa continuar a diminuir, os efeitos colaterais podem prejudicar a competitividade das indústrias a jusante e aumentar a dependência de fornecedores externos para tecnologias de produção essenciais. Sem uma ação decisiva para reverter essas tendências, a Europa corre o risco de ceder terreno não apenas na tecnologia de produção, mas nas indústrias mais amplas que dependem deste cluster*", comentou no final da reunião François Duval, Presidente da CECIMO.

AIMMAP

AIMMAP participou numa reunião com o Representante Permanente da União Europeia junto da Organização Mundial do Comércio

A CIP promoveu, no dia 17 de junho, uma reunião do Conselho Estratégico para as Relações Internacionais, que teve como convidado o Embaixador João Aguiar Machado, Representante Permanente da União Europeia junto da Organização Mundial do Comércio.

Sofia Veloso Ferreira representou a AIMMAP nesta reunião que foi presidida pelo Vice-Presidente do referido Conselho Estratégico, Rodolfo Lavrador, e que se realizou em formato híbrido.

Durante a sessão, o Embaixador partilhou a sua visão sobre os principais desafios que se colocam ao sistema multilateral de comércio, abordando temas como a reforma da OMC, o estado atual das relações transatlânticas e as possíveis estratégias da União Europeia face às políticas comerciais da Administração Trump.

Num contexto global marcado por elevada incerteza, especialmente devido à imposição de direitos aduaneiros por parte dos Estados Unidos, alguns participantes destacaram as dificuldades acrescidas que as empresas enfrentam no planeamento estratégico e na tomada de decisões de investimento. As repercussões indiretas nas cadeias de valor globais foram igualmente sublinhadas como fator de preocupação.

A representante da AIMMAP apresentou as principais preocupações do setor metalúrgico e metalomecânico no que ao comércio internacional se refere, fazendo todo o enquadramento da exposição do setor ao mercado americano, bem como a avaliação dos impactos diretos e indiretos que se estão a fazer sentir perante as medidas adotadas pela Administração Trump. Sofia Veloso Ferreira acrescentou que o setor está sobretudo a ser afetado por medidas de política europeia, como é o caso das Cláusulas de Salvaguarda que estão a limitar e condicionar o acesso a determinadas matérias-primas, afetando fortemente a competitividade da indústria europeia.

A reunião permitiu ainda um debate aprofundado sobre a importância da diversificação de mercados e do reforço de parcerias estratégicas da União Europeia com novos atores globais. Foi igualmente enfatizada a necessidade urgente de fortalecer a competitividade europeia, de forma a capacitar o setor privado para enfrentar os desafios atuais e futuros do comércio internacional.

AIMMAP

AIMMAP realizou *webinar* sobre Capital de Risco

Com o objetivo de esclarecer qual o papel do capital de risco enquanto ferramenta estratégica ao serviço das PME, especialmente em momentos críticos como a expansão dos negócios ou mesmo na passagem do testemunho entre gerações, a AIMMAP realizou, no passado dia 10 de julho, uma sessão *online* que contou com cerca de duas dezenas de participantes.

Num contexto global com mercados cada vez mais exigentes e competitivos, é essencial que os empresários compreendam todas as opções disponíveis para financiar o crescimento, reforçar a estrutura de capital e garantir a sustentabilidade da empresa.

E foi exatamente este desígnio que motivou a AIMMAP a realizar esta sessão, conforme explicou Sofia Veloso Ferreira que moderou o *webinar*, dando assim resposta à missão da associação de apoiar as empresas associadas nas mais diversas vertentes onde naturalmente a informação e capacitação ocupam um lugar central.

Na verdade, o capital de risco, muitas vezes visto com alguma distância ou até desconfiança, pode e deve ser um aliado poderoso, tal como explicaram João Paulo Coelho Lima, consultor em M&A, Eduardo Cruz e Duarte Queiróz, Operating Partners na C2 Capital Partners, um fundo que está a apoiar pequenas e médias empresas a fazerem o seu percurso de crescimento.

Depois de uma sessão onde foram abordados com detalhe temas como o processo relacionado com os fundos de capital de risco, as diversas formas de intervenção, e as várias fases de maturidade empresarial em que essas operações podem ocorrer, houve ainda lugar a um período de perguntas e respostas para esclarecer questões concretas das empresas participantes.

INTERNACIONALIZAÇÃO

MINDTECH 2025 – *Metal Industry and Technologies International Trade Fair* realizou-se em Vigo

Ao longo do passado mês de junho, entre os dias 17 e 19, a cidade de Vigo foi mais uma vez o palco de um grande certame internacional dedicado à indústria metalúrgica e metalomecânica e à tecnologia, a MINDTECH 2023.

Como é sabido, a MINDTECH é uma feira bienal, promovida pela ASIME, associação congénere da AIMMAP na Galiza, e nasceu com o intuito de ser uma feira internacional de referência no setor, no eixo Espanha – Portugal – Marrocos, e despertar rapidamente interesse a nível global, dando resposta à iniciativa proposta pelas empresas e que as ajudará nos seus processos de internacionalização.

Este ano o certame realizou a sua 4ª edição, atraindo sempre e cada vez mais visitantes de todo o mundo, que se dirigem à MINDTECH para conhecer de perto as cerca de duas centenas de expositores com uma natural predominância para o norte de Espanha e de Portugal, e onde a tecnologia, qualidade, inovação e *know-how* das empresas expositoras ficaram para todos bem evidentes.

Tal como vem sendo hábito, também na edição de 2025 a MINDTECH suscitou interesse, durante o período de realização da feira, e o pavilhão do METAL PORTUGAL foi visitado e elogiado, por parte de visitantes e de diversas personalidades do mundo político, associativo e empresarial como, entre muitos outros, Abel Caballero, Presidente da Câmara Municipal de Vigo, Justo Sierra, Presidente da ASIME e da MINDTECH e o Secretário-Geral da ASIME e Diretor-Geral da MINDTECH, Enrique M. Mallón.

Rafael Campos Pereira, Mafalda Gramaxo, Pedro Azevedo marcaram presença na MINDTECH para dar o seu apoio às empresas do METAL PORTUGAL, tendo o Vice-Presidente da AIMMAP sublinhado a crescente importância deste certame não só a nível ibérico, como a nível global.

Foram cerca de uma dezena as empresas associadas da AIMMAP que integraram o pavilhão do METAL PORTUGAL:

Blasqem, Lda
Cybore - Já existe, Lda
Dragão Abrasivos, Lda
Edeatech - Engenharia e Tecnologia, S.A.
Gupe - Laser, Lda
Mecprec - Unipessoal, Lda
Osório de Castro, Lda
Shaptek, Lda
Stahlfer Unipessoal, Lda
Tecniforja - Forjagem Estampagem de Peças Técnicas, Lda

O Vice-Presidente da AIMMAP enalteceu a presença das empresas do METAL PORTUGAL neste certame, e sublinhou a elevada relevância de todas as iniciativas que a AIMMAP promove em Espanha e que integram o plano de internacionalização anual da associação, num mercado que continua a ser um dos principais destinos das exportações do setor.

INTERNACIONALIZAÇÃO

AIMMAP promoveu participação do METAL PORTUGAL na SUBCONTRATACIÓN em Bilbao

Entre os dias 3 e 5 de junho realizou-se em Espanha, na cidade de Bilbao, mais uma edição da SUBCONTRATACIÓN, que contou novamente com uma participação de enorme sucesso do METAL PORTUGAL, promovida pela AIMMAP.

Aliás, como se dá nota num outro artigo desta edição, esta foi uma de duas feiras realizadas no mês de junho em que a AIMMAP promoveu participações coletivas, num mercado que é há muito o principal mercado de exportação do setor metalúrgico e metalomecânico português, particularmente no que à subcontratação de alto valor acrescentado diz respeito.

Torna-se assim imperativa a continuidade da participação coletiva do METAL PORTUGAL nesta que é uma feira de referência internacional na área dos processos e equipamentos para a produção.

Com uma área coberta de 15.000 m2, cerca de 1.400 empresas expositoras, e mais de 21 mil visitantes de diversas nacionalidades, a SUBCONTRATACIÓN é cada vez mais uma referência internacional para dar a conhecer as melhores soluções de peças técnicas, mecanização, máquinas e equipamentos industriais, moldes, tratamentos de superfície e outros produtos e serviços da subcontratação industrial, e o stand coletivo promovido pela AIMMAP, ocupou uma área significativa e de destaque, sendo o maior de toda a participação portuguesa no evento.

Focada na missão de ajudar as empresas suas associadas nos processos de internacionalização, a AIMMAP esteve sempre presente e Pedro Azevedo acompanhou e apoiou a participação da comitiva do METAL PORTUGAL, representada por uma dezena de empresas.

As empresas do METAL PORTUGAL registaram um excelente desempenho no certame, refletindo aliás a performance neste mercado que é desde há muito um dos principais destinos das exportações nacionais, e onde continua seguramente a haver muitas oportunidades de negócios a explorar.

As empresas que integraram a participação coletiva do METAL PORTUGAL, promovida pela AIMMAP, nesta edição da SUBCONTRATACIÓN foram as seguintes:

António Ferreira Rito e Filhos, Lda
Cidepa - Casting & Patterns, Lda
CYBORE - Jaexiste, Lda
Durit Cast, S.A.
Durit Coatings
Felino - Fundição e Construções Mecânicas, Lda
Ferespe - Fundição de Ferro e Aço, Lda
Molatal - Augusto Carvalho & Ferreira, Lda
Montaco, S.A.
Sinflex, Lda

INTERNACIONALIZAÇÃO

AIMMAP e o METAL PORTUGAL assinalaram presença marcante no Roadshow Portugal – País Basco

A AIMMAP e um grupo de empresas do METAL PORTUGAL participaram no Roadshow Portugal – País Basco onde deixaram um testemunho e imagem de sofisticação impactantes.

A iniciativa decorreu em Bilbao, em Espanha, e foi promovida pela AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, no passado dia 9 de julho. A AICEP esteve representada ao mais alto nível por Madalena Oliveira e Silva, Chairman & CEO e por Joana Neves, representante da AICEP naquele mercado.

Uma comitiva da AIMMAP representada por Rafael Campos Pereira, Mafalda Gramaxo e Pedro Azevedo acompanhou este Roadshow, apoiando as empresas do METAL PORTUGAL que nele participaram.

O Roadshow Portugal – País Basco integrou o programa de Roadshow de Investimento Espanha, com o objetivo de mostrar a oferta portuguesa em setores considerados estratégicos, assim

como reforçar a atratividade de Portugal enquanto destino de investimento estrangeiro.

A iniciativa contemplou um programa alargado que incluiu reuniões individuais com empresas bascas, apresentações sobre setores estratégicos da economia portuguesa e os novos mecanismos de incentivo ao investimento, e vários momentos de networking.

A AIMMAP aderiu com empenho enquanto parceira desta iniciativa, participando especialmente na sessão sobre o "Metal", um dos quatro workshops temáticos que envolveram também temas como Energia, Saúde e Inovação/Ciência/Tecnologia.

Numa sessão presidida por Madalena Oliveira e Silva, o Vice-Presidente Executivo da AIMMAP participou numa das reuniões temáticas que juntou empresas portuguesas e bascas em apresentações e debates focados em oportunidades de negócio, de cooperação e investimento.

Assim, numa reunião centrada no setor metalúrgico e metalomecânico, Rafael Campos Pereira apresentou as empresas do METAL PORTUGAL que integraram a iniciativa: Cubotonic, Durit Coatings, Tetramold, V Laser On, Muvu Technologies, SPMaq, Diogenes&Santos, Falual, Grupo Alsil, Caetano Coatings, Dagoform e Criaz Invents.

O País Basco, é uma das regiões mais industrializadas de Espanha, e a AIMMAP reconhece o elevando potencial enquanto região parceira e estratégica para o setor metalúrgico e metalomecânico nacional.

Com esta ação, a AIMMAP pretendeu dar a conhecer ao País Basco a inovação e cariz tecnológico das empresas do METAL PORTUGAL, explorar as oportunidades de colaboração, e reforçar a notoriedade de Portugal como destino competitivo para o investimento estrangeiro.

Rafael Campos Pereira sublinhou ainda a importância da cooperação institucional que a AIMMAP desenvolve nomeadamente com a AICEP, *"uma cooperação que tem sido fundamental para o crescimento da economia nacional e para a promoção da imagem de Portugal nos mercados além-fronteiras"*.

ASSUNTOS ATUAIS

SUSTECH R3 – THE PROGRESS FORUM – Inovação Científica ao Serviço das Tecnologias de Produção Sustentáveis

No passado dia 1 de julho de 2025, o Porto acolheu a primeira edição da conferência científica SUSTECH R3, denominada *"The Progress Forum"*, um marco na afirmação da ciência aplicada às tecnologias de produção sustentáveis. Este evento foi integrado na semana das Tecnologias de Produção portuguesas, organizada no âmbito da Agenda PRODUTECH R3, pelo Programa de Capacitação e Formação Profissional em Tecnologias de Produção Inovadoras (WP17) e decorreu no Hotel Sheraton, no Porto. Este conjunto de eventos mobilizou mais de 300 participantes de empresas, centros de I&D e instituições de ensino superior. Especificamente na conferência científica participaram cerca de 100 pessoas.

Promovida pelo CENFIM, em colaboração com entidades como a PRODUTECH, a AIMMAP e a CECIMO na comissão organizadora, esta conferência científica foi cofinanciada pelo PRR, no âmbito da Agenda Mobilizadora PRODUTECH R3 e pelo já referido programa WP17.

O SUSTECH R3 – *The Progress Forum*, teve como objetivo dar visibilidade à investigação em curso – que tenha já tido resultados parciais ou já capacidade de demonstração de uma versão preliminar - no domínio das tecnologias de produção avançadas, com foco na sustentabilidade e na digitalização industrial.

A organização deste evento científico iniciou-se em outubro de 2024, com a constituição das comissões (organizadora e científica) e com a emissão da primeira chamada de trabalhos.

Ao longo de diversos meses, foram captados os artigos científicos, posteriormente analisados e avaliados pelos elementos da comissão científica, avaliação que foi remetida aos autores para que estes pudessem melhorar os seus trabalhos. Depois de rececionada a versão final, foram escolhidos os artigos que obtiveram melhor classificação para serem apresentados e constarem no Livro de Atas da Conferencia.

Ao longo do dia, foram apresentados os 27 artigos científicos selecionados, validados em *"Double Blinded Review"* pela comissão científica, que integrou mais de 130 doutorados nesta área. Os trabalhos abordaram temas como *design* centrado no utilizador, automação e eficiência produtiva, manutenção preditiva, valorização de resíduos, materiais avançados, e infraestruturas digitais para a sustentabilidade industrial.

A sessão de abertura contou com as intervenções de Américo Azevedo, Presidente da Comissão Científica e de José Carlos Caldeira, Presidente da Comissão Organizadora. Os painéis foram moderados por peritos de universidades, centros tecnológicos e empresas de referência. Entre os destaques estiveram abordagens inovadoras à robótica, às superfícies funcionais, à fabricação aditiva e às novas soluções de monitorização inteligente em chão de fábrica.

O evento teve também uma forte componente colaborativa, até porque a natureza dos trabalhos e a chamada dos mesmos foi orientada para papers em que a colaboração entre as instituições de investigação e as empresas fosse visível. Mas a própria discussão dos resultados apresentados foi viva, com um diálogo muito construtivo entre investigadores e empresas industriais, facilitando pontes para projetos conjuntos e aplicação prática dos resultados científicos. Esta articulação reforça o compromisso da Agenda PRODUTECH R3 em promover uma indústria nacional mais verde, resiliente e competitiva.

O sucesso da primeira edição da SUSTECH R3 confirma a pertinência de consolidar este fórum como espaço regular de encontro entre ciência e indústria, contribuindo para o posicionamento internacional de Portugal no desenvolvimento de tecnologias de produção sustentáveis.

Para tal, a edição de 2026 está já em preparação, estando prevista a saída do primeiro *Call for Papers* durante o mês de setembro deste ano. Para essa edição serão privilegiados, mais uma vez, trabalhos que reflitam a cooperação e a colaboração entre as entidades do sistema científico e de investigação e as empresas, quer as que são produtoras de tecnologia quer as que são utilizadoras. Pretende-se, na edição de 2026, obter uma maior visibilidade e presença internacionais.

Consolidar a SUSTECH R3 como o ponto de encontro entre as entidades do sistema científico e as empresas, ganhando sustentabilidade e aumentando a visibilidade internacional das tecnologias de produção *"Made in Portugal"* são os objetivos específicos para a edição de 2026.

O projeto PRODUTECH R3 - Agenda Mobilizadora da Fileira das Tecnologias de Produção para a Reindustrialização, é financiado pela União Europeia no âmbito do programa *NextGeneration EU* através do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) e do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR - www.recuperarportugal.gov.pt).

FORMAÇÃO

Programa de Formação-Ação

AIMMAP apresenta nova candidatura e promove a pré-inscrição de empresas

É unanimemente reconhecido que o Programa de Formação-Ação da Academia de PME, que a AIMMAP tem vindo a levar a efeito desde 2009, constitui uma verdadeira mais-valia para as empresas que dele têm vindo a beneficiar afirmando-se como uma verdadeira marca distintiva no desenvolvimento das competências de empresários e quadros dirigentes do setor metalúrgico e metalomecânico.

Com efeito, são muitos os testemunhos e os indicadores que apontam para um crescimento da produtividade e competitividade das organizações, nomeadamente decorrentes de projetos de reestruturação das empresas, implementação de novas ferramentas e métodos de gestão, otimização de processos e introdução de metodologias orientadas à certificação de qualidade.

Por sua vez, através da participação nos seminários que fazem parte do projeto, os participantes têm tido a oportunidade de atualizar as suas competências, adquirir novos conhecimentos, apreender novas ferramentas e desenvolver um profícuo networking gerador de novas parcerias, juntamente com os restantes empresários e gestores que integram o programa.

Naturalmente, os excelentes resultados obtidos têm vindo a traduzir-se objetivamente no crescimento do volume de negócios e no incremento dos postos de trabalho.

Na verdade, esta é sem quaisquer dúvidas uma das melhores iniciativas de formação financiada que se encontra mais uma vez consagrada, agora no Portugal 2030.

Neste sentido e tendo em conta o enorme sucesso das edições anteriores, a AIMMAP irá apresentar uma nova candidatura ao Programa de Formação-Ação Academia PME em que o IAPMEI é o Organismo Intermédio.

Tendo em conta a fórmula de enorme sucesso que constituiu a parceria estabelecida pela AIMMAP, como entidade coordenadora, com o CENFIM, como entidade formadora, este mesmo modelo de atuação será mantido.

De realçar que a AIMMAP ao abrigo das candidaturas anteriormente realizadas, teve oportunidade de desenvolver intervenções em cerca de 200 empresas, com resultados de grande mérito.

São destinatários preferenciais deste Programa os Empresários e Gestores das PME integradas no setor metalúrgico e metalomecânico.

Constituem objetivos centrais, reforçar a capacidade de gestão e a competitividade de micro, pequenas e médias empresas num duplo sentido:

- Para os formandos, o aumento das competências de gestão e melhoria das práticas empresariais;
- Para as PME, a melhoria da organização e competitividade, otimizando metodologias e processos de gestão.

Estes objetivos serão concretizados a partir da implementação em cada empresa de um Plano Estratégico de Mudança, definido a partir de um diagnóstico previamente elaborado, com metas de desenvolvimento sistematizadas e calendarizadas. Para tal terão o apoio na empresa de um formador-consultor em 30 sessões de consultadoria num total de 116 horas de intervenção.

Os participantes frequentarão ainda seis seminários de formação com a duração de dois dias cada e um seminário final de avaliação, com a duração de um dia.

Cada intervenção em empresa terá uma duração aproximada de 9 meses e um financiamento de 90% do total dos custos de formação.

A AIMMAP encontra-se desde já no processo de elaboração da candidatura que pressupõe a integração, logo em sede de candidatura, de um conjunto de empresas que por intermédio de um contrato de adesão manifestem interesse em beneficiar do programa.

Tendo em conta o requisito estabelecido e o elevado interesse que tem provocado junto dos seus associados, a AIMMAP sugere vivamente a formalização com a maior brevidade possível da intenção de participar no programa, via e-mail (joao.girao@aimmap.pt), sendo posteriormente enviada toda a informação para que seja possível concretizar a adesão definitiva.

FORMAÇÃO

Expertise do CENFIM ao serviço da qualificação e autonomia energética de São Tomé e Príncipe

O Vice-Presidente Executivo da AIMMAP – e também Vice-Presidente da CIP e membro do Conselho de Administração do IEFP –, Rafael Campos Pereira, e o Diretor do CENFIM, Manuel Grilo, participaram na cerimónia de entrega dos equipamentos ao Diretor do Centro de Formação e Coordenador do Ministério do Trabalho Milton Lima, no âmbito de um investimento português de 120 mil euros destinado à criação de um Laboratório de Energias Renováveis.

A cerimónia teve lugar na cidade de São Tomé no passado dia 9 de junho.

Por seu turno, o laboratório localiza-se no Centro de Formação Profissional de Budo-Budo e conta com a *expertise* do CENFIM e com os equipamentos da empresa portuguesa Open Plus.

Na verdade, a energia é um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento económico e social de qualquer sociedade. No caso de São Tomé e Príncipe, país insular com desafios estruturais particulares, a questão energética torna-se ainda mais premente. A dependência de fontes de energia convencionais importadas representa um encargo significativo, tanto em termos logísticos como financeiros, comprometendo a sustentabilidade e a autonomia do país.

Neste contexto, a aposta nas energias renováveis surge como uma solução estratégica e urgente. Para além

de permitir a redução da dependência externa, as energias renováveis oferecem uma resposta ecológica e descentralizada, viabilizando o acesso à energia em zonas ainda não servidas por rede elétrica convencional. Mas para que esta transição energética seja bem-sucedida, é fundamental garantir a formação de técnicos locais altamente qualificados.

Reconhecendo esta necessidade, foi desenvolvido um projeto de cooperação estruturante, promovido pela Cooperação Portuguesa, através do Instituto Camões, em parceria com o Centro de Formação Profissional de São Tomé e Príncipe (CFP-STP). Contando com o envolvimento técnico do CENFIM, o objetivo é capacitar o CFP-STP para a formação na área das Energias Renováveis, dotando-o de recursos humanos especializados e de infraestruturas modernas e adequadas à prática formativa.

Este projeto abrange tanto a formação de técnicos e futuros formadores como a criação de condições reais para a formação prática nas áreas de solar térmico, solar fotovoltaico e eólico – três vetores-chave da transição energética.

Para dar suporte à componente prática da formação, foi criado um parque tecnológico/laboratório de energias renováveis, com sistemas totalmente operacionais que simulam situações reais de produção e utilização de energia.

Além disso, foram disponibilizados equipamentos complementares como módulos fotovoltaicos de diferentes tecnologias, reguladores de carga, inversores *"off-grid"*, *"on-grid"* e híbridos, estruturas de montagem, sistemas de acumulação, bombas de calor e outros dispositivos essenciais para uma formação prática de excelência.

Rafael Campos Pereira destaca que *"este projeto reveste-se de especial importância por estar inserido num contexto de apoio ao desenvolvimento dos países da CPLP. O investimento em educação técnica e tecnológica em energias renováveis não é apenas uma resposta local: é também um exemplo de cooperação internacional com impacto estrutural."*

Já o Diretor do CENFIM sublinhou que *"capacitar São Tomé e Príncipe para enfrentar os seus desafios energéticos com soluções sustentáveis é contribuir para o desenvolvimento harmonioso do espaço lusófono. É promover a partilha de conhecimento, fortalecer laços de solidariedade e abrir novas oportunidades económicas e sociais. O apoio técnico, institucional e formativo prestado neste âmbito é uma demonstração clara do valor estratégico da cooperação entre países de língua portuguesa. A formação de técnicos especializados em energias renováveis é um investimento que se prolongará no tempo, criando as bases para um futuro mais sustentável, mais autónomo e mais justo."*

ASSUNTOS ATUAIS

Rafael Campos Pereira debateu o tema *"Strategic Governance for Effective Leadership"* no QSP SUMMIT

Rafael Campos Pereira participou, no passado dia 3 de julho, no QSP SUMMIT, moderando um interessante painel sobre *"Strategic Governance for Effective Leadership"*.

Foi um debate muito produtivo conduzido pelo Vice-Presidente Executivo da AIMMAP.

Com efeito, entre os dias 1 e 3 de julho de 2025, a Exponor, em Matosinhos, foi palco de mais uma edição do QSP SUMMIT, um dos mais prestigiados eventos europeus nas áreas de gestão e marketing. Reunindo líderes e pensadores de todo o mundo, este ano o evento destacou-se uma vez mais pela diversidade e profundidade dos temas abordados, com sessões que exploraram o futuro da liderança, da estratégia empresarial e da transformação digital.

Rafael Campos Pereira assinalou um dos momentos altos do evento e que teve a responsabilidade de moderar o painel *"Strategic Governance for Effective Leadership"*. Este painel reuniu um conjunto de personalidades para discutir como a governação estratégica pode ser um pilar essencial para uma liderança eficaz em tempos de mudança acelerada e crescente complexidade organizacional e social. Isabel Ucha, CEO da EURONEXT Lisboa, Alberto Ramos, *Country Manager* do Bankinter Portugal e George Sandeman, *Partner* na EX Ampulla, integraram o painel *"Strategic Governance for Effective Leadership"* partilhando a sua experiência e o seu conhecimento adquirido, nas diversas entidades que representam.

Ao longo de mais de uma hora, foram debatidos temas como a visão de longo prazo na definição de estratégias sustentáveis, o papel da gestão de topo na promoção de uma cultura de responsabilidade e inovação, o valor económico da ética e da sustentabilidade, entre tantos outros temas estruturais.

A presença de Rafael Campos Pereira neste painel espelhou o seu conhecimento do panorama empresarial português, em particular no que concerne à Indústria, partilhando a sua visão sobre os caminhos que a liderança deve trilhar para enfrentar os desafios do presente e do futuro.

Em 2025, o QSP SUMMIT reafirmou-se novamente como um espaço privilegiado para a construção de conhecimento, *networking* e inspiração para lideres que procuram fazer a diferença.

TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

AIMMAP realizou ciclo de quatro sessões de esclarecimento sobre questões laborais

Na sequência de alterações aos Contratos Coletivos celebrados pela AIMMAP refletidas em publicações no Boletim do Trabalho e Emprego (BTE) ao longo de 2024 e 2025, foram realizadas quatro sessões de esclarecimento, três delas presenciais, respetivamente no Porto, em Aveiro e na Batalha e a restante em formato *online*.

As sessões promovidas pelo Departamento Jurídico da AIMMAP, incidiram sobre as principais modificações que impactaram a relação laboral, nomeadamente:

- **Tabela salarial e subsídio de refeição:** Atualização das remunerações mínimas e aumento do subsídio de refeição, com variações nos valores consoante a forma de pagamento (dinheiro ou vales/cartão).
- **Banco de horas:** Regime reformulado com novos limites de duração, direitos de compensação, comunicação obrigatória e majorações aplicáveis em dias feriados e descansos compensatórios.
- **Formação profissional:** Aumento da carga mínima anual para 40 horas e regras específicas para contratos a termo e cessação do vínculo.
- **Contratos a termo:** Redefinição da duração máxima, regras de renovação e proibições à sucessão abusiva de contratos, bem como atualizações nas cláusulas do CCT em conformidade com os artigos do Código do Trabalho.
- **Compensações:** Atualizações nos montantes devidos por cessação de contrato (caducidade e despedimento coletivo), conforme nova redação do artigo 366.º do Código do Trabalho.
- **Dever de informação:** Ampliação das obrigações do empregador quanto à informação contratual prestada aos trabalhadores, inclusive sobre algoritmos utilizados na gestão laboral.
- **Período experimental:** Definidas novas durações conforme o tipo de contrato e funções desempenhadas.
- **Atividade sindical nas empresas:** Consolidação dos direitos de afixação, comunicação e acesso dos delegados sindicais, com ressalvas sobre limitações técnicas à criação de portais eletrónicos.
- **Faltas por falecimento de familiar:** Reforço dos direitos a faltas justificadas e interpretação jurisprudencial sobre o conceito de dias consecutivos.
- **Majoração de férias:** Mecanismo de acréscimo de dias úteis de férias mediante assiduidade, com exclusão de determinadas faltas justificadas.
- **Igualdade salarial:** Implementação obrigatória de planos de avaliação das diferenças remuneratórias entre géneros, conforme Lei n.º 60/2018.
- **Resgate dos Fundos de Compensação (FCT):** Novas condições e finalidades autorizadas para mobilização de fundos, exigindo auscultação prévia das estruturas representativas.
- **Gratificações de balanço e valorização salarial:** Enquadramento fiscal favorável para certos prémios pagos em 2025, desde que verificados os requisitos de aumento salarial elegível.

As sessões de esclarecimento espelham, assim, uma profunda atualização normativa e convencional, exigindo atenção reforçada por parte das entidades empregadoras, departamentos de recursos humanos e trabalhadores no setor metalúrgico e metalomecânico.

Mais uma vez as sessões realizadas tiveram grande adesão das empresas associadas, sendo a participação ativa das empresas nas iniciativas promovidas pela associação um fator fundamental para o fortalecimento do setor e para a defesa eficaz dos interesses comuns. Com efeito, através da adesão e envolvimento nas ações desenvolvidas, as empresas não só beneficiam diretamente de informação atualizada e apoio especializado, como também contribuem para a construção de soluções coletivas concertadas e representativas.

Acresce que, as sessões de esclarecimento promovidas pela associação proporcionam um espaço privilegiado de contacto direto com o Departamento Jurídico e outras áreas técnicas, permitindo o esclarecimento de dúvidas e a partilha de experiências e conhecimento.

Fica a promessa da continuação do trabalho em prol das empresas e do METAL PORTUGAL.

CONTRATAÇÃO COLETIVA

Publicadas alterações ao CCT celebrado entre a AIMMAP e o SINDEL

Foram publicadas, no Boletim de Trabalho e Emprego n.º 24, de 29 de junho de 2025, as alterações ao Contrato Coletivo de Trabalho entre a AIMMAP e o SINDEL - Sindicato Nacional da Indústria e da Energia.

Como oportunamente comunicado pela AIMMAP, aquelas alterações consubstanciam-se na alteração da tabela salarial, com efeitos a 1 de abril de 2025 bem como no aumento do subsídio de refeição para o montante de €7,00 por cada dia de trabalho efetivo, quer o pagamento seja feito por vale de refeição (em cartão ou ticket), quer seja feito em dinheiro.

Grau	2025
0	1 439.00
1	1 243.00
2	1 114.00
3	1 095.00
4	989.00
5	980.00

Grau	2025
6	933.00
7	918.00
8	905.00
9	895.00
10	885.00
11	875.00

Estas alterações são diretamente aplicáveis às relações de trabalho estabelecidas entre as empresas associadas da AIMMAP e trabalhadores inscritos no SINDEL - Sindicato Nacional da Indústria e da Energia.

As alterações agora publicadas só serão aplicáveis aos trabalhadores não inscritos naquele sindicato quando for publicada a correspondente Portaria de Extensão, da qual daremos notícia, assim que ocorrer.

Para o esclarecimento de qualquer questão neste âmbito deverá ser contactado o Departamento Jurídico da AIMMAP.

ASSUNTOS ATUAIS

PRODUTECH R3 SUMMIT colocou em destaque o *Cluster* de Tecnologias de Produção Nacional

Realizou-se no passado dia 2 de julho a conferência da Agenda Mobilizadora PRODUTECH R3, o PRODUTECH R3 SUMMIT, promovida pelo *work package* 19, dedicada à promoção e disseminação do pacto de inovação, dos resultados alcançados e atividades desenvolvidas, tanto a nível nacional como internacional.

Esta iniciativa marcou o ponto alto da semana dedicada ao *Cluster* das Tecnologias de Produção, que envolveu ainda uma conferência técnico-científica, a SUSTECH R3 da qual se dá nota num outro artigo desta edição, e visitas a algumas empresas do consórcio.

A conferência reuniu mais de 250 participantes e promoveu um diálogo em torno do papel da inovação e das tecnologias de produção na definição do futuro industrial da Europa e particularmente de Portugal.

Representantes da AIMMAP, PRODUTECH, Colep Packaging, JPM Indústria, Orgalim, EIT Manufuture, e do Parlamento Europeu abordaram a importância estratégica da inovação industrial num mundo em rápida transformação, o papel da tecnologia como motor do desenvolvimento económico e os desafios e oportunidades que o panorama industrial da UE enfrenta.

A sessão de abertura foi protagonizada por Rafael Campos Pereira e Paulo Sousa, durante a qual o Vice-Presidente Executivo da AIMMAP explicou que o *Cluster* das Tecnologias de Produção – PRODUTECH, foi criado pela AIMMAP, INES-TEC, CATIM e um vasto número de empresas, universidades e centros tecnológicos com o intuito de catalisar, modernizar e estimular os vários segmentos da tecnologia de produção para apoiar a modernização global da indústria e economia portuguesas. E acrescentou que *"uma característica muito marcante que distingue este cluster de outros criados em Portugal é que quisemos combinar as necessidades estratégicas e tecnológicas do setor e aproveitar o ecossistema de I&D tecnológico de Portugal para encontrar soluções personalizadas. A agenda mobilizadora PRODUTECH R3 é apenas um dos projetos desenvolvidos pela PRODUTECH ao longo do tempo, um projeto de referência que é o mais importante, mas não o único, que visa modernizar a nossa indústria e torná-la mais competitiva"*.

Paulo Sousa, CEO da Colep Packaging Portugal que lidera o consórcio, sublinhou o enorme potencial desta Agenda Mobilizadora que *"por um lado cria valor e, por outro, promove a atração de valor."*

"As empresas, universidades e entidades de investigação e desenvolvimento envolvidas desenvolveram projetos tecnológicos que podem ser comercializados nos mercados nacional e internacional, enquanto as várias empresas que demonstram esta tecnologia também vão ganhar valor para as suas próprias empresas", concluiu.

No contexto mais amplo da União Europeia, Ulrich Adam, Diretor Executivo da Orgalim salientou na sua intervenção as pressões que a indústria europeia enfrenta em termos de competitividade e enormes desafios estruturais, incluindo de natureza regulamentar política. Sublinhou também o que a indústria transformadora da UE tem de fazer para se manter na vanguarda em relação aos EUA e à China.

"Em resumo, a Europa enfrenta uma crise de competitividade, com taxas de crescimento anual em 2024 de 0,7% na área do euro e 0,8% na UE, em comparação com 4,5% na China e 2,2% nos EUA. É evidente que algo está errado" e destacou o elevado potencial de projetos como a Agenda Mobilizadora PRODUTECH R3 para promoverem uma maior competitividade e crescimento da economia europeia.

Miguel Almeida Henriques, Administrador da PRODUTECH, e Administrador da JPM Indústria e Grupo JPM, descreveu como as tecnologias de produção podem ser alavancas para o desenvolvimento económico.

"A PRODUTECH R3 é mais do que um projeto. Tem sido muito importante em termos de cooperação entre entidades científicas e tecnológicas e empresas em Portugal" admitiu.

Conforme destacou, a PRODUTECH conseguiu criar um *"triângulo virtuoso"* que combina empresas de desenvolvimento tecnológico e empresas de produção que usarão esses desenvolvimentos, e entidades dentro dos sistemas tecnológicos e científicos.

"Este triângulo, se for efetivamente comercializado, impulsionará a produção e trará um valor acrescentado que será absolutamente fantástico para trazer uma produção sustentável", disse, acrescentando a importância de se concentrar no *know-how*, métodos de trabalho eficientes e agrupamentos de equipamentos para combinar matérias-primas, energia e informação em produtos com valor acrescentado de forma eficaz, eficiente, sustentável, ágil e flexível.

Indústria e Inovação numa Europa em Transformação foi o tema escolhido pelo Euro MP (Indústria, Investigação e Energia), João Cotrim de Figueiredo. Falando por videoconferência a partir de Bruxelas, o eurodeputado abordou o problema da concorrência desleal pelo facto de a UE permitir que equipamentos fabricados de países terceiros (China e EUA) sejam colocados no mercado a preços mais favoráveis do que os produtos equivalentes produzidos na União.

O eurodeputado admitiu ainda que *"depois de uma suspensão de quatro meses nas tarifas dos EUA de 25%, estamos perto do fim da suspensão de 90 dias e não sabemos o que vai sair dela. Este tratamento assimétrico entre a exportação de matérias-primas e produtos manufaturados existe e é extremamente prejudicial."*

O *keynote speaker* Maurizio Gattiglio, Presidente da Plataforma Europeia EIT Manufuture afirmou ser muito claro que a investigação e a inovação são os principais motores da produtividade e do bem-estar das pessoas e que a inovação é fundamental para financiar os estados–membros e o bem-estar social da Europa.

"O trabalho que a China fez na última década é realmente incrível na redução de sua dependência de tecnologia estrangeira e lidera mesmo em algumas áreas, como IA, infraestrutura 5G e 6G, blockchain, energia solar e veículos elétricos", sublinhou.

Maurizio Gattiglio alertou que a contribuição da indústria europeia para o PIB está em declínio há muitos anos. *"Estamos claramente sob pressão da China. Até 2050, a Índia duplicará a sua quota da indústria transformadora no PIB de 7-15%, enquanto a da Europa diminuirá de 15% para 9% e isto é claramente algo grave que temos de enfrentar"*, disse.

"Na Europa, temos de ter uma visão estratégica a longo prazo e investir nos recursos humanos. É preciso haver mais colaboração entre setores e empresas e temos de corrigir a desconexão entre governos e indústria", concluiu Maurizio Gattiglio, que após a conferência observou que a iniciativa portuguesa PRODUTECH R3 foi certamente um exemplo brilhante do caminho a seguir.

Seguiu-se uma mesa-redonda que juntou José Carlos Caldeira, Consultor da Presidência do INESC TEC, e José Oliveira, *Chief Sales & Innovation Officer* da Colep Packaging, durante a qual se conheceram alguns dos desenvolvimentos da Agenda Produtech R3, já implementados, ficando para todos bem evidente a valia que este projeto tem para a economia nacional.

Na sessão de encerramento, o Presidente da Direção da AIMMAP Vítor Neves constatou que a economia europeia atravessa vários desafios, e que a situação em Portugal é agravada por um conjunto de más decisões, *"nos últimos 10 anos, 90% do investimento público feito em Portugal tem sido financiado pelos fundos de coesão, nomeadamente o PRR"*, exemplificou, *"e isto é um exemplo de má gestão com o PRR a ser alocado a situações que deveriam estar cobertas pelo Orçamento de Estado. Além disso, numa altura em que o PRR apresenta uma execução de apenas 35%, a Agenda Mobilizadora Produtech R3 aparece como um caso de sucesso, com uma execução de 70%"*.

Vítor Neves deixou ainda a mensagem de que é importante que os fundos de coesão sejam destinados a quem os sabe executar, e sublinhou que só o setor privado consegue e acumula experiência em multiplicar esses fundos e criar riqueza. E concluiu alertando que devemos todos dedicar a maior atenção para encontrar caminhos para o futuro, mesmo após o termo do PRR.

Da parte da tarde, o destaque esteve nos diversos programas transformadores desta que é a maior Agenda Transformadora, dedicada às Tecnologias de Produção, bem como numa visita institucional à Colep Packaging enquanto entidade líder da Agenda.

Esta conferência de enorme sucesso e impacto nacional e internacional, revelou como Portugal, através da sua Agenda Mobilizadora PRODUTECH 3, está a encontrar respostas para os grandes desafios, desenvolvendo e implementando tecnologias inovadoras no chão de fábrica que podem ser comercializadas nos mercados nacional e internacional, com vista a tornar os métodos de produção na indústria mais competitivos, ao mesmo tempo que traz valor acrescentado a todos os intervenientes ao longo de toda a cadeia de produção.

O projeto PRODUTECH R3 – Agenda Mobilizadora da Fileira das Tecnologias de Produção para a Reindustrialização, é financiado pela União Europeia no âmbito do programa *NextGeneration EU* através do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) e do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR - www.recuperarportugal.gov.pt).

ASSUNTOS ATUAIS

Conferência organizada pela AIMMAP no âmbito da EMAF 2025 com a colaboração da SIEMENS

Tal como se deu nota na anterior edição do METAL, entre os dias 27 a 30 de maio decorreu na Exponor, em Matosinhos, mais uma edição da EMAF, a maior feira nacional, na qual a AIMMAP realizou, como vem sendo hábito, uma notável conferência subordinada ao tema "A transformação digital da indústria e a inteligência artificial (IA) aplicada à indústria da automação".

Tendo contado com a presença de cerca de 130 participantes em representação de empresas, associações, universidades, centros de formação e entidades do sistema científico e tecnológico, os trabalhos foram iniciados com uma mensagem de boas-vindas e intervenção de abertura por parte do Presidente da Direção da AIMMAP, Vítor Neves.

Seguiu-se a entrega do Prêmio TecnoMetal 2024 e uma breve intervenção de Miguel Gil Mata, Vice-Presidente da AIMMAP, Presidente da PRODUTECH e CEO da SONAE CAPITAL sobre a Transformação digital da Indústria e os Polos de Inovação e as Tecnologias de Produção.

Na intervenção de fundo e continuando dentro do grande tema da Transformação Digital da Indústria, mais uma vez a SIEMENS brindou a numerosa audiência com uma brilhante intervenção, tratando dessa vez do tema: A Inteligência Artificial aplicada à Automação da Indústria.

Temas como o impacto da Inteligência Artificial na era atual, a fábrica do futuro e alguns casos de uso para fabricantes de máquinas foram aprofundados pelos especialistas da SIEMENS, que durante mais de uma hora mantiveram a atenção dos participantes.

Temas como o impacto da Inteligência Artificial na era atual, a fábrica do futuro e alguns casos de uso para fabricantes de máquinas, foram aprofundados pelos especialistas da SIEMENS, que durante mais de uma hora mantiveram a atenção dos participantes.

Ao longo da tarde, além do impacto da Inteligência Artificial na era atual, uma breve história da Inteligência Artificial e a sua explosão de utilização, o seu potencial risco e como mitigá-lo, os vários agentes de Inteligência Artificial e a as exigências e desafios da fábrica do futuro foram temas amplamente apresentados e debatidos com enorme empenho.

Esta iniciativa foi promovida no âmbito da Agenda Mobilizadora PRODUTECH R3 - Agenda Mobilizadora da Fileira das Tecnologias de Produção para a Reindustrialização, um projeto financiado pela União Europeia no âmbito do programa *NextGeneration UE* através do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) e do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR - www.recuperarportugal.gov.pt).

PRODUTECH R3 recuperação-resiliência-reindustrialização

PRR Plano de Recuperação e Resiliência | REPÚBLICA PORTUGUESA | Financiado pela União Europeia NextGenerationEU

COMÉRCIO EXTERNO

Maio de 2025 surpreende com o quinto melhor resultado de sempre das exportações do METAL PORTUGAL

Foram recentemente divulgados os dados do comércio internacional referentes ao mês de maio e o METAL PORTUGAL surpreende uma vez mais ao protagonizar o quinto melhor mês de sempre nas exportações do setor com 2.289 milhões de euros, o que representou um crescimento homólogo de 9,4%.

Rafael Campos Pereira aplaude este resultado notável, *"numa altura em que os cenários de conflito desdobram-se, a crise comercial provocada pela política de Trump não parece ter fim à vista, e tendo Portugal atravessado a segunda crise política interna no espaço de pouco mais de um ano."* Além disso, acrescenta, *"fica comprovada novamente a enorme resiliência do setor que, no mês subsequente ao apagão de 28 de abril que como sabemos teve consequências e prejuízos para a indústria, consegue recuperar, superar-se e atingir um dos melhores resultados de sempre no comércio internacional"*.

Os valores acumulados para os primeiros cinco meses de 2025 revelam um ligeiro crescimento de 0,6%, anulando assim o cenário de quebra homóloga que se vinha registando ao longo dos primeiros meses do ano, e que no final de quatro meses acumulava um decréscimo de perto de 3%.

Os valores acumulados para os primeiros cinco meses de 2025 revelam um ligeiro crescimento de 0,6%, anulando assim o cenário de quebra homóloga que se vinha registando ao longo dos primeiros meses do ano.

Tal como se tem vindo a constatar nos últimos meses, 75% das exportações ficam dentro da fronteira da UE e os países onde se verificou um maior crescimento absoluto neste período foram Espanha, Canadá, Turquia, Dinamarca e Irlanda.

Mais uma vez o METAL PORTUGAL destaca-se pela energia e ambição na conquista de novos mercados e procura de alternativas dados os obstáculos conjunturais que enfrenta. Apesar de o mercado dos EUA continuar a registar quebras de dois dígitos, o setor explora as oportunidades e cresce 87,3% no Canadá e 52,9% na Dinamarca, sendo estes apenas dois exemplos que merecem especial destaque pelo elevado grau de sofisticação.

O Vice-Presidente Executivo da AIMMAP sublinha que *"a performance apresentada pelo METAL PORTUGAL, sustentada em mercados altamente sofisticados, reflete que as empresas continuam a inovar, investir e internacionalizar, e, portanto, vão continuar a ser o motor de criação de riqueza em Portugal. Portugal e a UE têm de assumir de uma vez por todas que as empresas e muito particularmente a indústria, são parte fundamental para uma economia europeia que se quer mais competitiva e mais robusta. É fundamental que as políticas adotadas sejam coerentes com esse desígnio e que o setor industrial seja considerado um pilar estratégico para o futuro. Medidas como as cláusulas de salvaguarda aplicadas à importação de matérias-primas estão, há muito, a afetar irremediavelmente a competitividade da indústria europeia. E a nível nacional, é fundamental que sejam implementadas políticas que assumam a capacidade transformadora do tecido industrial e potenciem um ambiente de estabilidade e cooperação propício a uma maior dinâmica e desenvolvimento económico"*.

FICHA TÉCNICA: PROPRIEDADE AIMMAP: Associação dos Industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins de Portugal • Rua dos Plátanos, 197 • 4100-414 PORTO • Tel. 351-226 166 860 • Fax: 351-226 107 473 • Diretor: Vítor Neves • Subdiretor: Rafael Campos Pereira • Coordenação Gráfica: Cristina Veiga • Paginação: Flávia Dias • Periodicidade: Mensal • Propriedade, Edição, Produção e Administração: AIMMAP - Associação dos Industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins de Portugal, em colaboração com o Jornal Vida Económica • Distribuição gratuita aos associados da AIMMAP - Associação dos Industriais Metalúrgicos, Metalomecânicos e Afins de Portugal

COMPETE 2030 | PORTUGAL 2030 | Cofinanciado pela União Europeia